

UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ

Deise Cristina Silva de Oliveira

**FORMAÇÃO TÉCNICA E A INSERÇÃO DO JOVEM E ADULTO NO
MERCADO DE TRABALHO: estudo na cidade de Guaratinguetá**

TAUBATÉ

2016

UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ

Deise Cristina Silva de Oliveira

**FORMAÇÃO TÉCNICA E A INSERÇÃO DO JOVEM E ADULTO NO
MERCADO DE TRABALHO: estudo na cidade de Guaratinguetá**

Dissertação apresentada como requisito para a obtenção do Título de Mestre em Planejamento e Desenvolvimento Regional do Programa de Pós-Graduação em Administração do Departamento de Economia, Contabilidade e Administração da Universidade de Taubaté.

Área de Concentração: Planejamento e Desenvolvimento Regional

Orientadora: Profa. Dra. Adriana Leônidas de Oliveira

TAUBATÉ

2016

DEISE CRISTINA SILVA DE OLIVEIRA

**FORMAÇÃO TÉCNICA E A INSERÇÃO DO JOVEM E ADULTO NO
MERCADO DE TRABALHO: estudo na cidade de Guaratinguetá**

Dissertação apresentada como requisito para a obtenção do Título de Mestre em Planejamento e Desenvolvimento Regional do Programa de Pós-Graduação em Administração do Departamento de Economia, Contabilidade e Administração da Universidade de Taubaté.

Área de Concentração: Planejamento e Desenvolvimento Regional

Data: _____

Resultado: _____

BANCA EXAMINADORA

Prof^aDra. Adriana Leônidas de Oliveira (orientadora) Universidade de Taubaté

Assinatura _____

Prof^o Dr. George Rembrandt Gutlich Universidade de Taubaté

Assinatura _____

Profa. Dra. Andreia Maria Pedro Salgado Unesp de Guaratinguetá

Assinatura _____

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pela superação dos obstáculos, à Instituição de Ensino Superior, Universidade de Taubaté-SP, que para muitos se constitui um referencial para formar cidadãos, e, notadamente, à professora orientadora Dr. Adriana Leônidas de Oliveira, pelas sugestões, empenho, comprometimento, críticas, pela postura ética, dedicação e responsabilidade, a quem manifesto muito carinho, respeito e gratidão.

Em especial aos docentes da Instituição, destacando-se o Dr. Edson Aparecida de Araújo Querido Oliveira, Dra. Marcela Barbosa de Moraes, Dr. Ademir Pereira dos Santos, Dr. George Rembrandt Gutlich, e Dra. Mônica Franchi Carniello.

Agradeço ao apoio da Instituição de Ensino ETEC Professor Alfredo de Barros Santos, situada em Guaratinguetá, destacando-se a sua diretora, Ângela Marcia de Assis, não só pela autorização para a aplicação dos questionários, mas pela utilização de documentos institucionais. Agradeço, também, aos docentes da ETEC.

À minha família e amigos pelo incentivo, principalmente ao professor M^e Adriano Carlos Rosa, à professora M^a Deyse Sene de Melo Souza e ao Prof. Elton Orris Marinho da Silva, pelo apoio e incentivo.

O que mais importa no trabalho é chegar a um resultado almejado e plenamente desejado. Para chegar a esse resultado, o que frequentemente tem sido evocado como indispensável é capaz de sobressair-se por causa do seu desempenho.

Bergamini (2012)

RESUMO

FORMAÇÃO TÉCNICA E A INSERÇÃO DO JOVEM E ADULTO NO MERCADO DE TRABALHO: estudo na cidade de Guaratinguetá

Os contextos sociais e econômicos sob os quais se desenha a educação passam por constantes transformações por causa de vários aspectos que permeiam a profissionalização dos estudantes. Esta dissertação tem como objetivo analisar a formação técnica dos jovens e adultos dos Cursos Técnicos em Administração de Empresa, Comunicação Visual, Eletromecânica, Mecânica, Informática e Segurança do Trabalho da Escola Técnica Prof. Alfredo de Barros Santos, localizada na cidade de Guaratinguetá (SP) e a perspectiva do seu desenvolvimento profissional, com posterior inclusão no mercado de trabalho. O problema consiste em verificar as expectativas dos alunos, jovens e adultos, quanto à sua formação técnica profissionalizante e comparar tais expectativas com a realidade do egresso em sua inserção no mercado de trabalho. Quanto ao método, optou-se por uma pesquisa exploratória desenvolvida com delineamento documental e de campo. Na coleta de dados utilizaram-se questionários com perguntas fechadas, aplicados em uma amostra por acessibilidade composta por estudantes dos cursos técnicos supracitados pertencentes à ETEC de Guaratinguetá (SP), assim como a profissionais técnicos já formados nessa Instituição pública. Também se analisaram documentos que descrevem os cursos técnicos e o seu projeto pedagógico. Compõem a amostra 330 alunos matriculados no último módulo dos cursos técnicos supracitados e 313 egressos, totalizando 643 pessoas que responderam aos questionários. Os resultados obtidos revelam a relação do ensino técnico profissionalizante da Instituição com o mercado de trabalho da cidade de Guaratinguetá e também de cidades vizinhas e significativas perspectivas profissionais daqueles que se formam nos referidos cursos. Espera-se que a presente pesquisa contribua para a compreensão da relação entre o ensino técnico, o mercado de trabalho na cidade de Guaratinguetá e a promoção do desenvolvimento local e regional.

Palavras-chave: Planejamento. Gestão. Desenvolvimento Regional. Mercado de Trabalho. Formação Técnica

ABSTRACT

TECHNICAL TRAINING AND INSERTION OF YOUNG PEOPLE AND ADULTS IN THE LABOR MARKET IN: Study in the city of Guaratinguetá

The social and economic contexts in which is designed the education under constant transformations due to several aspects that permeate the professionalization of students. This dissertation aims to analyze the technical training of young people and adults of technical courses in Business Administration, Visual Communication, Electromechanics, Mechanics, Computer Science and Labor Safety in the Technical School 'Prof. Alfredo de Barros Santos', located in Guaratinguetá and the professional development perspective with subsequent inclusion in the labor market. The problem was to verify the expectations of the students in relation to their vocational and technical training with subsequent inclusion in the labor market and to compare those expectations with the reality of egress in their insertion into the labor market. As for the method, it was opted for an exploratory research developed through delineation of documentary and field researches. For data collection were used questionnaires with sample questions for accessibility to students of the technical courses above mentioned, belonging to technical school in Guaratinguetá, SP, as well as the technical professionals already trained in this public institution. Documents describing the technical courses and their pedagogical project have also been analyzed. The 330 questionnaires were completed by students enrolled in the final module of the technical courses above mentioned and they were returned to compose the sample too. The 313 questionnaires answered and returned by the same students also make up the sample, totaling 643 students. The results of the research show the relationship of the vocational and technical education institution studied between the labor market in the city of Guaratinguetá as well as in the neighboring towns. Such results also show significant employment perspectives of the students who graduate in the courses above mentioned. It is expected that this research contributes to the understanding of the relationship between the technical education and the labor market in Guaratinguetá as well as promotes the local and regional development.

Keywords: Planning. Management. Regional development. Labor market. Technical training.

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 -	Despesas do Governo entre 2004 e 2014.....	37
Tabela 02 -	Investimento (R\$ Mil) em Educação em 2014.....	38
Tabela 03 -	Gasto da Receita (R\$ Mil) com Educação em 2014.....	38
Tabela 04 -	Gasto anual por Aluno com Ensino Público no estado de São Paulo em 2014.....	39
Tabela 05 -	Número de Matrículas no Ensino Técnico Profissionalizante por Dependência Administrativa Brasil - 2007 – 2013.....	40
Tabela 06 -	Dez Cursos Técnicos Profissionalizante com Maior Número de Matrículas na Rede Privada no Brasil - 2007 – 2013.....	41
Tabela 07 -	Dez Cursos Técnicos Profissionalizantes com Maior Número de Matrículas na Rede Pública Municipal e Estadual no Brasil- 2007 2013.....	42
Tabela 08-	Dez Cursos Técnicos Profissionalizantes com Maior Número de matrículas na Rede Federal - 2007 – 2013.....	42
Tabela 09-	Distribuição dos Desempregados por Atributos Pessoais.....	50
Tabela 10-	Desempenho Escolar – Regional do Vale do Paraíba e Litoral Norte.....	58
Tabela 11-	Demanda por Curso.....	62
Tabela 12-	Cursos e a Proporção entre Alunos e Egressos da ETEC em Estudo.....	64
Tabela 13-	Indicadores Socioeconômicos e Demográficos de Guaratinguetá.....	65
Tabela 14-	Origem dos Alunos e Egresso.....	65
Tabela 15-	Residência dos Alunos e Egressos.....	67
Tabela 16-	Estado Civil dos Alunos	68
Tabela 17-	Disciplinas Técnicas - Administrativas.....	72
Tabela 18-	Disciplinas Técnicas - Comunicação Visual.....	73
Tabela 19-	Disciplinas Técnicas - Eletromecânica.....	74
Tabela 20-	Disciplinas Técnicas - Informática.....	75
Tabela 21-	Disciplinas Técnicas - Mecânica.....	76
Tabela 22-	Disciplinas Técnicas - Segurança do Trabalho.....	77
Tabela 23-	Cursos Pertinentes aos Alunos.....	78
Tabela 24-	Admissão e Desligamento na Microrregião de Guaratinguetá entre janeiro 2012 a janeiro de 2015.....	81
Tabela 25-	Habilidades e Competências desenvolvidas nos alunos.....	82
Tabela 26-	Números de Empregos e Salários na Microrregião de Guaratinguetá 2015...	87

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 - Ocupação por Setor Produtivo.....	48
Gráfico 02 - Taxa de Desemprego Total.....	49
Gráfico 03 - Fatores Motivacionais para estudar na ETEC de Guaratinguetá.....	69
Gráfico 04 - Escolha para estudar na Etec de Guaratinguetá.....	70
Gráfico 05 - Inserção no Mercado de Trabalho (alunos).....	71
Gráfico 06 - Inserção no Mercado de Trabalho(egressos)	71
Gráfico 07 - Curso Técnico(alunos).....	79
Gráfico 08 - Curso Técnico(egressos).....	79
Gráfico 09 - Graduação (alunos)	80
Gráfico 10 - Graduação (egressos)	80
Gráfico 11 - Atuar como Técnico (alunos).....	83
Gráfico 12 - Formação de Jovens e Adultos (egressos)	83
Gráfico 13 - Ingresso no Mercado de Trabalho (alunos).....	84
Gráfico 14 - Ingresso no Mercado de Trabalho (egressos).....	84
Gráfico 15 - Mercado de Trabalho (alunos)	85
Gráfico 16 - Mercado de Trabalho (egresso).....	85
Gráfico 17 - Interesse pelo Mercado de Trabalho (alunos).....	86
Gráfico 18 - Mercado de Trabalho (egressos).....	86
Gráfico 19 - Empresa e Atividades (egressos)	87
Gráfico 20 - Emprego Atual.....	87
Gráfico 21 - Suposta Remuneração do Técnico(aluno).....	88
Gráfico 22 - Real remuneração do Técnico(egressos)	88

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 -	Habilitações do Ensino Técnico Profissionalizante	34
Quadro 02 -	Cursos Técnicos Ofertados pela ETEC Prof. Alfredo de Barros Santos	47
Quadro 03 -	Reformas ao longo dos anos na ETEC Prof. Alfredo de Barros Santos.....	57
Quadro 04 -	Perfil dos Cursos	59

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 - Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte.....	16
Figura 02 - Divisão por Região Administrativa	46

LISTA DE ABREVIATURAS

APL	Arranjos Produtivos Locais
APM	Associações de Pais e Mestres
CAGED	Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CEB	Câmara de Educação Básica
CEET	Centro Estadual Educação Tecnológica
CEETEPS	Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
CEETEPS	Centro Estadual de Educação Tecnológica de São Paulo
CETEC	Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
CNE	Conselho Nacional da Educação
COTEC	Colégio Técnico Industrial de Guaratinguetá
CTIG	Colégio Técnico Industrial de Guaratinguetá
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
DTCCA	Desenvolvimento do Trabalho de Conclusão de Curso em Administração
DTCCC	Desenvolvimento do Trabalho de Conclusão de Curso em Comunicação Visual.
DTCCE	Desenvolvimento do Trabalho de Conclusão de Curso em Eletromecânica
DTCCI	Desenvolvimento do Trabalho de Conclusão de Curso em Informática
DTCCM	Desenvolvimento do Trabalho de Conclusão de Curso em Mecânica
DTCCS	Desenvolvimento do Trabalho de Conclusão de Curso em Segurança do Trabalho
EEAR	Escola de Especialista da Aeronáutica
EJA	Educação de Jovens e Adultos
EMPLASA	Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano
ETEC	Escola Técnica Estadual
ETIM	Ensino Técnico Integrado ao Médio
FATECS	Faculdade de Tecnologia do Estado de São Paulo
FUNDEB	Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica
FUSSESP	Fundo de Solidariedade e Desenvolvimento Social e Cultural do Estado de São Paulo
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas
IPHAN	Instituto Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

LDB	Lei de Diretrizes e Bases
LOAS	Lei Orgânica de Assistência Social
MEC	Ministério da Educação
PDE	Plano de Desenvolvimento da Educação
PEAD	Programa Emergencial de Auxílio ao Desempregado
PEQ	Programa de Qualificação Profissional
PPG	Plano Plurianual de Gestão
PPGA	Programa de Pós-Graduação em Administração
PPP	Projeto Político Pedagógico
RMV	Renda Mensal Vitalícia
RMVALE	Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte
SDECTI	Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia/Inovação
SEADE	Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados
SEBRAE	Serviço de Apoio à Pequena e Microempresa
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SENAR	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SENAT	Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte
SESC	Serviço Social do Comércio
SESI	Serviço Social da Indústria
SEST	Serviço Social do Transporte
UNESP	Universidade Estadual Paulista
UNITAU	Universidade de Taubaté

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	16
1.1 Problema.....	17
1.2 Justificativa.....	18
1.3 OBJETIVOS.....	18
1.3.1 Objetivo Geral.....	18
1.3.2 Objetivos Específicos.....	19
1.4 DELIMITAÇÃO DO ESTUDO.....	19
1.5 RELEVÂNCIA DO ESTUDO.....	20
1.6 ORGANIZAÇÃO DA DISSERTAÇÃO.....	20
2 REVISÃO DA LITERATURA.....	22
2.1 Ensino Profissionalizante e a Promoção do Desenvolvimento Regional.....	22
2.2 Evolução da Educação Técnica Profissionalizante e o Cenário Atual.....	28
2.2.1 Financiamento e Matrículas no Ensino Técnico Profissionalizante por Dependência Administrativa.....	35
2.2.2 Ensino Técnico Profissionalizante e o Centro Paula Souza no Estado de São Paulo....	43
2.2.3 Educação Profissionalizante e a Inserção no Mercado de Trabalho	47
3 MÉTODO.....	52
3.1 Tipo de Pesquisa.....	52
3.2 Área de Realização.....	52
3.3 População e Amostra	52
3.4 Instrumentos.....	53
3.5 Procedimento para a coleta de dados.....	54
3.6 Procedimento para a análise de dados.....	54
4 RESULTADOS e DISCUSSÕES.....	56
4.1 Apresentação do Contexto da Pesquisa	56
4.1.1 Caracterização dos Cursos Técnicos técnicos da Instituição em Estudo	57
4.1.2 Dados Documentais dos Cursos Técnicos	60
4.1.3 Dados da Pesquisa de Campo: alunos e egressos da ETEC de Guaratinguetá.....	63
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	92
REFERÊNCIAS	95
Anexo A.....	103

Anexo B.....	102
Anexo C.....	104
Anexo D.....	106
Apêndice A.....	108
Apêndice B.....	111

1 INTRODUÇÃO

A cidade de Guaratinguetá (SP) apresenta um ambiente de alta complexidade e potenciais econômicos diversos. Percebe-se que nesse território as diferenças podem ser caracterizadas como potenciais a serem explorados para o desenvolvimento local e regional.

Com isso a cidade representa um cenário de competitividade importante à economia local e às cidades pertencentes à Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte (RMVALE) dividida em cinco sub-regiões.

A cidade em estudo pertence à sub-região³, que se configura como um local privilegiado para que projetos e programas (público-privado) sejam implantados com intuito de crescimento empresarial, desenvolvimento social e geração de oportunidades aos municípios que a compõem.

A Figura 1 demonstra a Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte e suas respectivas sub-regiões.

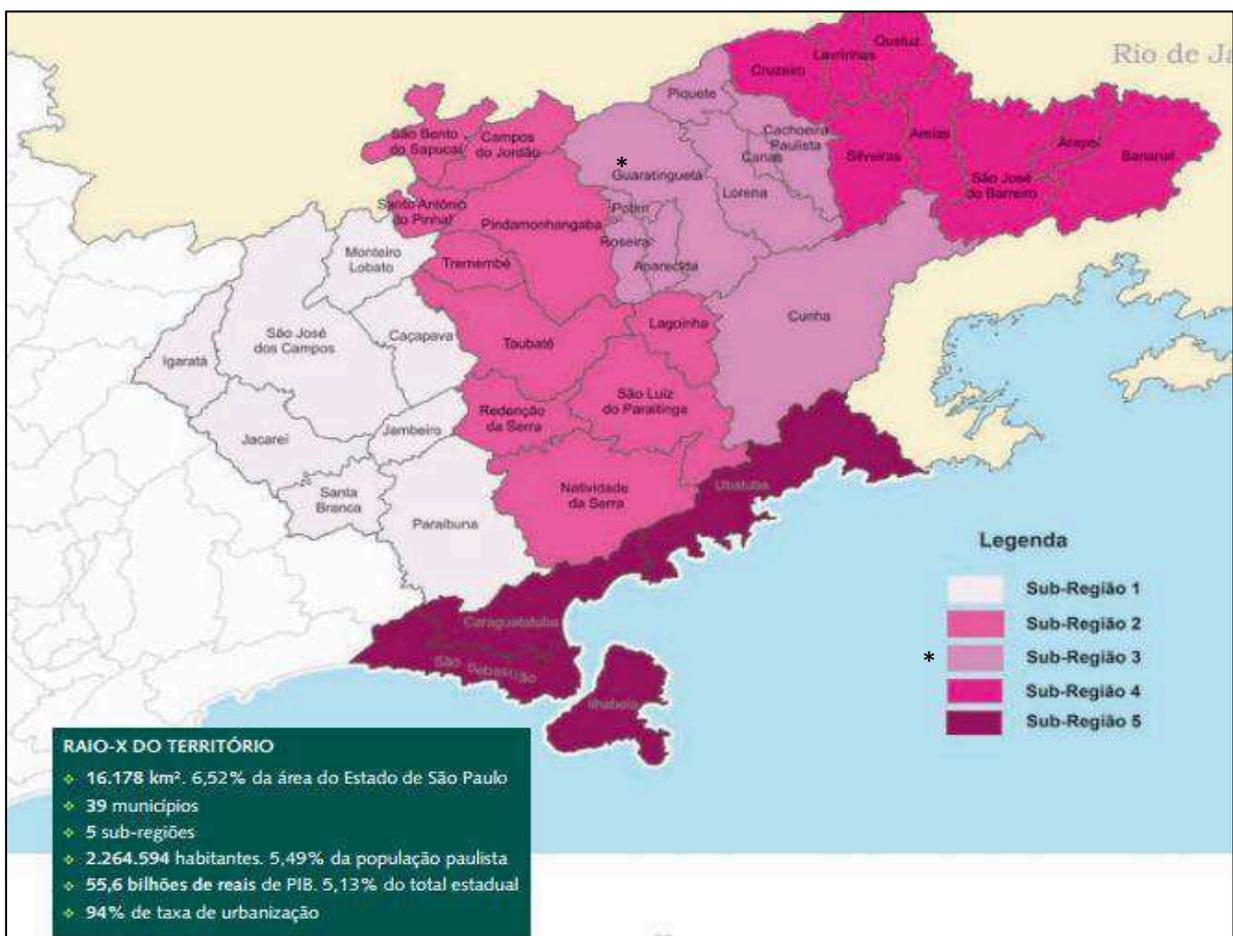


Figura1- Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte
Fonte: Emplasa (2014, p. 24)

Nesse contexto, a formação profissionalizante veio a ser primordial para que ações fossem criadas, cultivadas e implementadas favorecendo a formação e a inserção dos técnicos formados no mercado de trabalho. Assim, o cerne desta dissertação é analisar o ensino técnico profissionalizante e a inserção dos jovens e adultos no mercado de trabalho na cidade de Guaratinguetá e região.

Contextualiza Regattieri (2010) que a educação profissionalizante se compromete a formar profissionais capacitados e a promover o desenvolvimento sustentável em razão dos conhecimentos adquiridos e sua adequação e interação ao mercado de trabalho local e regional. Cordão (2010) concorda com o autor e complementa que a educação proporcionada a jovens e adultos deve estar em harmonia com a composição produtiva local exigida pelo mercado de trabalho, visto que as oportunidades sociais são fundamentais para o desenvolvimento local.

A educação técnica pode estabelecer um vínculo entre crescimento e desenvolvimento na formação do aluno para que possa vir a ser um cidadão consciente, exercendo a cidadania e favorecendo o progresso da cidade e região. Deve buscar identificar e visualizar a formação em função dos potenciais regionais e locais, considerando que os profissionais deverão ser habilitados para planejar e administrar organizações, empresas e projetos, beneficiando o desenvolvimento econômico e social da região.

O problema do presente estudo fica evidenciado na relação entre a formação e a posterior inserção do jovem e do adulto no mercado de trabalho, com questões que buscam investigar de um lado as expectativas dos estudantes que cursam os últimos módulos dos cursos técnicos em Administração de Empresas, Comunicação Visual, Eletromecânica, Informática, Mecânica e Segurança do Trabalho, ofertados pela ETEC Professor Alfredo de Barros Santos, na cidade de Guaratinguetá (SP) e de outro analisar a situação atual dos egressos desses cursos técnicos no mercado de trabalho.

1.1 PROBLEMA

Diante do atual quadro econômico capitalista nacional, as organizações buscam por pessoas qualificadas que tenham competências, habilidades e atitudes que contribuam para se manterem competitivas e sobreviverem no mercado econômico. Assim, o questionamento central desta pesquisa é: como se caracteriza a formação técnica do jovem e adulto e sua inserção no mercado de trabalho?

1.2 JUSTIFICATIVA

A pesquisa em questão se justifica pela análise da formação do técnico e a sua inserção no mercado de trabalho sob as perspectivas dos estudantes da ETEC Professor Alfredo de Barros Santos, em Guaratinguetá (SP). Considera-se que a educação contempla a formação de uma consciência coletiva, evoluída, solidária e cidadã; contribui para o fortalecimento da igualdade social e promove o desenvolvimento.

O conhecimento e a competência possibilitam a conscientização do indivíduo ou sociedade, tornando-o capaz de resolver os problemas propostos, participando das transformações sociais, econômicas e culturais, ajudando na formação do cidadão.

Nesse contexto a educação compreende o real valor do conhecimento, peça-chave do processo de evolução humana em que o homem se descobre como ser social e, portanto, parte do mundo onde se insere (SILVA, 2005).

Cabe ressaltar que as organizações têm necessidade de profissionais com habilidades, competências e atitudes capazes de apresentar resultados e vantagens competitivas. A ETEC Prof. Alfredo de Barros Santos, local onde a presente pesquisa foi realizada, tem como objetivo atender às demandas do mercado de trabalho e dos arranjos produtivos locais tão carentes de mão de obra técnica e vem ofertando cursos técnicos que visam atender a essa demanda.

A principal motivação desta dissertação é analisar a formação técnica proporcionada em cada curso e verificar se está atendendo às perspectivas dos alunos, às demandas das empresas na microrregião de Guaratinguetá (SP), e conseqüentemente se está contribuindo para o desenvolvimento profissional dos estudantes e desenvolvimento socioeconômico da microrregião.

1.3 OBJETIVOS

1.3.1 Objetivo Geral

Analisar a formação técnica do jovem e adulto e sua inserção no mercado de trabalho na cidade de Guaratinguetá (SP).

1.3.2 Objetivos Específicos

- Compreender as perspectivas do aluno que se encontra no último módulo do curso a fim de identificar o motivo pela escolha do curso técnico e se o andamento do curso está atendendo às suas expectativas de formação.
- Analisar a inserção do egresso no mercado de trabalho e se a formação técnica alcançada atende às demandas do mercado.
- Comparar as expectativas de formação do aluno com a realidade do egresso em sua inserção no mercado de trabalho.

1.4 DELIMITAÇÃO DO ESTUDO

O presente estudo foi desenvolvido na cidade de Guaratinguetá (SP) que possui várias instituições de ensino que ofertam cursos técnicos profissionalizantes, como o Colégio Técnico Industrial de Guaratinguetá (COTEC), o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), o Colégio Técnico Tableau e a ETEC Prof. Alfredo de Barros Santos. O presente trabalho delimita-se ao estudo da ETEC Prof. Alfredo de Barros Santos.

A população alvo deste estudo é composta por alunos e egressos dos seguintes cursos ofertados pela ETEC Prof. Alfredo de Barros Santos: Técnico em Administração de Empresas, Comunicação Visual, Eletromecânica, Mecânica, Informática e Segurança do Trabalho.

Não foram estudados os cursos de qualificação profissional citados a seguir: Via Rápida Emprego (Via Rápida), (Programa de Qualificação Profissional (PEQ), Programa Emergencial de Auxílio ao Desemprego (PEAD), Fundo Social de Solidariedade Artesanal (FUSSESP), Ensino Médio e Ensino Técnico Integrado ao Médio (ETIM) também ofertados pelo Centro Paula Souza CEETEPS.

Esses cursos não foram abordados na presente pesquisa por serem rápidos, com duração inferior a um ano. O curso Ensino Médio Integrado ao Técnico também não foi estudado porque foi implantado no ano de 2014 na Instituição, portanto não há alunos nos últimos módulos na modalidade ETIM.

1.5 RELEVÂNCIA DO ESTUDO

A presente pesquisa pretende proporcionar uma reflexão quanto ao papel da formação técnica e a relação com o mercado de trabalho, principalmente por pesquisar as perspectivas dos alunos nos últimos módulos em relação ao mercado de trabalho e levantar como estão inseridos os egressos nesse mercado.

Nesse sentido, a pesquisa contribui para a compreensão dos seguintes aspectos: a) o ensino profissionalizante e a promoção do desenvolvimento; b) a evolução da educação técnica profissionalizante e o cenário atual; c) mercado de trabalho e ensino técnico profissionalizante.

A pesquisa configura-se como uma contribuição aos gestores da ETEC Prof. Alfredo de Barros Santos já que ressalta questões de formação e expectativas dos estudantes quanto ao processo de formação. Os indicadores apresentados poderão ser utilizados nas políticas educativas e administrativas.

Pesquisas referentes ao ensino técnico profissionalizante têm ganhado destaque no cenário nacional (LIMA, 2014; OLIVEIRA, 2013; PAIXÃO, 2012; SAMPAIO, 2013) uma vez que há necessidade de se compreender o quanto essa formação tem atendido não apenas às demandas do mercado de trabalho como também tem proporcionado a formação do cidadão integral, que possa contribuir de forma efetiva para o desenvolvimento local e regional.

1.6 ORGANIZAÇÃO DA DISSERTAÇÃO

A dissertação está organizada em cinco seções, que envolvem a introdução, a revisão de literatura, o método, resultados e discussão e considerações finais.

A primeira seção apresenta a introdução, que traz uma visão geral da pesquisa, levando o leitor a refletir em relação ao ensino profissionalizante e à inserção no mercado de trabalho. Apresenta também, de forma detalhada, o problema, objetivo geral, objetivos específicos, delimitação e relevância.

A segunda seção traz a revisão de literatura que aborda os seguintes aspectos, considerados essenciais à compreensão do tema: a) o ensino profissionalizante como alternativa para o desenvolvimento regional; b) o ensino técnico profissionalizante e as contribuições para a formação da mão de obra qualificada, objetivando atender à demanda do

mercado de trabalho; c) as matrículas do ensino técnico profissionalizante; e d) a perspectiva e inserção dos jovens e adultos no mercado de trabalho que está em constante mudança.

A terceira seção evidencia o tipo de pesquisa quanto à abordagem, objetivo e delineamento. Descreve a amostra formada por 643 pessoas, alunos e egressos dos cursos técnicos ofertados pela ETEC. Descreve também os procedimentos para a coleta e a análise dos dados.

Na quarta seção os resultados e a discussão são apresentados e a quinta seção traz as considerações finais em relação aos resultados e à discussão contidos neste estudo.

2 REVISÃO DA LITERATURA

A literatura pesquisada foi escolhida com o intuito de encontrar definições, conceitos e posicionamentos capazes de fundamentar teoricamente a pesquisa e contribuir para o alcance dos objetivos propostos, que dizem respeito à formação de jovens e adultos técnicos e sua inserção no mercado de trabalho.

O objetivo da revisão de literatura foi mostrar que a educação profissionalizante precisa vincular-se aos objetivos estratégicos de um processo que busca não apenas a inclusão em uma sociedade desigual, mas sim construir uma sociedade fundamentada em igualdade socioeconômica e política.

A sociedade em construção deve exigir uma escola interligada ao mercado de trabalho, permitindo acesso e inclusão a esse mercado uma vez que não basta aos estudantes terem a oportunidade de inserção ao ensino técnico. A eles devem ser concedidas condições socioeconômicas com uma gestão pública eficaz para conclusão do curso e acesso ao mercado de trabalho.

2.1 Ensino Profissionalizante e Promoção do Desenvolvimento Regional

Este estudo aborda o ensino técnico profissionalizante de nível médio. Para tanto, foi necessário fazer um levantamento histórico da trajetória da educação profissionalizante, enfatizando as novas reformulações de leis e decretos que fazem parte da política pública educacional e que foram configurando o novo cenário atual da educação brasileira para atender às mudanças no mercado de trabalho e promover o desenvolvimento regional contemporâneo.

Freire (2005) argumenta que a educação não é um produto, mas sim um direito insubstituível que assume o compromisso de vida e trabalho a serviço da humanidade, objetivando educar, formar, para que as pessoas aprendam a ser criativas e tenham a liberdade de fazer escolhas para o convívio em sociedade.

O autor ainda salienta que educar não é uma técnica pura apesar de as pessoas dependerem da tecnologia. Não é uma experiência preservada em seu imobilismo, mas sim obra de mentes humanas que estão em constante mudança, transformando as pessoas no decorrer do tempo. Nesse contexto, Haddad (2008) argumenta que a educação e o desenvolvimento estão interligados e são primordiais para a expansão do território, da região, do bairro ou país. A relação de reciprocidade entre educação e desenvolvimento só se fixará

quando as ações do Estado estiverem alinhadas e fortalecidas potencializando seus efeitos recíprocos. O autor ainda complementa que os desafios acerca das mudanças provocadas pela globalização no trabalho proporcionam a integração dos mercados, mudanças sociais, econômicas, tecnológicas e quebra de paradigmas culturais, despertando o diálogo entre a educação, ensino técnico profissionalizante e desenvolvimento regional.

Segundo Lopes (2010), a educação abrange mais do que é transmitido aos alunos nas instituições de ensino, incluindo aspectos culturais amplos como os valores éticos iniciados em casa pelos familiares, estendendo-se ao ciclo de amizade, incluindo a educação formal e a informal. Cordão (2010) concorda com Lopes e complementa que a escola tende a ser atualizada, transparente e clara na definição e composição das diretrizes curriculares para melhorar a formação profissionalizante dos alunos e atender à demanda do mercado de trabalho.

O autor ainda cita que as diretrizes curriculares das instituições pretendem vincular-se ao perfil profissional de conclusão e também estar eticamente corretas para desenvolver as habilidades, competências e atitudes, promovendo o desenvolvimento para atender todas as possibilidades e não se configurar apenas como uma exigência do mercado de trabalho momentâneo.

Já Giron (2012) explicita que a educação tende a modificar-se no decorrer dos anos para acompanhar as inovações tecnológicas e socioeconômicas no intuito de acarretar maiores oportunidades de inserção no mercado de trabalho. Segundo Silva (2012, p. 6) “o investimento em educação é um traço marcante das nações desenvolvidas, visto que oportunidades sociais são elementares para o desenvolvimento”.

Observa-se que Freire (2005), Silva (2005), Benac (2006) e Giron (2012) apesar de serem autores de épocas distintas ressaltam que a educação compreende o real valor da aquisição do conhecimento e é relevante no processo de evolução humana, em que o homem se descobre como ser social, portanto parte do mundo onde se insere.

A educação contempla a formação de uma consciência coletiva, evoluída, solidária e cidadã. “Sendo a mesma funcional ao mercado e que, ao invés de produzir mão de obra, produza profissionais éticos e comprometidos coma realidade de seus semelhantes objetivando o empoderamento dos indivíduos e o fortalecimento da justiça e da igualdade social”, promovendo a inserção e o desenvolvimento (SILVA, 2005, p. 35).

Já Benac (2006, p. 85) explicita que “a educação assume uma luta contra a exclusão, favorecendo o desenvolvimento e revestindo-se de uma linguagem comprometida em valorizar a riqueza contida na diferença”. O autor contextualiza a educação como um processo

longo e contínuo. Diante do exposto Regattieri e Castro (2010) concordam com as teorias anteriores e complementam que para que haja conscientização coletiva é importante que a educação se vincule à qualificação do técnico profissionalizante, desenvolvendo as competências, habilidades e atitudes para atender às exigências do mercado de trabalho.

Gramigna (2007) define conhecimento, habilidade e atitude como primordiais para a educação profissionalizante:

Conhecimento: informações estratégicas da empresa ou do negócio; conhecer o cenário e as tendências de mercado; utilizar ferramentas de análise de problema;
Habilidade: estabelecer metas realistas e oportunas; praticar os planos elaborados; Acompanhar atividades e promover melhorias; Criar alternativas novas para solucionar problemas identificados; Iniciar parcerias e negociações para atender resultados esperados; Motivar-se diante de problemas e desafios; Agir com autonomia responsabilizando-se pelos riscos assumidos e resultados atingidos;
Atitudes: ter iniciativa, ser proativo, buscar informações; Revelar interesse, disponibilidade e comprometimento; Demonstrar energia e entusiasmo; Não desanimar quando algo de errado acontecer; Demonstrar dinamismo e persistência; Ser inovador (GRAMIGNA, 2007, p. 56).

Segundo Oliveira (2003) o ensino técnico profissionalizante propicia o aperfeiçoamento do trabalhador, ampliando o conhecimento já adquirido e melhorando as oportunidades de geração de renda e inclusão social.

Nesse pressuposto o Ministério da Educação (2007, p. 7) contextualiza “o conhecimento adquirido como proveniente do ensino médio”. Para o ensino técnico profissionalizante é relevante que o aluno esteja cursando ou tenha finalizado o ensino médio, que é voltado a estimular e desenvolver as competências cognitivas.

Marques, Queirós e Rocha (2006, p. 111) definem competências cognitivas como “a percepção, a linguagem, a memória, o pensamento, o raciocínio, a resolução de problemas, a atenção, a execução, o controle da motricidade”, além da capacidade afetiva e social, fundamentais para a continuidade do ensino técnico profissionalizante e tecnológico, objetivando preparar o indivíduo para o convívio em sociedade.

Nesse sentido, a educação profissionalizante articula-se com o ensino médio e prepara o estudante para o exercício das profissões técnicas.

Frigotto (2004) contextualiza que de um lado há mudanças provocadas pela globalização e de outro a perspectiva de reestruturação produtiva que alicerça a educação e a nova pedagogia das competências, habilidades e atitudes, envolvendo a promessa de empregabilidade, realçando as diferenças individuais. O ensino profissionalizante é o caminho para a construção da cidadania e a inserção de jovens e adultos na sociedade contemporânea é plena de grandes transformações.

De acordo com Aguiar (2007):

Nossa sociedade ainda apresenta um forte traço de exclusão e desigualdade. Essa marca se aprofunda quando nos afastamos das regiões urbanas ou nos aproximamos das periferias e das grandes cidades. Podemos contribuir fortemente para a redução dessa desigualdade e exclusão, com a oferta de cursos sintonizados com o desenvolvimento local e regional, respeitando a dinâmica dos diversos grupos sociais, sua organização, sua cultura e seus anseios (AGUIAR, 2007, p.35).

Também nesse contexto Escott e Moraes (2012) citam que os cursos técnicos são organizados e emergem no âmbito das empresas ou nas instituições de ensino, tendo como referência a melhoria no padrão do ensino anteriormente aplicado, atendendo diretamente às necessidades tanto do colaborador como da organização no processo produtivo regional ou local. Já Brasil (2002), apesar da época distinta, contextualiza que o ensino profissionalizante objetiva criar cursos que atendam às perspectivas dos indivíduos e dos empresários, proporcionando oportunidade de acesso ao mercado de trabalho àquele que está desempregado e qualificação aos que já estão atuando no mercado, proporcionando o desenvolvimento.

O objetivo do ensino técnico profissionalizante é de criar cursos que garantam perspectivas de trabalho para os jovens e adultos, facilitando a acessibilidade ao mercado de trabalho atendendo, também, os profissionais que já estão no mercado e necessitam de conhecimento específico para exercerem suas atividades ou atuar em outra área, sendo o curso técnico profissionalizante um instrumento eficaz na reinserção do colaborador no mercado de trabalho (BRASIL, 2002, p. 134).

A formação profissionalizante não se esgota na conquista de um certificado ou diploma: é necessário aprimoramento constante. A nova política estabelece a educação contínua e permanente como forma de atualização, especialização e aperfeiçoamento de jovens e adultos em seus conhecimentos específicos (BRASIL, 2002).

Segundo Fialho *et al.* (2006, p. 32), o conhecimento aprofunda-se no ambiente ao qual o indivíduo está inserido. Esse ambiente é composto pela estrutura: “psicológica, social, política, educação profissionalizante, ambiental, processos fisiológicos, necessidades individuais e empresariais e experiências anteriores”, vivenciadas pelo indivíduo.

De acordo com o autor, essa estrutura também se modifica ao longo do tempo por meio de processos de aprendizagem, ocasionando mudanças no comportamento do indivíduo. Para que uma pessoa tenha excelência profissional no trabalho não basta a aquisição de conhecimento e aprendizagem contínua: a organização necessita garantir ao colaborador condições estruturais para que exerça a função profissional, garantindo o cumprimento de todas as metas estabelecidas pela instituição.

Silva (2010, p. 28) explica que se trata de uma “adequação entre o conhecimento e a tarefa, ou seja, o indivíduo deve ter determinados conhecimentos para apresentar um desempenho competente na realização de determinadas tarefas”. Ressalta-se a formação profissionalizante, segundo o Art. 13 do Decreto nº 7.690, de 2 de março de 2012 nas competências da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica: planejar, organizar, coordenar, avaliar, formular e implementar a política de educação com o desígnio de promover o desenvolvimento em consonância com as políticas públicas que irão financiar a educação nos diversos níveis de governo.

Também compete à Secretaria de Educação a promoção de ações para a expansão e melhoria do ensino além de instituir mecanismos que garantam a gestão transparente e eficácia no âmbito da política pública e dos recursos destinados à educação, assim como:

Fortalecer a Rede Pública Federal de Educação disponibilizando a adequação orçamentária e financeira para a efetiva manutenção e expansão; Desenvolver novas parcerias público-privada; Estabelecer estratégias que possibilitem visibilidade e reconhecimento social da educação; Proporcionar mecanismos para integrar os sistemas de ensino; Acompanhar e avaliar as atividades desenvolvidas pela Rede Federal de Educação; Elaborar, manter e atualizar o catálogo nacional de cursos técnicos e o catálogo nacional de cursos de formação inicial e contínua; e Estabelecer diretrizes para a expansão e avaliação da Educação (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2012, p. 1).

Nesse pressuposto, a educação técnica profissionalizante tende a não só formar técnico de nível médio, mas também propiciar qualificação e reprofissionalização de trabalhadores que almejam se atualizar para obter melhorias profissionais (CHISTOPHE, 2005).

De acordo com o Art.13 do Decreto nº 7.690, a educação profissionalizante e o ensino médio de nível técnico objetivam o desenvolvimento de aptidões para os jovens e adultos. A educação profissionalizante e tecnológica, instituída pela nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação, nº 9.394/96, “foi influenciada por propostas internacionais fundamentadas nas habilidades e competências com ênfase na empregabilidade” (OLIVEIRA, 2003, p. 35).

Segundo Cordão (2010) a escola desempenha um papel fundamental. O ensino proporcionado a jovens e adultos deve estar sintonizado com as composições do mercado de trabalho, atendendo à demanda das organizações.

A escola precisa acompanhar a empregabilidade dos egressos, pois a própria organização escolar terá compromisso com os resultados exigindo atualização constante nas estruturas curriculares. Conseqüentemente os alunos estarão preparados e atualizados para atender às exigências do mercado de trabalho (CORDÃO, 2010). Ambos os autores Oliveira (2003) e Cordão (2010) apesar de épocas distintas concordaram ao relacionar a

empregabilidade com a demanda das organizações. Frigotto (2006), no entanto, cita que os cursos profissionalizantes ofertados devem relacionar-se com os espaços geográficos e necessidades do empreendedor de acordo com cada região ou cidade promovendo o desenvolvimento regional. Silva (2005) ao se reportar ao conceito de desenvolvimento destaca as formulações dinâmicas, inovadoras, a geração do conhecimento e consumidores exigentes.

Segundo Jones e Vollrath (2015) a relação entre a educação e desenvolvimento vincula-se ao andamento da economia e empregabilidade da região pelo fato de essas considerações contextualizarem ofertas de cursos técnicos profissionalizantes de acordo com as exigências de cada região. O autor ainda salienta que o desenvolvimento se relaciona com o aumento da produção, melhoria do padrão de vida da população e por alterações fundamentais na estrutura da economia. Para Jones e Vollrath (2015) a cidade ou região apresenta interação entre estruturas econômicas, culturais e institucionais, e entendem que o desenvolvimento regional se relaciona com as atividades educacionais e as relações que as pessoas estabelecem no território geográfico em busca de sobrevivência e conforto. Os autores citam também que os territórios se relacionam com a natureza econômica, industrial, serviço, consumo, impostos e investimentos.

Furtado (1964, p. 48) argumenta que o “desenvolvimento e o subdesenvolvimento constituem a representação de estruturas sociais que resultam na prevalência de um ou de outro, podendo-se considerá-las como situações históricas distintas, mas derivadas de um mesmo impulso inicial”. Já Clemente e Higachi (2000) ao analisarem o desenvolvimento regional de forma abrangente consideram vários aspectos e ressaltam o econômico, o social, o político e o cultural. Os aspectos ressaltados relacionam-se com o nível de vida da população, como renda, emprego, saúde, educação, alimentação, segurança, lazer, moradia e transporte.

Nessa contextualização Clemente e Higachi (2000) argumentam que há um contraponto entre crescimento e desenvolvimento:

O crescimento econômico refere-se ao crescimento da produção e da renda, enquanto que o desenvolvimento se refere à elevação do nível de vida da população. Primeiramente é necessário observar a elevação do nível de vida da população, sendo possível através da elevação do nível de renda da sociedade. Outra possibilidade é a distribuição de renda, ou seja, se a distribuição da renda não for superior ao crescimento demográfico, toda a sociedade estará empobrecida e não seria adequado falar em desenvolvimento (CLEMENTE; HIGACHI, 2000, p. 130).

Clemente e Higachi (2000, p. 136) citam que o desenvolvimento de uma região tende a estimular e impulsionar o desenvolvimento das regiões vizinhas. As pessoas qualificadas

migram para uma região proporcionando o impulso inicial para as demais localidades também se desenvolverem. Assim haveria uma difusão do desenvolvimento partindo da região mais desenvolvida. O desenvolvimento para Sen (1999, p. 18) “requer a remoção das principais fontes de privação da liberdade às quais se relacionam diretamente com a pobreza econômica que priva as pessoas da liberdade”. Já Cano (2010, p. 8) explicita que “[...] o desenvolvimento significa não só crescimento, mas mudanças estruturais que exigem distintas formas de tributação, de apropriação e distribuição da renda e de alocação do excedente”.

Jacomett (2008) concorda com os dois autores e diz que somente a educação pode proporcionar o conhecimento e promover o desenvolvimento seja local, regional ou nacional. Nesse contexto as organizações estão cada vez mais exigentes, refletindo e buscando incessantemente por qualificação profissionalizante e cidadania e nesse ambiente a sobrevivência das empresas e superação constante frente à concorrência são “conferidas através do conhecimento proporcionado pelo ensino profissionalizante” (FIALHO *et al.*, 2006, p. 110). Manfredi (2002, p.25) ressalta que o desenvolvimento regional é dinâmico, fazendo com que os mercados venham a exigir uma educação profissionalizante para o trabalhador, substituindo o antigo modelo de aprendizagem que era pela “convivência entre mestres, funções que eram passadas de pai para filho, oficinas e aprendizes dentro do ambiente de trabalho”. O desenvolvimento brasileiro foi sustentado pela mão de obra barata e não qualificada, facilitando a oferta de matéria-prima, direcionando a maioria da população sem escolaridade, favorecendo a elite minoritária com acesso à educação formal. Silva (2013) reforça que no cenário atual o desenvolvimento independe da localização da região ou a nacionalidade e deve ocorrer pela produtividade e democratização do conhecimento.

Assim, a subseção 2.2, a seguir, apresenta informações referentes à evolução do ensino técnico profissionalizante e ao cenário atual.

2.2 Evolução da Educação Técnica Profissionalizante e o Cenário Atual

A educação é importante no processo de formação de cidadãos éticos, visando aprimorar e preparar o ser humano para atender à demanda e exigência do mercado por mão de obra qualificada (OLIVEIRA, 2006). Lopes (2010) concorda com o autor e complementa que a educação é o processo fundamental na transmissão cultural e aprimoramento do conhecimento. A origem da educação no Brasil revelou-se a *priori* uma “intenção assistencial de amparar os órfãos e os demais desvalidos”. Foi a primeira iniciativa do governo feita pelo Príncipe Regente D. João em 1809 quando criou o “Colégio das Fábricas, porém, o mesmo já

estava relacionado com as necessidades emergentes da economia [...]” (REGATTIERI; CASTRO, 2010, p.17). Já Lima (2014) contextualiza a evolução da educação e destaca que em 1909 o Presidente da República Nilo Peçanha sancionou o Decreto-Lei nº 7.556, de 23 de setembro do mesmo ano, determinando a instituição educacional no Brasil com caráter assistencialista, destinada a atender a massa trabalhadora.

Nesse período criaram-se segundo Lima (2014, p. 34) “dezenove Escolas de Aprendizizes Artífices distribuídas em todos os estados brasileiros”, com o propósito de preparar gerações futuras advindas das camadas menos favorecidas. Lima (2014), apesar de épocas distintas, concorda com Oliveira (2006) e Regattieri e Castro (2010, p. 15) que complementam explicando que o ensino profissionalizante foi a pauta do debate realizado na Câmara dos Deputados com a proposta da extensão da educação profissionalizante para todos e “não mais para os pobres e desafortunados”. Regattieri e Castro (2010) também citam sucessivas reformas na educação profissionalizante que foram elaboradas da seguinte forma:

A reforma educacional de 1931, conhecida pelo nome do ministro Francisco Campos. Essa reforma regulamentou e organizou o ensino secundário, bem como o ensino profissionalizante comercial. Em 1934, nova Constituição instituiu a competência da União para traçar Diretrizes da Educação Nacional e fixar o Plano Nacional de Educação. Em 1937, outra Constituição tratou, pela primeira vez, das escolas vocacionais e pré-vocacionais como um dever do Estado para com as classes menos favorecidas, dever este a ser cumprido com a colaboração das empresas e dos sindicatos econômicos. (REGATTIERI; CASTRO, 2010, p. 18)

Diante do exposto, a Resolução CNE/CEB nº 3/2008 foi embasada no Parecer CNE/CEB nº 11/2008 que dispõe o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos de Nível Médio. No art. 3º determina que os cursos desse Catálogo sejam organizados por eixos tecnológicos definidos pelo Projeto Pedagógico contemplando as exigências profissionais e direcionando a ação educativa das instituições dos sistemas de ensino na oferta da educação profissionalizante de nível médio (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2012). Em relação às Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica a mesma fonte expõe que:

Em 13 de julho de 2010, a CEB concluiu o longo e proveitoso debate, definindo Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica, pela Resolução CNE/CEB nº 04/2010, com fundamento no Parecer CNE/CEB nº 7/2010. Mais recentemente, esta Câmara ainda aprovou o Parecer CNE/CEB nº 05/2011, que definiu Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, o qual está sendo aqui considerado. É neste contexto de atualização geral do conjunto das Diretrizes Curriculares Nacionais para todas as etapas e modalidades de Educação Básica e Educação Profissionalizante que se entende a demanda atual (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2012, p. 4).

De acordo com a Resolução CNE/CEB nº 7/2010, as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica caracterizam a Educação Técnica Profissionalizante nos artigos 30 a 34. Os Artigos 30 e 31 argumentam que essa Educação cumpre com rigidez os objetivos estabelecidos pela educação nacional que integra os diferentes níveis e modalidades de educação, trabalho, ciência e tecnologia, articulando-se com o ensino médio regular e outras modalidades de ensino para jovens e adultos (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2012).

Os Artigos 32, 33 e 34 assim determinam:

Art. 32. A Educação Profissional Técnica de nível médio é articulada e desenvolvida nas seguintes formas: a) integrada, na mesma instituição; ou b) concomitante, na mesma ou em distintas instituições; Art. 33. A organização curricular da Educação Profissional e Tecnológica por eixo tecnológico fundamenta-se na identificação das tecnologias que se encontram na base de uma dada formação profissional e dos arranjos lógicos por elas constituídos. Art. 34. Os conhecimentos e as habilidades adquiridos tanto nos cursos de Educação Profissional e Tecnológica, como os adquiridos na prática laboral pelos trabalhadores, podem ser objeto de avaliação, reconhecimento e certificação para prosseguimento ou conclusão de estudos (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2012, p. 15).

Gianelli e Ferreira Junior (2010) explicam que em 1937 a educação passou por uma nova reformulação iniciada pelo Ministro da Educação Gustavo Capanema que alterou algumas áreas do ensino. São as Leis Orgânicas do Ensino ou Reforma Capanema, que foram relevantes para a educação.

Nessa época o cenário paulista preocupava-se com o ensino industrial profissionalizante para atender ao crescimento e diversificação da produção industrial. Segundo os autores, a formação de operários qualificados e técnicos tornou-se essencial para a implantação de projetos de grande porte como a criação em 1941 da Companhia Siderúrgica Nacional e em 1942 da Fábrica Nacional de Motores.

No mesmo ano instaurou-se o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), consequência da aceleração da produção industrial e institui-se a Rede Federal de Estabelecimento de Ensino Industrial incluindo as escolas técnicas e indústrias entre elas a escola Técnica de São Paulo. Em 1946 origina-se o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), contemplando o ensino comercial e posteriormente o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR). Na sequência surgiram o Serviço de Apoio à Pequena e Microempresa (SEBRAE), o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP), o Instituto Nacional do Livro, e o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) (SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2013).

Gianelli e Ferreira Junior (2010) explicitam que em 1969 foi autorizado o funcionamento de cursos técnicos de curta duração. O governo investiu oito milhões e

quatrocentos mil dólares, dinheiro emprestado do Banco Mundial. Esse empréstimo financiou também projetos do ensino profissionalizante de segundo grau. Segundo os autores o governo paulista aliou-se ao governo federal com o intuito de criar o Centro Estadual de Educação Tecnológica (CEET), posteriormente Centro Estadual de Educação Tecnológica de São Paulo (CEETEPS). Na atual conjuntura denominam-se Escolas Técnicas Estaduais (ETECs) objetivando ofertar ensino técnico profissionalizante de nível médio. Ressalta-se que até a Reforma Capanema, em 1942, não havia uma política de ensino técnico profissionalizante adequado como explicado a seguir:

A criação dessas instituições além da reforma Capanema, que reorganizou o ensino primário, médio e o ensino técnico profissionalizante na área industrial, teve um valor histórico indiscutível, pois revelou-se a preocupação do governo de engajar as indústrias na qualificação profissional. Esse fato decorreu da impossibilidade de o sistema de ensino ofertar a educação profissional, de que carecia a indústria, e da dificuldade do Estado em alocar recursos para equipará-lo adequadamente (SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2013, p. 25).

De acordo com a Secretaria da Educação do Estado de São Paulo (2013) nesse período (anos 40) não existia uma política adequada de formação de recursos humanos para a indústria. Tratava-se de uma herança colonial, com exceção das escolas particulares.

Durante a década de 1990 o Brasil enfrentou mudanças substanciais na condução de suas políticas econômicas e sociais caracterizadas pelo enxugamento das funções do Estado, ocasionando a submissão do Brasil ao capital financeiro internacional. Nesse contexto reformas estruturais no setor produtivo e no educacional foram necessárias.

Nesse pressuposto Frigotto, Franco e Magalhães (2006) discutem a melhoria e a expansão do Ensino Técnico Industrial no Brasil prevendo a construção de 200 escolas Técnicas Industriais e Agrotécnicas.

Os autores constataram que no âmbito das escolas técnicas de fato foram construídas, até 1990, não mais do que meia dúzia de escolas. Analisaram os documentos e o relatório do Programa de Expansão do Ensino Técnico e constataram que:

Uma nítida visão produtiva da educação, uma visão dual e fragmentária, reduzindo o papel das escolas técnicas a uma adaptabilidade ao mercado de trabalho e ao sistema produtivo; O programa de expansão e melhoria inscreve-se numa perspectiva neoliberal de organização econômica, política e social e, enquanto tal funda-se em pressupostos falsos e de consequências profundas para a sociedade, no plano interno e em relação com o mundo desenvolvido. Na mesma óptica situa-se hoje em termos de concepção e proposta de Educação Tecnológica; O programa se desenvolve numa conjuntura, em que o golpe militar e seu projeto econômico-social encontrou-se em crise, e instauraram-se um processo de redemocratização da sociedade. (FRIGOTTO; FRANCO; MAGALHÃES, 2006, p. 140).

Tratava-se de uma sociedade cindida em classes sociais em que onde a classe trabalhadora era concebida e produzida como mercadoria e o objetivo era a maximização do lucro e não a satisfação coletiva das necessidades humanas (FRIGOTTO; FRANCO; MAGALHÃES, 2006). Os autores ainda complementam que a grande questão não era organizar o sistema econômico e político, mas sim maximizar a satisfação das necessidades humanas coletivas, adaptando a educação e a qualificação técnica ao sistema produtivo embora a visão produtivista da escola ocultasse vários problemas principalmente na interligação entre a concepção de sociedade, trabalho, homem e educação.

Nesse contexto os autores argumentam que por um lado muitas pessoas atuavam no mercado de trabalho informal e por outro houve a retomada do desenvolvimento com a incorporação da tecnologia na microeletrônica, robótica, biotecnologia, e engenharia, atingindo todo setor da economia.

É primordial, portanto, romper a visão dualista fragmentária da educação e mudá-la para a função social, pois os princípios que norteiam o Programa de Melhoria e Expansão do Ensino Técnico Profissionalizante são a descentralização, a integração, a regionalização, a interiorização, a racionalização e a gratuidade pertinentes às mudanças econômicas e sociais.

Ney (2006) ressalta que em 1991 houve um debate em relação à reforma do Ensino Médio e Ensino Técnico Profissionalizante quanto à perspectiva humanista e a visão mercantil das competências, a reforma curricular, a educação tecnológica e a nova legislação, que foram os principais temas dessa época.

Segundo o autor foram analisados 34 artigos: 14 envolvendo a educação profissionalizante; oito relacionados à política educacional, desenvolvimento e tecnologia; cinco referentes ao Sistema Nacional de Educação e à reforma educacional realizada na rede CEFET; quatro relacionados ao cenário e à situação do Ensino Técnico do nível médio; e três referentes à reforma educacional do SENAC.

Ney (2006) relatou que após análises documentais a reforma educacional foi assim justificada:

Necessidade de expansão da oferta de vagas no ensino médio; Adequação da formação profissionalizante aos novos perfis profissionais exigidos pelo mercado de trabalho; A ideia que o processo de formação profissional deve deixar de ser estático; A crescente escolaridade e demanda do trabalhador em função das novas tecnologias e dos novos processos produtivos; O desaparecimento de ocupações sem que o trabalhador tenha chance de se reprofissionalizar. A transformação das escolas técnicas de qualidade, os CEETEPs, por exemplo. (NEY, 2006, p. 260).

Segundo o Ministério da Educação (2007) a Lei nº 8.948 de 8 de dezembro 1994 dispõe que os Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs), diante do Decreto específico estabelecido pelo Ministério da Educação leve em conta as instalações físicas, os laboratórios e as condições técnico-pedagógicas e administrativas para o funcionamento de cada centro. Nesse pressuposto constataram-se características e estruturas definidas na LDB 9.394/96 em que o conteúdo impetra que o Ensino Técnico Profissionalizante poderá ser cursado simultaneamente ou subsequentemente ao Ensino Médio.

O aluno poderá, portanto, optar por terminar o Ensino Médio com ou sem uma formação técnica profissionalizante ou por frequentar um curso técnico somente após a conclusão do Ensino Médio (BRASIL, 1996).

Essa formação atende às necessidades imediatas do mercado de trabalho para o qual a Educação Técnica Profissionalizante tornou-se importante, pois a formação superior requer mais tempo para a conclusão do curso e posteriormente atenderia o preenchimento da vaga em outros níveis (FREITAS, 2010).

A LDB Lei nº 9.394/96 cita que a educação se estende aos processos de informação e conhecimento que se ampliam e são desenvolvidos na vida familiar, no convívio em sociedade, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e nas manifestações culturais.

Essa Lei disciplina e vincula o trabalho à prática social:

proporcionando igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; II liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber; III desenvolver o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas; IV respeitar à liberdade e apreço à tolerância; V coexistência de instituições públicas e privadas de ensino; VI gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais; VII valorizar o profissional da educação escolar; VIII gerir a democrática do ensino público, na forma desta lei e da legislação dos sistemas de ensino; IX garantir o padrão de qualidade; X valorizar a experiência extraescolar; XI vinculações entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 1996, p. 9).

Gianelli e Ferreira Junior (2010) ressaltam que a Lei nº 9.394/96 complementada pelo Decreto 2.208/97 define as características para as entidades CEFETs do ensino técnico profissionalizante a contar com um Conselho Técnico constituído por dirigentes da educação profissional, empresários e trabalhadores do setor produtivo correspondentes às suas áreas de atuação.

Já a reformulação do Decreto 5.154/2004 (BRASIL, 2004) dá suporte aos objetivos das políticas nacionais da educação profissional. A esfera federal é a centralizadora da

organização e do sistema de educação profissionalizante que pode ser ofertada não apenas concomitante e sequencialmente ao Ensino Médio, mas sim integrada a ele defendendo o resgate à formação integral do trabalhador (BRASIL, 2004).

Críticas foram feitas ao modelo de organização da educação profissionalizante pelo fato de permitir o funcionamento de cursos não articulados, que impossibilitam a formação integral do aluno (PONTES, 2009).

O Quadro 1 explicita de forma esquematizada as Habilitações Plenas da Educação Técnica Profissionalizante de Nível Médio.

Forma	Oferta	Horas
ARTICULADA INTEGRADA	Integrada com o Ensino Médio na mesma instituição educacional.	Mínimo varia entre 3.000, 3.100 a 3.200, ou máximo varia entre 3.400 a 3.600 horas para a instituição de ensino e para o estudante conforme a habilitação profissional ofertada.
CONCOMITANTE	Concomitante com o Ensino Médio regular, instituições de ensino distintos	Mínimo de 800, ou 1.000 ou 1.200 horas na instituição de Educação Profissional e Tecnológica acrescida de mais 2.400 horas totalizando os mínimos de 3.200, ou 400 ou 3.600 horas para a escola e para o estudante conforme habilitação profissional ofertada.
ARTICULADA	Concomitante com Ensino Médio regular na mesma instituição de ensino ou em instituições de ensino distintas.	Mínimo de 800 ou 1.000 ou 1.200 horas acrescidas de mais 1.200 horas para a formação geral, devendo sempre totalizar 2.400 horas para a escola e para o estudante conforme a habilitação profissional ofertada.
SUBSEQUENTE	Educação Profissional Técnica de Nível Médio ofertado após a conclusão do Ensino Médio	Mínimo de 800 ou 1.000 ou 1.200 horas para o estudante conforme habilitação profissional ofertada na Instituição de Educação Profissional e Tecnológica.

Quadro 1 - Habilitações do ensino técnico profissionalizante
Fonte: Ministério da Educação (2012, p. 45)

Em cada escola técnica exige-se da equipe gestora articulação com os setores produtivos locais, relacionando os cursos ofertados ou solicitados no sentido de haver atualização permanente na grade curricular do curso e nas respectivas competências para a formação e desempenho dos profissionais no mercado de trabalho (ARAÚJO, 2001).

O autor expõe a finalidade do processo de mudança:

Esse processo tem como finalidade substituir o modelo curricular estruturado tratado exclusivamente nos ambientes escolares, por um currículo integrado e gerenciado a partir de projetos que envolvam professores de diferentes disciplinas e que se realizem nos espaços da escola e em laboratórios e oficinas de empresas conveniadas (ARAÚJO, 2001, p. 9).

De acordo com o Ministério da Educação (2012) a base curricular dos cursos do Ensino Técnico Profissionalizante de Nível Médio proporciona ao estudante referências

fundamentais para a formação profissional e a construção e convívio em uma sociedade democrática.

No contexto curricular há diversos campos (trabalho, ciência, tecnologia) e elementos que discutem as relações da produção e fatos históricos na sociedade contemporânea.

O Ministério da Educação (2012) também contextualiza que a nova realidade do mundo no trabalho passou a exigir da educação profissionalizante que dê oportunidades ao trabalhador para que desenvolva saberes e competências profissionais complexas, incluindo capacidade para criar soluções inovadoras, trabalhar em equipe, comunicar-se de forma clara precisa, utilizar várias formas de linguagem e de comunicação, respeitar as diferenças, assim como:

Proceder a contínuas análises e sínteses, decidir sabendo julgar e avaliar situações problema, observar e interpretar, ser rápidas nas respostas a novos desafios profissionais e pessoais, gerenciar processos para atingir metas, trabalhar com prioridade, correr riscos e antecipar escolhas, monitorar desempenhos, enfrentar desafios de permanentes mudanças, resistir a pressões e inovar, conviver com o incerto e o inusitado, aprimorar a capacidade de continuar aprendendo de forma permanente e contínua (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2012, p. 7).

As Diretrizes Curriculares atualizadas e a vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais são fundamentais para a inserção do aluno no mercado de trabalho.

Diante dessa atualização, a subseção 2.2.1, a seguir, apresenta informações referentes às matrículas no Ensino Técnico Profissionalizante.

2.2.1 Financiamento e Matrículas no Ensino Técnico Profissionalizante por Dependência Administrativa

O financiamento da educação é visto como parte integrante da política educacional, dependendo, portanto, da ação do Estado e de sua relação com a sociedade. Assim, a política de financiamento altera-se conforme o valor que é atribuído à educação geral e à educação profissionalizante e tecnológica.

A educação tecnológica vem sendo considerada ao longo dos anos o motor do crescimento, adaptando-se às mudanças socioeconômicas que vem, por sua vez, condicionar as relações entre trabalho e educação (GRABOWSKI, 2010). Para o autor o discurso prioriza a educação colocando-a como o principal mecanismo de ascensão social, adequando o ensino aos novos tempos e retomando o crescimento econômico. Nesse contexto o Estado vincula

fundos que modificam os recursos já existentes sem elevar os investimentos reais para a educação.

De acordo com Ramos (2003) vários programas e até mesmo estímulos como o voluntariado em parceria com escola pública são relevantes para a melhoria da competitividade nas organizações a fim de diminuir a pobreza já que a educação não se constitui sozinha, é insuficiente para resolver questões sociais e injustiças e não se discute o financiamento da educação isoladamente, mas sim em conjunto.

Neves (2008) explicita que o Estado assumiu o compromisso na formação desse novo trabalhador, articulando ações com o setor privado para propiciar a qualificação necessária aos trabalhadores, estimulando a integração entre empresa e escola.

Para Grabowski (2010, p. 55) “somos uma nação com a maior concentração de riqueza, no entanto configura-se uma sociedade em que a desigualdade impera ocorrendo uma má distribuição de recursos”.

As políticas de financiamento e de distribuição de recursos precisam ser estudadas, mas não isoladamente e sim em conjunto com a gestão dos fundos públicos. O financiamento e o orçamento da educação não dependem somente de vinculações e transferências de recursos federais e das esferas pública e privada, mas também da arrecadação de impostos (GRABOWSKI, 2010).

A educação é, portanto, financiada por investimentos provenientes de famílias, empresas e do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) que é o financiador da Política Pública de Trabalho e Renda.

Ainda segundo Grabowski (2010), ao estabelecer a vinculação de recursos financeiros para a educação, a Constituição Federal de 1988 resguardou o direito à educação a todos os cidadãos garantindo percentuais da receita e resultados provenientes da arrecadação de impostos para a manutenção e desenvolvimento do ensino.

Assim, estabeleceu 18% da receita de impostos da União e 25 % da receita de impostos dos Estados, Distrito Federal e Municípios inclusas as transferências entre as esferas de governo, excluindo taxas e contribuições sociais. O autor ainda complementa que a vinculação não representava a real necessidade do País.

Mendes (2014) por sua vez contextualiza que a educação foi privilegiada com a alocação de recursos federais na última década.

A Tabela 1 demonstra a evolução dos gastos do Governo Federal com a proporção da receita líquida dividindo-a em grupos de despesas: Abono Salarial e Seguro Desemprego; Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e Renda Mensal Vitalícia (RMV); Bolsa Família;

Saúde; Benefícios Previdenciários; Educação Pessoal (exceto saúde e educação); e Investimento (exceto saúde e educação).

Todos itens tiveram expansão passando a consumir os disponíveis recursos orçamentários. O autor argumenta que a educação se enquadra nesse *ranking* de despesas crescentes e que em 2004 os desembolsos para a educação foram de 4 % da Receita Líquida do Tesouro Nacional passando para 9,3 % em 2014. Esse salto atingiu 130 % como segue:

Tabela 1 – Despesas do Governo entre 2004 a 2014

	2004	2006	2008	2010	2011	2012	2013	2014	Varição 2004-14
Abono Salarial e Seguro Desemprego	2,7	3,3	3,5	3,8	4,2	4,4	4,5	5,3	96 %
LOAS E RMV	2,1	2,6	2,7	2,9	3,0	3,3	3,4	3,8	78 %
Bolsa Família	1,4	1,3	1,8	1,7	2,0	2,3	2,4	2,6	90 %
Benefícios Previdenciários	35,7	36,7	34,2	32,7	34,4	35,9	36,9	38,9	9 %
Saúde	9,1	8,6	8,2	7,9	8,4	8,8	8,4	9,3	2 %
Educação	4,0	4,2	4,6	5,9	6,6	7,6	7,8	9,3	130 %
Pessoal (exceto saúde e educação)	22,2	22,3	21,4	20,3	20,6	19,8	18,8	19,7	- 11 %
Investimento (exceto saúde e educação)	2,1	2,8	3,9	4,7	4,1	3,8	3,7	4,3	107 %
Receita Líquida (R\$ bilhões) valor nominal	352	451	584	779	818	881	991	1.014	

Fonte: Mendes (2014)

Segundo Grabowski (2010) esse percentual inclui as alocações orçamentárias realizadas anualmente pelo governo para os programas de natureza privada, tais como o Sistema S: SENAC, SESC, SESI, SENAI, SENAR, SEST, SENAT.

Embora a gestão seja empresarial e privada há por sua vez a garantia legal de recursos compulsórios a título de contribuições sociais cujos expressivos valores são acrescidos pela prestação de serviços constituindo um orçamento expressivo.

Para o autor, o Brasil apresenta distorções em relação aos gastos. Já Mendes (2014) concorda com o autor e complementa que uma das maiores distorções brasileiras está entre o ensino fundamental/médio com gasto de R\$ 2.213,00; o técnico profissionalizante/tecnológico com R\$ 7.842,00; e os gastos com estudantes universitários que chegam a R\$ 17.226,00 por ano.

De acordo com Mendes (2014) as despesas do Governo Federal em Educação, em 2004 atingiram R\$ 436 bilhões, passando a R\$ 7.127 bilhões em 2014.

A educação profissionalizante e a superior foram as que deram elevado grau de despesas para o governo e houve uma diminuição no investimento no ensino fundamental conforme representação na Tabela 2.

Tabela 2– Investimento (R\$ mil) em Educação em 2014

	2004	2014
Ensino Profissionalizante e Superior	55 %	63 %
Ensino Fundamental	45 %	37 %

Fonte: Mendes (2014)

A Tabela 2 mostra que em 2004 os investimentos para a educação profissionalizante e ensino superior eram de 55 % passando a ser 63 % em 2014, enquanto as despesas com o ensino fundamental em 2004 que eram de 45 % passaram a ter uma contração de 37 % em 2014. A Tabela 3 demonstra a estimativa do Governo em relação aos investimentos em educação para 2014.

Tabela 3–Gasto da Receita (R\$ mil) com a Educação em 2014

	Estado de São Paulo	Brasil
Contribuição dos Estados, DF e Municípios	30.554.485,70	121.270.668,60
Complemento da União ¹	0	10.914.360,20
Total da Receita	30.554.485,70	132.185.028,70

¹Correspondente a 15% do total de 2014distribuído automaticamente

Fonte: FUNDEB (2015)

Constata-se que o gasto com a receita na educação é proveniente dos Estados, DF, e Municípios totalizando R\$ 30.554.485,70 somente no estado de São Paulo. Já o Brasil compõe os custos com educação com as contribuições estaduais do DF, municípios e da União.

Segundo Mendes (2014) nos últimos três anos o investimento superou o limite. Entre 2012 e 2014 a União gastou R\$ 43,1 bilhões superando os limites que eram em média de R\$ 14,4 bilhões a mais por ano.

A Tabela 4 demonstra o custo por aluno no exercício de 2014 de acordo com a Portaria Interministerial MEC/MF nº 15, de 25 de novembro de 2014 (MINISTÉRIO da EDUCAÇÃO, 2014-2020):

Tabela 4 – Gasto Anual por aluno com Ensino Público no Estado de São Paulo em 2014

Ensino Público	Estado de São Paulo
Educação Infantil	
Creche em tempo integral	4.413,50
Pré-escola em tempo integral	4.413,50
Creche em tempo parcial	3.395,00
Pré-escola em tempo parcial	3.395,00
Ensino Fundamental	
Anos iniciais do ensino fundamental urbano	3.904,25
Anos iniciais do ensino fundamental no rural	3.734,50
Anos finais do ensino fundamental urbano	4.074,00
Anos finais do ensino fundamental no rural	4.413,50
Ensino fundamental em tempo integral;	4.243,75
Ensino Médio	
Ensino médio urbano	4.243,75
Ensino médio rural	4.413,50
Ensino médio em tempo integral	4.413,50
Ensino médio integrado à educação profissionalizante	4.413,50
Ensino Profissionalizante / Tecnológico	
Ensino Técnica Profissionalizante	4.097,00
Ensino Tecnológico	7.521,32
Ensino Superior	
Graduação 4 a 5 anos	12.534,00

Fonte: Adaptada de FUNDEB (2015)

A Tabela 4 destaca o aumento nos gastos com educação. A básica apresenta uma elevação de R\$ 4.243,50, o ensino médio de R\$ 4.413,50, e o técnico/profissionalizante e o tecnológico de R\$ 7.521,32. De acordo com o exposto, segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (MEC/INEP, 2013) o Brasil possui 90.706 estabelecimentos de ensino na educação básica. Desse total estão matriculados 50.042.448 estudantes: 41.432.416

(82,8%) em escolas públicas e 8.610.032 (17,2%) em escolas privadas.

As redes municipais são responsáveis por quase metade do total das matrículas, 46,4%, o equivalente a 23.215.052 alunos, seguidas da rede estadual que tem 5,8% do total, referentes a 17.926.568 alunos. A rede federal com 290.796 matrículas participa com 0,6% do total.

Os números da educação profissionalizante vêm se expandindo ao longo dos anos. Para demonstrar essa expansão o Censo confirma essa trajetória: “O número de matrículas na

educação profissional e tecnológica em 2007 aumentou de 780.162 para 1.441.051 em 2013” (MEC/INEP, 2013, p. 14). Salienta-se a “expansão das redes federais e privadas que aumentaram respectivamente 8,4 % e 9,3 % de 2012 para 2013 ”nos últimos sete anos. (MEC/INEP, 2013, p. 29).

Os dados estão apresentados na Tabela 5.

Tabela 5 - Número de Matrículas no Ensino Técnico Profissionalizante por Dependência Administrativa no Brasil - 2007 – 2013

Ano	Matrículas no Técnico Profissionalizante por Dependência Administrativa: Rede Estadual, Rede Pública Municipal, Rede Federal e Rede Privada				
	Total	Escolas Estaduais	Escolas Municipais	Escolas Federais	Escolas Privadas
2007	780.162	253.194	30.037	109.777	387.154
2008	927.978	318.404	36.092	124.718	448.764
2009	1.036.945	355.688	34.016	147.947	499.294
2010	1.140.388	398.238	32.225	165.355	544.570
2011	1.250.900	447.463	32.310	189.988	581.139
2012	1.362.200	488.543	30.422	210.785	632.450
2013	1.441.051	491.128	30.130	228.417	691.376
%2012-2013	5,8	0,5	- 1,0	8,4	9,3

Fonte: MEC/INEP (2014, p. 29)

Nos dados da Tabela 5 que apresenta dados da década passada houve um crescimento da educação profissional no País principalmente após a crise econômica sistêmica de 2008. Segundo Braga (2009, p.12) “a crise imobiliária americana iniciou-se em 2007 contagiando o sistema bancário e financeiro, sendo que os Bancos Centrais e os Tesouros eram reféns dos Mercados”.

De 2009 a 2012 a expansão das matrículas foi significativa. As instâncias governamentais reforçaram que a oferta e o número de alunos matriculados aumentaram consideravelmente. A justificativa para essa elevação foi justamente a exigência do mercado por profissionais qualificados e competentes havendo contrapontos entre Ricci e Fialho.

Ricci (2006) explica que a expansão da industrialização e a modernização tecnológica causaram a exigência por qualificação. Cresceu também a dívida externa brasileira com a participação de investimentos externos e a população regional brasileira não passou imune a

esses processos. O autor ainda observou o aparecimento de uma burguesia exigente, muito ativa e inovadora, que transferia recursos do comércio para a produção industrial em larga escala. Constata-se em Fialho *et al.* (2006) que o caráter empreendedor é um conjunto de procedimentos e atividades desenvolvidas que origina um empreendimento de sucesso, exigindo qualificação profissional.

Já Araújo e Santos (2013) concordam com os autores citados e argumentam que outro motivo para o aumento das matrículas está relacionado às novas tecnologias que exigem a adaptabilidade das instituições de ensino, pois a conjuntura atual requer pessoas competentes que tenham habilidades e atitudes aptas a ingressarem no mercado de trabalho ao qual o perfil técnico esteja se enquadrando.

Segundo Paixão, Dore e Margiotta (2012) o governo estabeleceu metas ousadas para essa década garantindo a qualidade e eficiência da oferta das escolas, buscando criar uma política educacional que estimule a permanência do aluno na instituição de ensino elevando gradualmente a taxa de conclusão dos cursos técnicos profissionalizantes para 90% e aumentando os cursos presenciais com a proporção de vinte alunos por professor em sala de aula. O Plano Nacional de Educação MEC/INEP (2014, p. 10) procura:

[...] oferecer, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional e triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% (cinquenta por cento) da expansão no segmento público (MEC/INEP, 2014).

O número de matrículas e os respectivos cursos do ensino técnico profissionalizante da rede privada estão apresentados na Tabela 6.

Tabela 6 - Dez Cursos Técnicos Profissionalizante com Maior Número de Matrículas na Rede Privada no Brasil - 2007 – 2013

Curso	Matrícula	%
Total Geral da Rede	691.376	100,00
	(Escolas Privadas)	
Total dos dez maiores cursos	442.883	64,1
Enfermagem	121.357	17,6
Segurança do Trabalho	89.059	12,9
Administração	48.696	7,0
Informática	38.341	5,5
Mecânica	38.253	5,5
Radiologia	28.411	4,1
Eletrotécnica	27.844	4,0
Edificações	19.455	2,8
Mecatrônica	16.623	2,4
Química	14.844	2,1

Fonte: MEC/INEP (2014, p. 30)

Observam-se nos dados na Tabela 6 que Enfermagem, Segurança do Trabalho, Administração, Informática e Mecânica são os cursos da rede privada em que predomina o número de matrículas no ensino profissionalizante.

Os cursos com menor demanda são Edificações com 2,8 %; Mecatrônica com 2,4%; e Química com 2,1%. Os números das redes pública municipal e estadual podem ser observados na Tabela 7.

Tabela 7 - Dez Cursos Técnicos Profissionalizantes com Maior Número de Matrículas na Rede Pública Municipal e Estadual no Brasil - 2007 – 2013

Curso	Matrícula 749.675 (Escolas Municipais e Estaduais)	%
Total Geral da Rede		100,00
Total dos dez maiores cursos	426.143	56,8
Informática	92.398	12,3
Administração	89.308	11,9
Agropecuária	47.249	6,3
Edificações	33.834	4,5
Enfermagem	32.475	4,3
Contabilidade	27.998	3,7
Eletrotécnica	27.458	3,7
Mecânica	26.304	3,5
Segurança do Trabalho	24.739	3,3
Logística	24.380	3,3

Fonte: MEC/INEP (2014, p. 30)

Os dados da Tabela 7 apontam que Informática e Administração são os cursos com maior número de matrículas nas entidades públicas municipais e estaduais no Brasil. Segurança do Trabalho e Logística são os menos procurados. As matrículas na rede federal estão na Tabela 8.

Tabela 8 - Dez Cursos Técnicos Profissionalizantes com Maior Número de Matrículas na Rede Federal - 2007 – 2013

Curso	Matrícula	%
Total Geral da Rede	228.417 (Escolas Federais)	100,00
Total dos dez maiores cursos	136.628	59,8
Informática	29.622	13,0
Agropecuária	23.354	10,2
Edificações	18.266	8,0
Eletrotécnica	14.733	6,5
Mecânica	11.930	5,2
Química	8.532	3,7
Administração	8.440	3,7
Segurança do Trabalho	7.749	3,4
Meio Ambiente	7.199	3,2
Eletrônica	6.803	3,0

Fonte: MEC/INEP (2014, p. 31)

De acordo com os dados da Tabela 8, Informática e Agropecuária são os cursos com maior número de matrículas na rede federal, e Meio Ambiente e Eletrônica são menos procurados.

Ao comparar as redes de ensino brasileiras constata-se que há 442.883 alunos matriculados na rede estadual; 426.143 na municipal e 136.628 na federal. A estadual apresentou o maior número de matrículas.

Ao relacionar os cursos profissionalizantes constatou-se que os mais procurados nas três redes, estadual, municipal e federal, são: Técnico em Administração, Edificações, Eletrotécnica, Eletrônica, Informática, Mecânica e Segurança do Trabalho.

Segundo o Ministério da Educação (2012) todas as modalidades dos cursos de Educação Profissional e Tecnológica do Centro Paula Souza devem ser flexíveis, interdisciplinares, contextualizados e atualizados.

Observa-se a necessidade constante de reformulação nos cursos, currículos e programas, garantindo a utilidade, a clareza e a identificação dos perfis profissionais de conclusão dos cursos. A reformulação deve ser concebida de modo a possibilitar a construção dos concluintes contínuos e articulados com aproveitamento de estudos posteriores.

Cabe ressaltar o ensino técnico profissionalizante e o Centro Paula Souza no Estado de São Paulo.

2.2.2 Ensino Técnico Profissionalizante e o Centro Paula Souza no Estado de São Paulo

O Centro Paula Souza vincula-se à Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação do estado de São Paulo. É um órgão do governo estadual que tem como objetivo ampliar o desenvolvimento sustentável do Estado, estimulando as vantagens competitivas das organizações e dos empreendedores paulistas, incorporando tecnologia aos produtos da Região e fortalecendo as condições para atrair investimentos (CEETEPS, 2015).

Outros órgãos vinculam-se à Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação do estado de São Paulo, como:

Agência Paulista de Promoção de Investimentos e Competitividade (Investe São Paulo), a Fundação de Amparo à Pesquisa ou FAPESP, o Instituto de Pesquisas Tecnológicas ou IPT, o Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares ou IPEN, além das faculdades e universidades estaduais: Faculdade de Medicina de Marília a FAMEMA, Faculdade de Medicina de São José do Rio Preto ou FAMERP, a Universidade Estadual de Campinas ou UNICAMP, a Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho ou UNESP, a Universidade de São Paulo ou USP e a Universidade Virtual do Estado de São Paulo a UNIVESP (CEETEPS 2015, p. 2).

Segundo o CEETEPS (2015) a missão da Instituição é promover o ensino público com excelência, compartilhar informações e conhecimentos, reconfigurar e intensificar a utilização de recursos tecnológicos para atender à demanda do mercado de trabalho.

A visão do Centro Paula Souza é consolidar a educação adequando-a aos processos de ensino aprendizagem, beneficiando o desenvolvimento humano, adaptando-se às necessidades da sociedade antecipando e sociais e de mercado de trabalho e satisfazendo as parcerias internas e externas atendendo às mudanças que se relacionam com a Instituição, aperfeiçoando os processos de planejamento e gestão.

Para atender à missão e ao objetivo da Instituição o Centro Paula Souza possui diretrizes estratégicas, como: excelência em educação humana e tecnológica, satisfação dos públicos (internos e externos), valorização do capital humano, alto desempenho e melhoria permanente, parcerias, sinergias, inovação tecnológica e transparência (CEETEPS, 2015, p. 1).

O estado de São Paulo em seus primórdios foi sustentado economicamente pela agricultura cafeeira e pelo gado leiteiro fortalecido pela industrialização da cidade de São Paulo. No decorrer do tempo novas alternativas econômicas surgiram e as cidades em desenvolvimento no entorno da rodovia Presidente Eurico Dutra buscavam o desenvolvimento industrial, tendo como polo as principais cidades como Jacareí, São José dos Campos, Taubaté e Guaratinguetá, abrangendo o fundo do Vale do Paraíba (EMPLASA, 2013 p. 41).

Nessas cidades concentra-se intensa e diversificada atividade econômica e predomina a indústria intensiva em capital e tecnologia com grandes unidades produtivas de diferentes segmentos: “petroquímico, automobilismo, químico, bélico, farmacêutico, veterinário, telecomunicações, e sobre tudo aeronáutico” (SOUZA, 2011, p 17).

Ainda em relação a esse contexto afirma Brandão (2012):

No local pode tudo e, diante da crescente “sensibilidade do capital às variações do lugar”, bastaria mostrar-se diferente e “especial”, propagandeando suas vantagens comparativas de competitividade, eficiência, amenidades entre outros, para ter garantida sua inserção na modernidade (BRANDÃO, 2012, p. 39).

O Estado de São Paulo, dada a sua tradição econômica, procurou e procura desenvolver um sistema técnico profissionalizante para atender às suas necessidades com políticas públicas voltadas para a educação profissional que reorganizou o modelo educacional com as Escolas Técnicas Estaduais ou ETECs.

A Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte (RMVALE) foi contemplada com algumas unidades ETECs: Machado de Assis em Caçapava; Professor Marcos Uchôas dos Santos Penchel em Cachoeira Paulista; Caraguatatuba, em Caraguatatuba; Professor José Santana de Castro em Cruzeiro; Cônego José Bento em Jacareí; Padre Carlos Leôncio da Silva de Lorena; João Gomes de Araújo de Pindamonhangaba; São José dos Campos em São José dos Campos; São Sebastião em São Sebastião; Doutor Geraldo José Rodrigues Alckmin em Taubaté e Prof. Alfredo de Barros Santos em Guaratinguetá (CEETEPS, 2015).

Para Manfredini e Krom (2005) a ampliação das ETECs na RMVALE justifica-se dadas as exigências do mercado de trabalho por qualificação profissional. Pressupõe-se a superação de qualificações restritas às exigências dos postos de trabalho delimitando um perfil de qualificação que permita construir itinerários profissionais com mobilidade ao longo de sua vida produtiva.

O desempenho profissional exige domínio do ofício associado ao aperfeiçoamento constante. O ensino técnico profissionalizante tende a formar qualificar e reprofissionalizar os trabalhadores que almejam se atualizarem para obter melhorias profissionais (CHRISTOPHE, 2005).

A LDB da Educação Profissional Técnica de Nível Médio abrange tanto a habilitação profissionalizante específica quanto às qualificações profissionalizantes iniciais organizadas de forma independente ou modulares.

A habilitação profissional refere-se à profissionalização do técnico de nível médio em que o aluno concluinte recebe o diploma de Técnico de Nível Médio desde que tenha cumprido todas as etapas estabelecidas no plano de curso e concluído o Ensino Médio (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2012).

Aquele que não concluir o Ensino Médio recebe somente o certificado correspondente à Qualificação Profissional Técnica que tenha concluído, pois não há qualificação parcial referente ao módulo previsto com a finalização do curso. No regime da atual LDB ou é plena ou não é habilitação profissional (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2012).

O CEETEPs tem a missão de adaptar-se e atualizar-se no decorrer das mudanças contingenciais. Segundo Furtado (1964, p. 1) “o caráter histórico da análise econômica pode

facilitar e permitir o aperfeiçoamento de concepções que beneficiam o aspecto do desenvolvimento econômico e social de uma região”.

O CEETEPS “é uma autarquia estadual vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação ou SDECTI” (ARAÚJO, 2001, p. 6), “A Instituição de Ensino administra 218 Escolas Técnicas Estaduais ou ETECs e 63 Faculdades de Tecnologia ou FATECs reunindo mais de 283 mil alunos em cursos técnicos de nível médio e superior tecnológico em mais de 300 municípios”(CEETEPS, 2015, p. 12).

A Figura 2 demonstra a Divisão por Região Administrativa das ETECs e FATECs.



Figura 2 – Divisão por Região Administrativa
Fonte: CEETEPS (2015, p. 12).

Somente as ETECs atendem 212 mil estudantes entre jovens e adultos ofertando 135 cursos técnicos para os setores industrial, agropecuária e de serviços.

Entre os cursos estão inclusos cinco técnicos semipresenciais; 27 integrados ao ensino médio; e quatro integrados à educação de jovens e adultos (EJA).

Os cursos variam de acordo com a cidade e exigência do mercado de trabalho do município. Os mais procurados são:

Cursos Técnicos: Administração, Agronegócio, Automação Industrial, Comércio, Comunicação Visual, Contabilidade, Eletrônica, Eletrotécnica, Edificações, Eletromecânica, Enfermagem, Informática, Informática para Internet, Gestão de Políticas Públicas, Mecatrônica, Mecânica, Química, Radiologia, Serviços Jurídicos, Secretariado, Segurança do Trabalho e Transações Imobiliárias, Agropecuária, Biotecnologia, Construção Civil, Design de Interiores.

Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio: Administração, Agropecuária, Alimentos, Automação industrial, Comunicação Visual, Contabilidade, Design de Interiores, Edificações, Eletrônica, Eletrotécnica, Portos Processos Fotográficos, Produção de Áudio e Vídeo.

Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio na Modalidade de Jovens e Adultos (EJA)
Administração, Calçados, Contabilidade, Edificações.

Quadro 2- Cursos Técnicos ofertados Pelo Centro Paula Souza
Fonte: Adaptado de CEETEPs (2015).

O desenvolvimento regional e local está submetido a um intenso processo de formação de capital humano e social. Sua formação depende da capacidade de incorporar e interagir com políticas públicas de instituições e atores internos e externos ao território (SOUZA, 2011). Assim, cabe ressaltar a educação profissionalizante e a inserção no mercado de trabalho.

2.2.3 Educação Profissionalizante e a Inserção no Mercado de Trabalho

A educação profissionalizante tende a propiciar o desenvolvimento regional e local almejando beneficiar a inserção de jovens e adultos no mercado de trabalho por meio da qualificação profissionalizante. Para tanto, requer estratégias de ações políticas e transformação social para alavancar a empregabilidade (SAMPAIO, 2013).

Freire (2009) argumenta que embora as exigências de capacitação e experiência tenham crescido as inúmeras formas de recrutamento e seleção estão cada vez mais frequentes e as médias salariais pagas são cada vez mais inferiores.

Já Sampaio (2013) pressupõe que a inclusão ou não no mercado de trabalho independe de qualificação ou a sua ausência, mas sim da demanda pela produtividade que interage com a necessidade de ocupação da formação de trabalho.

Bernardo (2014) contextualiza o mercado de trabalho a oferta e procura por profissionais qualificados em uma determinada localidade, região ou município, pois a localidade influencia a determinação da remuneração dos benefícios e das condições de trabalho para cada área profissional. Para o autor, o mercado pode sofrer alterações em razão

das oscilações econômicas, políticas e sociais, sendo assim a oferta e a demanda são caracterizam todo mercado.

De acordo com DIEESE (2015, p.11), [...] “o ano de 2014 apresentou um quadro de estagnação no setor econômico provavelmente provocada pela inflação”.

O Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro no último ano apresentou estabilidade em relação ao ano anterior, 2013, com variação positiva de 0,1 % e foi o pior resultado desde 2009. Quanto à inflação, registrou-se o Índice de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA) de 7,70 % o maior desde maio de 2005, mantendo o patamar elevado. As taxas de juros variaram em 2015 entre 8,13 % e 13,25 %. Ainda nesse contexto Sampaio (2013) argumenta que:

[...] o cenário atual, sem previsão de solução num futuro próximo, onde se configura baixo crescimento econômico, altos índices de desemprego e políticas de ajuste fiscal de cunho reducionista, para conter e assegurar a austeridade dos títulos da dívida pública. Tal evento, numa economia mundial globalizada traz consequências para as atividades produtivas locais e regionais. (SAMPAIO, 2013, p. 39).

Em 2015 os dados apurados pelo DIEESE (2015) demonstraram o nível de ocupação por setor de atividade nas Regiões Metropolitanas. Apenas Salvador apresentou variação positiva na taxa de atividade com 1,0 p.p. pontos percentuais. Todas as demais, como São Paulo (1,3 p.p.); Rio de Janeiro (1,2 p.p.); Recife (0,8 p.p.); e Porto Alegre (0,2 p.p.) registraram queda destacando Belo Horizonte (-1,9 p.p.). A desagregação dos postos de trabalho foi comparada entre a média de março a fevereiro de 2013 e de março a fevereiro de 2015 (DIEESE, 2015). O Gráfico 1, a seguir, aponta a Variação anual do nível de ocupação por setor de atividade:

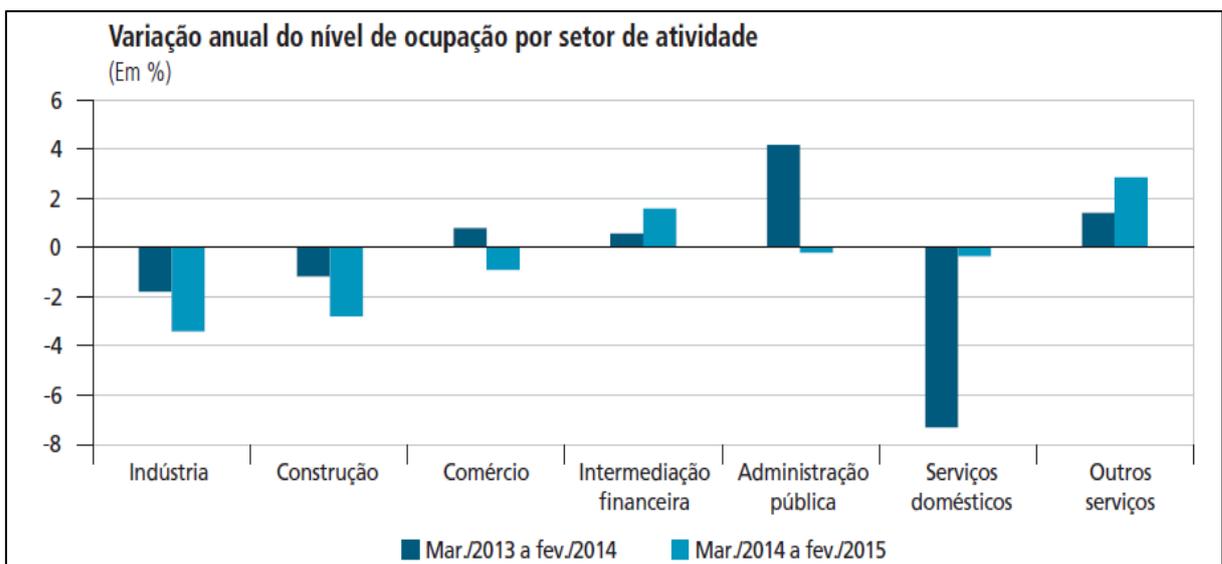


Gráfico 1 - Ocupação por Setor Produtivo
DIEESE (2015)

De acordo com o Gráfico 1 os setores industriais representados pela indústria extrativa e de transformação, produção e distribuição de eletricidade, gás e água apresentaram queda de - 3,4 %; o setor de construção -2,8% e os demais setores também registraram queda, como o comércio -0,9% e serviços domésticos -7,5.

A intermediação financeira que engloba atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados a empresas representa 1,6 %; a administração pública 4,1 %; e outros serviços que abrangem as seções de alojamento e alimentação, transporte, armazenagem e comunicação, apresentaram uma evolução modesta, mais favorável, de 2,8%.

De acordo com os dados extraídos do CAGED (2015) se a capacidade da economia brasileira apresentar números anêmicos consequentemente a geração de emprego e renda também será desfavorável dificultando a inserção ao mercado de trabalho.

Nesse contexto, apesar da temporaneidade Bernardo (2014) ressalta que a economia fica estagnada com o início do processo de desestruturação capitalista e vivencia-se a precarização do mercado de trabalho com a redução da geração de novos empregos e a degradação das ocupações formais.

A apuração do DIEESE (2015) cita o Município e a Região Metropolitana de São Paulo como agravantes em relação ao desemprego, conforme Gráfico 2:



Gráfico 2–Taxa de Desemprego Total
Fonte: DIEESE (2015, p.3)

De acordo com o Gráfico 2 entre novembro de 2014 e novembro de 2015 houve um aumento significativo do desemprego. Somente o município de São Paulo apresentou um aumento de 9,6 %, em 2014 para 13,8 % em 2015. Os demais municípios pertencentes à Região Metropolitana de São Paulo apresentaram aumento de 10,1 % em 2014 para 14,6 %

em 2015. A Região do ABC também apresentou aumento de 10,3 % em 2014 para 12,2 % em 2015. Para Bernardo (2014) preocupa a inserção dos adultos e principalmente dos jovens recém-formados no mercado de trabalho já que o emprego se faz necessário por questão de sobrevivência pessoal e familiar.

Sampaio (2013) concorda com o autor e argumenta que os jovens entre 16 a 24 anos enfrentam outro obstáculo que é o fato de algumas empresas valorizarem a experiência: um ano a mais de experiência aumenta em 20 % a probabilidade de o jovem estar empregado. De acordo com o autor no cotidiano não basta somente a aquisição do conhecimento formal proporcionada pelas instituições de ensino. É preciso também e é requisito imperioso a experiência.

Poschmann (2008) apesar da temporaneidade cita que não há nenhum segmento social que esteja imune ao desemprego que pode persistir e afetar pessoas com formação em níveis médio, superior e até mesmo com pós-graduação.

De acordo com a Tabela 9 ressalta-se a distribuição dos ocupados por atributos pessoais na Região Metropolitana de São Paulo.

**Tabela 9 – Distribuição dos Desempregados por Atributos Pessoais
Região Metropolitana de São Paulo – 2005-2015**

Períodos	Distribuição dos desempregados, por atributos pessoais								
	Total	Sexo		Faixa etária					
		Homens	Mulheres	10 a 15 anos	16 a 24 anos	25 a 39 anos	40 a 49 anos	50 a 59 anos	60 anos e mais
Nov-2005	100,0	46,1	53,9	(1)	43,7	31,5	13,2	6,3	(1)
Nov-2006	100,0	45,1	54,9	(1)	42,7	31,9	13,5	6,4	(1)
Nov-2007	100,0	43,9	56,1	(1)	43,9	33,7	12,1	5,8	(1)
Nov-2008	100,0	43,0	57,0	(1)	43,0	32,7	11,5	6,6	(1)
Nov-2009	100,0	44,2	55,8	(1)	42,9	33,8	12,8	(1)	(1)
Nov-2010	100,0	43,5	56,4	(1)	43,6	32,8	11,7	7,5	(1)
Nov-2011	100,0	44,5	55,5	(1)	43,9	32,6	13,1	(1)	(1)
Nov-2012	100,0	45,7	54,3	(1)	41,0	34,9	11,9	(1)	(1)
Nov-2013	100,0	47,5	52,5	(1)	40,6	35,3	11,9	(1)	(1)
Nov-2014	100,0	48,4	51,6	(1)	43,3	32,4	11,5	(1)	(1)
Dez-2014	100,0	50,3	49,7	(1)	43,4	32,4	12,3	(1)	(1)
Jan-2015	100,0	51,7	48,3	(1)	42,0	32,1	13,2	(1)	(1)
Fev	100,0	51,2	48,8	(1)	42,5	32,6	12,3	(1)	(1)
Mar	100,0	47,8	52,2	(1)	43,2	32,7	11,9	(1)	(1)
Abr	100,0	48,4	51,6	(1)	43,1	32,9	11,7	(1)	(1)
Mai	100,0	48,2	51,8	(1)	43,1	34,0	11,1	(1)	(1)
Jun	100,0	50,1	49,9	(1)	42,1	34,4	10,8	(1)	(1)
Jul	100,0	48,8	51,2	(1)	40,4	36,1	11,2	6,5	(1)
Ago	100,0	50,7	49,3	(1)	40,0	35,3	11,5	7,2	(1)
Set	100,0	50,8	49,2	(1)	40,5	34,7	12,4	7,6	(1)
Out	100,0	50,7	49,3	(1)	40,0	34,6	12,1	8,4	(1)
Nov	100,0	50,1	49,9	(1)	40,4	34,6	12,5	7,9	(1)

Fonte: Secretaria de Planejamento e Gestão. Convênio Seade – Dieese e MTE/FAT.
(1) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Os dados apresentados na Tabela 9 apontam que a média dos homens desempregados entre novembro de 2005 e novembro 2014 foi de 45,1 % e a média das mulheres no mesmo período, foi de 54,8 %, portanto se constata que o desemprego foi maior para o gênero feminino.

De dezembro de 2014 a novembro de 2015 constatou-se que 49,9% dos homens e 50,1% das mulheres estavam desempregados. Os índices estavam elevados, mas as mulheres apresentaram um índice ainda mais elevado.

Em relação à faixa etária não participaram da pesquisa os jovens entre 10 a 15 anos. De novembro de 2005 a novembro 2014 a média dos jovens desempregados entre 16 a 24 anos foi de 42,8%; entre 25 a 39 anos 33,1%; de 40 a 49 anos 14,7%; entre 50 a 59 anos 6,5%. A faixa etária de 60 anos e a faixa etária acima dessa idade não participaram da pesquisa.

Conclui-se que nos últimos 10 anos os jovens entre 16 a 24 anos apresentaram uma taxa de 42,8%. De dezembro de 2014 a novembro de 2015 ocorreu uma queda de 41,7% no desemprego. Esse acontecimento segundo Silva (2013) justifica-se em razão de algumas medidas tomadas por empresários, como a redução da remuneração, contratação temporária de mão de obra e absorção de estagiários pelo mercado de trabalho.

O único setor que momentaneamente apresenta aspectos empregatícios positivos embora não absorva toda a mão de obra disponível no mercado é o da agricultura e agropecuária. A seguir, apresenta-se o método adotado neste estudo, detalhando o tipo de pesquisa, área de realização, população e amostra, instrumentos e procedimentos para a coleta e análise de dados.

3 MÉTODO

3.1 Tipo de Pesquisa

A presente pesquisa caracteriza-se como exploratória e quanto ao delineamento trata-se de uma pesquisa documental e de campo com abordagem qualitativa e quantitativa. De acordo com Lakatos e Marconi (2010, p. 15) a “pesquisa exploratória busca levantar informações sobre determinado objeto delimitando assim um campo de trabalho e mapeando as condições de manifestação desse objeto”.

Os autores definem a pesquisa de campo como aquela em que se observa e se coleta os dados diretamente no local em que se deu o fato objeto de estudo. Na presente pesquisa foram coletadas informações diretamente dos alunos e ex-alunos de cursos técnicos assim como se optou também pela análise documental a fim de se compreender o contexto de formação técnica da Instituição onde a pesquisa foi conduzida.

3.2 Área de Realização

A pesquisa foi realizada na ETEC Prof. Alfredo de Barros Santos, situada na Rua Afonso Giannico, 350, na cidade de Guaratinguetá, estado de São Paulo. A Instituição e a cidade serão apresentadas com maior detalhamento na próxima seção.

3.3 População e Amostra

Os cursos Técnicos em Administração de Empresas, Comunicação Visual, Eletromecânica, Informática, Mecânica e Segurança do Trabalho da ETEC Prof. Alfredo de Barros Santos tinham 410 estudantes com idade entre 17 a 40 anos no último módulo no 2º semestre de 2014. Desses, 330 responderam a um questionário para compor a pesquisa.

A pesquisa envolveu também 5.026 egressos formados nos cursos supracitados nos anos de 2010, 2011, 2012, 2013 (CETEC, 2015). Os questionários foram enviados por *e-mail* para 3.350 egressos a partir dos dados cadastrados no banco de dados da ETEC e foram obtidos 313 questionários respondidos e devolvidos.

A pesquisa conta, então, com um total de 643 questionários que constituem a amostra total do estudo composta por acessibilidade.

3.4 Instrumentos

Foram utilizados como instrumentos para a coleta de dados os documentos institucionais do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza e questionários para estudantes e ex-alunos já formados nessa Instituição, descritos a seguir:

- **Fontes documentais:** a documentação que subsidia este estudo resume-se a documentos internos, como: Plano de Curso; Plano Plurianual de Gestão (PPG); e Projeto Político-Pedagógico dos cursos Técnicos na ETEC. Foram também utilizadas fontes documentais para construção da revisão de literatura como dados disponibilizados em documentos oficiais do Ministério da Educação, Secretaria do Desenvolvimento Metropolitano, Diário Oficial do Estado de São Paulo, Fundação de Apoio à Tecnologia, e Deliberações do Centro Paula Souza.
- **Questionários:** foram elaborados dois questionários desenvolvidos com base em Silva (2013) com questões que enfatizam aspectos relacionados à motivação do estudante, sua formação e sua inserção no mercado de trabalho. As perguntas foram de múltipla escolha. Interessante enfatizar o posicionamento de Silva e Menezes (2001, p. 34) que afirmam: “o questionário deve ser objetivo, limitado estar acompanhado de instruções”. Para Rauen (2002, p. 126), “o questionário consiste em uma lista de indagações escritas, que devem ser respondidas pelo escrito pelo informante. A grande vantagem do questionário é a possibilidade de se indagar muitas pessoas”.

Os questionários, descritos a seguir, foram direcionados a alunos e egressos formados:

- **Questionário para alunos:** elaborado com base em Silva (2013) aborda questões que enfatizam aspectos relacionados à formação do jovem e adulto e sua perspectiva de inserção no mercado organizadas em três seções: 1ª Dados sociodemográficos; 2ª Diagnóstico quanto à formação; e 3ª Diagnóstico quanto ao mercado de trabalho.
- **Questionário para egressos formados:** constituído por questões que enfatizam como estão os jovens e adultos após a formação técnica e se estão inseridos ou não no mercado de trabalho na mesma área de formação técnica. O questionário é composto por 27 questões organizadas em quatro seções: 1ª Dados **sociodemográficos**; 2ª Análise da situação profissional atual; 3ª Avaliação do curso/instituição; e 4ª Diagnóstico quanto ao mercado de trabalho. Esse questionário foi desenvolvido com base em Silva (2013) e consta no Apêndice B.

3.5 Procedimento para Coleta de Dados

É relevante demonstrar que para a pesquisa alguns documentos são de muita importância, tais como o Banco de Dados da Instituição em estudo. Foi necessária, portanto, a anuência da Diretora da ETEC Prof. Alfredo de Barros Santos para a realização da pesquisa de campo (ANEXO A).

O projeto foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade de Taubaté (CEP/UNITAU) que emitiu parecer favorável em 11/04/2014 concedendo a autorização para esta pesquisa sob o número 613.682 (ANEXO B).

Para que os questionários fossem aplicados os estudantes maiores de 18 anos e os responsáveis pelos alunos menores teriam que assinar um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Os pais ou responsáveis pelo aluno menor de 18 anos teriam que assinar um modelo de TCLE (ANEXO C). Outro modelo de TCLE seria devidamente assinado pelo aluno maior (ANEXO D).

Na coleta de dados em campo o contato do entrevistador com os pesquisados ocorreu com rigor técnico e de acordo com os procedimentos éticos da pesquisa. A coleta de dados foi de forma coletiva em sala de aula com os respectivos estudantes. Vale informar que os questionários tiveram aplicação por contato direto com o próprio pesquisador.

Aos alunos já formados os questionários foram enviados por *e-mail* e entregues diretamente pelo pesquisador. Todos os participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (ANEXOS C e D).

A coleta de dados em campo seguiu a seguinte ordem: a) elaboração dos questionários; b) aplicação dos questionários de forma coletiva por turmas; e c) a aplicação dos questionários para ex-alunos já formados pela Instituição.

3.6 Procedimento para Análise de Dados

Consiste no momento em que de posse das informações o pesquisador cria seu roteiro de trabalho. Para a análise dos dados o trabalho fundamenta-se em três pontos básicos: **a)** fichamento do material bibliográfico; **b)** sistematização dos conteúdos documentais adquiridos no contexto deste estudo na ETEC Prof. Alfredo de Barros Santos, referente aos cursos Técnicos ofertados; e **c)** tabulação de dados dos questionários aplicados e análise estatística.

Para o tratamento dos dados obtidos nos questionários (tabulação e análise) utilizou-se o *software* da International Business Machines ou IBM, o **SPSS** (*Statistical Product and Service Solutions*). Segundo Field (2009) o aplicativo foi desenvolvido para atender pesquisas científicas, no entanto no decorrer dos anos o autor argumenta que o *software* tem sido utilizado para o apoio na tomada de decisão, incluindo aplicação analítica e estatística que transforma os dados em informações consistentes, proporcionando redução de custos e aumento do lucro.

Field (2009) ainda complementa que o SPSS é utilizado para realizar pesquisa de mercado e testes estatísticos tais como correlações e também proporciona ao pesquisador contagens de frequência, séries temporais, ordenação de dados, reorganização da informação pelo acesso ao menu com linguagem de programação própria sendo possível registrar 2 milhões de registros e 250.000 variáveis.

Diante ao exposto apresentam-se a seguir os resultados e discussões.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados estão apresentados e discutidos ao longo de duas subseções. Inicia-se com a apresentação do contexto da pesquisa com a descrição da cidade de Guaratinguetá e da Instituição de Ensino Técnico. Depois são apresentados os dados da pesquisa de campo com uma análise comparativa entre alunos e egressos discutida à luz da teoria que embasa o trabalho.

4.1 Apresentação do Contexto da Pesquisa

A seguir apresentam-se a caracterização da Instituição em estudo, juntamente com os dados documentais institucionais analisados e a caracterização da cidade de Guaratinguetá.

4.1.1 Caracterização dos Cursos Técnicos da Instituição em Estudo

De acordo com o Plano Plurianual de Gestão, PPG (2012-2016) a ETEC Professor Alfredo de Barros Santos apresenta valores que pautam as ações escolares e as diretrizes relativas ao processo de ensino-aprendizagem.

O Plano Plurianual de Gestão apresenta princípios pedagógicos que correspondem ao contexto social e econômico ao qual a escola está inserida e devem ser trabalhados por toda a equipe escolar. Apresenta, ainda, as particularidades dos cursos ofertados, como são trabalhados os componentes curriculares obrigatórios e como a escola desenvolve os projetos e suas práticas de gestão escolar.

Também segundo o PPG (2012-2016) do Regimento Comum, compete à Instituição de Ensino propor a participação e a elaboração de normas e procedimentos internos da ETEC como Estatutos e Normativos, além de:

- manter intercâmbio com empresas públicas e privadas visando integrar a ETEC no contexto social e econômico da Região;
- promover as relações entre a empresa e a escola;
- analisar o mercado e levantar os indicadores visando a abertura de novos cursos ou atualizar os existentes;
- buscar parcerias nas empresas e instituições públicas e privadas de acordo com as políticas e diretrizes estabelecidas pela Administração Central;

- promover e divulgar a ETEC e suas atividades; e
- planejar, organizar e controlar os programas de estágio.

De acordo com o Plano Plurianual, Gestão 2012-2016 a ETEC Professor Alfredo de Barros Santos foi instituída pela Lei nº 77 em 23 abril 1948 e instalada a partir da Lei nº 77, de 25 de abril 1948 com a denominação ‘Cursos Práticos de Ensino Profissionalizante de Corte e Costura, Economia Doméstica e Mecânica’.

Posteriormente foram realizadas reformas curriculares e de infraestrutura. Os recursos financeiros anuais são provenientes das seguintes fontes: “36 % do vestibulinho, 2 % da cantina, 12 % da APM e 50 % da verba de custeio” (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO, 2012 - 2016, p. 36).

A missão da ETEC Prof. Alfredo de Barros Santos deve estar alinhada com a do Centro Paula Souza ao ofertar cursos de qualidade que visem à formação de cidadãos conscientes e profissionais competentes capazes de transformar a realidade além de suprir as necessidades do mercado de trabalho.

Para atender a missão das Escolas Técnicas do Estado de São Paulo a ETEC Prof. Alfredo de Barros Santos passou por reformas estruturais, físicas e curriculares, atendendo também à demanda do mercado de trabalho apesar da crise econômica que assola os municípios e regiões brasileiras (PPG, 2012-2016).

Essas reformulações estão descritas no Quadro 3 a seguir:

1956	Passou a denominar-se Escola Artesanal, ofertando os Cursos de Corte e Costura, Economia Doméstica e Mecânica.
1958	Ginásio, ofertando os Cursos de Corte e Costura, Economia Doméstica, Mecânica Eletricidade e Desenho Técnico.
1961	Ginásio Industrial de Guaratinguetá, ofertando os cursos: Artes Industriais 5º e 6º séries, Corte e Costura, Economia Doméstica, Mecânica, Eletricidade, Desenho Técnico.
1978	Escola Estadual de Primeiro e Segundo Grau Prof. Alfredo de Barros Santos, incorporando 1º grau 1º e 4º séries. Cursos ofertados: Mecânica, Auxiliar de Desenhista Mecânico, Eletricidade.
1989	Escola Técnica Estadual de Segundo Grau Prof. Alfredo de Barros Santos. Extinção do 1º Grau. Cursos ofertados: Mecânica, Auxiliar de Desenhista Mecânico, Eletricidade
1992	Escola Técnica Estadual de Segundo Grau Prof. Alfredo de Barros Santos. Cursos ofertados Técnico em: Mecânica, Segurança do Trabalho - Habilitação Plena. Auxiliar em: Mecânica, Desenhista Mecânico e Segurança do trabalho Habilitação Parcial.
1997	A ETE oferta cursos diferentes - Qualificação Profissional I – Máquinas e Controles Elétricos Qualificação Profissional II a nível de 2º grau e Técnico em: Mecânica, Desenho e Projetos Mecânicos, Segurança do Trabalho - Habilitação Plena.

Continua

2000	Os currículos foram reelaborados para melhorar a qualidade do ensino ofertado pela ETEC, contando com Organizações Curriculares abrangentes, com o desenvolvimento de habilidades e competência. Essa análise foi importante, pois propõe um perfil de profissional que atenda às exigências do mercado de trabalho.
2004	A ETEC procura desenvolver uma gestão democrática e participativa, para atender ao crescimento da comunidade escolar, assim proporcionar a todos uma escola de qualidade, bem vista na Região como séria, comprometida com a aprendizagem, capaz de abrir portas no mercado de trabalho.
2005 a 2007	A ETEC foi reformada e ampliada. A entidade passou a ter 6 laboratórios de informática, Reformas: no auditório, quadra poliesportiva, área verde, setores administrativos, biblioteca, sala para <i>datashow</i> , sala dos professores, refeitório, oficina mecânica, laboratório de pneumática, solda revitalizando o laboratório de eletricidade, Automação. Após a reforma, a Associação de Pais e Mestres (APM) continuou a otimizar os espaços físicos, construindo uma cantina no pátio para os alunos, sala do Grêmio e guarita para os vigilantes.
2010	Construção de um novo prédio de dois andares para a instalação de oito laboratórios de informática com acessibilidade aos portadores de necessidades especiais, elevador panorâmico, construção do laboratório de metrologia e de solda.
2012	Preservação, conservação e otimização dos espaços, equipamentos já existentes na escola.

Quadro 3- Reformas ao longo dos anos na ETEC Prof. Alfredo de Barros Santos

Fonte: PPG (2012-2016)

As ETECs da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte (RMVALE) são avaliadas anualmente e comparadas entre si, conforme Tabela 10:

Tabela 10 - Desempenho Escolar - Regional do Vale do Paraíba e Litoral Norte

Nº Cidade	ETECs	% Desempenho Escolar	% Gestão Escolar	% Gestão Pedagógica	% Ambiente Educativo	% Desempenho Total	Nº de Itens Menor Média
026 - Guaratinguetá	Prof. Alfredo de Barros Santos -	78,87	76,90	72,46	84,56	76,93	-
044 - Cachoeira Paulista	Prof. Marcos Uchôas dos Santos Penchel	59,64	72,51	61,34	78,32	65,31	4
048 - Jacareí	Cônego José Bento	57,15	71,13	63,72	77,20	64,94	5
068 - Pindamonhangaba	João Gomes de Araújo	66,95	68,15	66,61	80,47	69,05	2
077 - Cruzeiro	Prof. José Santana de Castro	66,00	82,40	73,52	88,61	74,93	-
082 - Caçapava,	Machado de Assis	69,37	72,83	73,50	85,80	73,88	1
125 - Taubaté	Doutor Geraldo José Rodrigues Alckmin	67,96	82,03	70,58	80,46	73,19	-
188 - São Sebastião	São Sebastião	70,81	79,29	65,10	80,56	71,54	2
195 - São José dos Campos	São José dos Campos	57,13	74,38	66,63	82,17	67,31	2
213 - Caraguatatuba	Caraguatatuba	68,57	77,01	61,25	82,69	69,32	2
240 - Lorena	Padre Carlos Leôncio da Silva	73,79	78,81	73,53	86,78	76,43	-
MÉDIA REGIONAL		60,33	73,60	65,25	78,00	73,15	

Fonte: CEETEPS (2015).

A análise comparativa entre a média regional e o desempenho de cada ETEC mostra que a avaliação CEETEPS em relação à média Regional apresenta as categorias e os percentuais em: desempenho escolar 60,33 %; gestão escolar 73,60 %; gestão pedagógica 65,25%; ambiente educativo 78,00 %; e desempenho total 73,15%.

Entre as ETECS pertencentes à Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte (RMVALE) destacaram-se quatro que ultrapassaram a média regional: as ETECS de Cruzeiro, Taubaté, Lorena e Guaratinguetá, que é objeto deste estudo e apresenta os maiores índices percentuais comparando-os com a média regional: desempenho escolar 78,87 %; gestão escolar 76,90 %; gestão pedagógica 72,46 %; ambiente educativo 84,56 %; e desempenho total 76,93 %.

4.1.2 Dados Documentais dos Cursos Técnicos

Segundo a CEETEPS (2015) os cursos técnicos disponibilizados pela ETEC de Guaratinguetá seguem as normas do Catálogo dos perfis dos cursos técnicos ofertados pelo Centro Paula Souza. São objetos deste estudo os cursos de Administração de Empresas, Comunicação Visual, Eletromecânica, Informática, Mecânica e Segurança do trabalho que apresentam o seguinte perfil no Quadro 4 a seguir:

Curso	Eixo	Competências/habilidades	Formação e mercado de trabalho
Técnico em Administração	Ressalta o eixo tecnológico em Gestão e Negócios, objetivando formar profissionais para atuarem como assistentes e assessores junto a gerentes, diretores e supervisores de empresas. Para tanto, é fundamental que o técnico em administração tenha, além de uma sólida formação técnica, uma visão global da sociedade.	As competências e habilidades adotadas no curso sugerem desenvolver, nos discentes, ideias práticas, inovadoras com postura ética na execução da rotina administrativa, desenvolvendo atividades para apoiar a gestão de recursos humanos, materiais, financeiros, mercadológicos e da informação, com o intuito de melhorar a produtividade e competitividade das organizações utilizando ferramentas a informática básica.	O aluno forma-se técnico em um ano e meio com a carga horária de 1500 horas. O mercado de trabalho para o técnico pode ser em instituições públicas, privadas e do terceiro setor.
-	Ressalta o eixo tecnológico em Produção Cultural e Design, objetivando formar discentes que executem programação visual de gêneros diferentes e formatos gráficos para	As competências e habilidades empregadas no curso sugerem desenvolver e empregar nos discentes a criatividade junto com a estética na comunicação visual gráfica, criar ilustrações, aplicar tipografias,	O aluno forma-se técnico em um ano e meio com carga horária de 1500 horas. O mercado de trabalho para o técnico pode ser em provedores de Internet, agência de

Continua

	publicidade em livros, portais, painéis, <i>folders</i> e jornais. Para tanto é importante que o técnico em comunicação visual, além de uma sólida formação, venha a desenvolver e empregar a criatividade no cotidiano.	desenvolver elementos de identidade visual, aplicar e implementar sinalizações, analisar, interpretar e propor a produção da identidade visual das peças, controlar, organizar e armazenar materiais físicos e digitais da produção gráfica, executar serviços de guiamento.	publicidade, editora, bureaugráfico, escritórios de <i>design</i> e gráficas.
Técnico em Eletromecânica	Ressalta o eixo tecnológico em Controle e Processos Industriais, objetivando formar discentes para planejar, executar, participar e inspecionar a elaboração de projetos eletromecânicos de máquinas, equipamentos e instalações de acordo com as normas de segurança e de responsabilidade ambiental, coordenar e liderar equipes de trabalho no setor da indústria e serviços. Para tanto é fundamental que o técnico em eletromecânica atenda às normas de qualidade e segurança ambiental.	As competências e habilidades desenvolvidas no curso sugerem que o discente venha a utilizar peças e interpretar esquemas, montagem e desenhos técnicos, montar máquinas, fazer atendimento e consultoria técnica, realizar manutenção eletromecânica em máquinas, equipamentos e instalações, montar circuitos hidráulicos e pneumáticos, auxiliar na programação do torno CNC, auxiliar na programação de Controladores Lógicos Programáveis.	O aluno forma-se técnico em um ano e meio e com uma carga horária de 1500 horas. O mercado de trabalho para o técnico pode ser em empresas de manutenção e automação industrial, indústrias, laboratórios de controle de qualidade, de manutenção, de pesquisa, e concessionárias de energia.
Técnico em Informática	Ressalta o eixo tecnológico em Informação e Comunicação, objetivando desenvolver e operar sistemas, aplicações e interfaces gráficas.	As competências e habilidades a serem desenvolvidas são: projetar, implantar e realizar a manutenção de sistemas e aplicações, instalar sistemas de segurança e estruturas de comunicação de dados em ambientes de rede, selecionar recursos de trabalho, linguagens de programação, ferramentas que definem metodologias para o desenvolvimento de sistemas.	O aluno forma-se técnico em um ano e meio com uma carga horária de 1500 horas. O mercado de trabalho para o técnico pode ser em instituições públicas, privadas e do terceiro setor, que necessitem de sistemas tecnológicos, envolvendo programação, profissional autônomo em consultoria, treinamentos de usuários, suporte para sistemas e infraestrutura.
Técnico em Mecânica	Ressalta o eixo tecnológico em Controle e Processos Industriais, objetivando formar discentes para elaborar projetos mecânicos e sistemas automatizados.	As competências e habilidades sugerem que o discente venha a montar, instalar máquinas e equipamentos, planejar e realizar manutenção, desenvolver processos de fabricação e montagem de conjuntos mecânicos, elaborar documentação, realizar compras e vendas técnicas e deve cumprir normas de segurança no trabalho e preservação ambiental.	O aluno forma-se técnico em dois anos com uma carga horária de 2000 horas. O mercado de trabalho para o técnico pode ser em indústrias, fábricas de máquinas, equipamentos e componentes mecânicos. Laboratórios de controle de qualidade, manutenção e pesquisa no setor produtivo mecânico; prestadoras de serviços.

<p>Técnico em Segurança do Trabalho</p>	<p>Ressalta o eixo tecnológico em segurança, objetivando que o discente venha a elaborar e implementar políticas de saúde e de segurança do trabalho (SST). Para tanto o discente, além do conhecimento técnico, deve participar de ações educativas na área de saúde e segurança do trabalho.</p>	<p>As competências e habilidades desenvolvem no discente a capacidade de realizar auditoria, acompanhar as avaliações na área, identificar variáveis de controle de doenças, de qualidade e do meio ambiente, participar de perícias, fiscalizações, atuar em processos de negociação, participar da adoção de tecnologias e de processos de trabalho, gerenciar documentação de SST, investigar, analisar acidentes e recomendar medidas para sua prevenção e controle</p>	<p>O aluno forma-se técnico em um ano e meio com uma carga horária de 1500 horas. Quanto ao mercado de trabalho, o discente poderá trabalhar em indústrias em geral, prestadoras de serviços, empresas de treinamento.</p>
--	--	---	--

Quadro 4- Perfil dos Cursos
Fonte: (CEETEPS, 2015)

Os cursos ofertados pela ETEC de Guaratinguetá devem qualificar os discentes pelo desenvolvimento de competências, habilidades e atitudes específicas nas áreas de atuação de cada curso para que o campo de atuação do curso técnico venha a ser amplo e a qualificação um diferencial no momento da disputa por uma vaga de emprego apesar do alto índice de desemprego que assola os alunos e egressos.

Esses profissionais podem atuar em indústria, banco, setor público, comércio, educação, como empreendedores, prestação de serviço etc, de acordo com o Regimento Comum da ETEC (2015). Segundo Silva (2013) o público que demanda os cursos da ETEC é formado por jovens e adultos que buscam conciliar estudo formação profissional e trabalho atendendo tanto os que têm condições econômicas oriundas de suas famílias quanto àqueles que deseja construir sua autonomia econômica.

Cabe ressaltar que se por um lado a empregabilidade demanda maior profissionalização, experiência profissional, qualificação contínua em função das inovações tecnológicas que tendem a tornar o conhecimento adquirido obsoleto por outro lado há a necessidade de criar novos arranjos entre a educação e trabalho.

A Tabela 11 a seguir apresenta a demanda pelos cursos técnicos.

Tabela 11 - Demanda por Curso

Curso	1º SEM 2012	2º SEM 2012	1º SEM 2013	2º SEM 2013	1º SEM 2014	2º SEM 2014
Administração (noite)	5,40	4,48	4,85	2,38	5,10	2,80
Administração (tarde)	3,08	2,08	2,81	1,41	2,55	2,63
Comunicação Visual (manhã)	1,48	0,88	Não ofertado	Não ofertado	Não ofertado	Não ofertado
Comunicação Visual (noite)	2,90	1,88	Não ofertado	1,88	Não ofertado	2,83
Eletromecânica	6,25	5,18	5,63	3,08	5,70	4,35
Informática (noite)	5,60	3,38	2,85	2,25	Não ofertado	3,33
Informática (tarde)	Não ofertado	Não ofertado	4,73	1,80	8,93	Não ofertado
Mecânica (noite)	5,88	5,78	5,43	4,68	5,40	4,95
Mecânica (tarde)	4,10	3,33	4,58	2,33	4,65	2,83
Segurança do trabalho (tarde)	3,40	3,23	Não ofertado	Não ofertado	3,33	Não ofertado
Segurança do trabalho (noite)	Não ofertado	0,93	4,60	2,73	1,55	3,10

Fonte: CETEC (2015)

A procura pelos cursos ofertados pela ETEC de Guaratinguetá oscila de acordo com o curso. Constata-se que a demanda pelo curso de Mecânica superou cinco candidatos por vaga nos três últimos anos sucessivos com exceção do 2º semestre de 2013 e 2014 e mesmo assim a demanda foi de quatro por vaga.

Outro curso com demanda alta é o de Eletromecânica que registra quatro candidatos por vaga nos três últimos anos com exceção do 2º semestre de 2013 quando a demanda foi de três candidatos por vaga. Os cursos de Comunicação Visual (manhã e tarde), Informática (tarde) e Segurança do Trabalho (tarde) não são ofertados em todos os semestres por haver pouca demanda (CETEC, 2015).

4.1.3 Dados da Pesquisa de Campo: alunos e egressos da ETEC de Guaratinguetá

A amostra desta pesquisa compõe-se de 643 participantes, 330 alunos e 313 egressos da ETEC Guaratinguetá que responderam e devolveram os questionários aplicados. A maioria dos componentes da amostra reside na cidade conforme Tabela 14.

A cidade de Guaratinguetá (SP) foi fundada em 13 de junho de 1630. Seu nome se origina do Tupi-Guarani e significa ‘Muitas Garças Brancas’ em razão da quantidade de

garças que habitavam o Município (QUEIROZ; RICCI, 2013). Localiza-se entre o Rio de Janeiro e São Paulo totalizando uma área de 752,636 km² e limita-se com Campos do Jordão, Piquete, Cunha, Lagoinha, Aparecida, Potim, Pindamonhangaba e Lorena (IBGE, 2015).

No passado o isolamento dificultou a sua reestruturação socioeconômica principalmente quando se tratava do escoamento da produção entre São Paulo e Rio de Janeiro, portanto a economia era de subsistência. A cidade era a única passagem dos comerciantes de São Paulo para Rio de Janeiro e Minas Gerais (QUEIROZ; RICCI, 2013).

A pecuária e a agricultura sempre foram atividades de consumo doméstico. Os primeiros a povoarem trouxeram gado e cavalos e suínos utilizados para a produção caseira de leite e carne (TOLEDO, 1988).

Siqueira, Batista e Caletani (2006, p.5) argumentam que é “bem verdade que Guaratinguetá surgiu diante das necessidades históricas e econômicas, sem uma visão geográfica analítica de seu território que proporcionasse maior qualidade de sua ocupação urbana”.

Os autores ainda complementam que no século XVIII Guaratinguetá e o Vale do Paraíba Paulista apresentaram um modesto desenvolvimento. A partir do século XIX é que a eclosão urbana aconteceu por causa do cultivo do café que proporcionou melhorias urbanas e crescimento populacional.

No século XX houve o desenvolvimento da atividade industrial cafeeira que marcou esse período levando a uma ocupação populacional mais densa originando a urbanização, com quarteirões amplos e casas bem planejadas.

Dada a sua localização, Guaratinguetá foi uma das cidades que mais contribuiu para exponenciar e incentivar o Vale do Paraíba atraindo e estabelecendo indústrias nacionais e estrangeiras na Região contribuindo para o desenvolvimento dessa Microrregião (SOUZA, 2011).

O autor ainda complementa ao citar que investidores industriais atraídos pela mão de obra abundante e barata perceberam que instalar subsidiárias nessa Microrregião abriria a industrialização regional como reflexo da modernidade. A imagem do Vale foi redefinida no contexto nacional atraída nos anos 1960 e 1970 por migrantes de todas as partes do País que buscavam na Região a possibilidade de trabalho, garantindo condições dignas de vida.

Para Furtado (1964, p. 96) “as importações desempenharam um papel fundamental de instrumento de transmissão da terminologia mais avançada disponível nos centros de maior grau de desenvolvimento” e Ricci (2006) explicita que a estrada de ferro teve um papel fundamental ao ligar as duas capitais: Rio de Janeiro e São Paulo.

A ferrovia veio facilitar o acesso e a comunicação aos maiores mercados do País, auxiliando na qualificação de mão de obra e garantindo emprego e renda para um mercado consumidor regional. De acordo com informações do INEP (2014) o desenvolvimento econômico e social no Município originou a Associação dos Empregados do Comércio, Associação Comercial e Industrial, a União Produtora de Laticínios, Cooperativa de Laticínios e a Associação Agropecuária.

Assim, emergiram as escolas a partir de 1946, como o Serviço Nacional Aprendizagem Comercial (SENAC) contemplando o ensino comercial; o Serviço de Apoio à Pequena e Microempresa (SEBRAE), a Faculdade Tecnológica (FATEC) e a Escola de Especialistas da Aeronáutica (EEAR).

Também foi instituído posteriormente o *campus* da Faculdade de Engenharia de Guaratinguetá (UNESP), o Colégio Técnico Industrial de Guaratinguetá (CTIG), conhecido também como COTEC e a Universidade do Estado de São Paulo (UNIESP). Em 1948 foi criada a primeira escola para ministrar cursos profissionalizantes.

Segundo o IBGE (2015) a partir da década de 1950 a atividade industrial cresceu em Guaratinguetá com a abertura da Rodovia Presidente Dutra em 1951 e com a chegada de famílias mineiras vindas da Mantiqueira.

Em 1969 foi criada a Escola Técnica Estadual de São Paulo (IBGE, 2015). Em 1989 passou a funcionar como Escola Técnica Estadual do Estado de São Paulo conhecida como Colégio Industrial, denominada posteriormente Centro Paula Souza. Em 1993 foi nomeada ETEC Prof. Alfredo de Barros Santos, qualificando e formando jovens e adultos no intuito de atender à demanda de mão de obra local e regional (IBGE, 2015).

A Tabela 12 representa a distribuição dos alunos do 2º semestre de 2014 e egressos dos cursos em estudo que formaram a amostra da pesquisa de campo.

Tabela 12 – Cursos e a Proporção entre Alunos e Egressos da ETEC em Estudo

Cursos	Alunos	Egressos
Administração	36,4 %	21,4 %
Mecânica	22,4 %	14,5 %
Informática	14,2 %	16,3 %
Segurança do trabalho	13,3 %	16,3 %
Eletromecânica	9,5 %	14,2 %
Comunicação Visual	4,2%	17,3 %
Total	100 %	100 %

Fonte: Pesquisa de Campo com alunos e egressos (2014)

Os dados obtidos dos alunos destacam dois cursos: o primeiro Administração com 36,4% e o segundo, Mecânica com 22,4 %. Os dados referentes aos egressos apontam 21,4 %, Administração e Comunicação Visual 17,3 %. O curso de Administração se destaca, portanto, entre alunos e egressos. Silva (2013) argumenta que a educação profissionalizante e os cursos ofertados emergem de acordo com os Arranjos Produtivos Locais (APL) no intuito de promover o desenvolvimento de uma cidade ou região geográfica.

A Tabela 13 demonstra os indicadores de Guaratinguetá.

Tabela 13 – Indicadores Socioeconômicos e Demográficos de Guaratinguetá

Item	Indicador	Quantidade
1.	Indicador População estimada 2014	118.378
2.	Área da unidade territorial (km ²)	752,636
3.	Densidade demográfica (hab/km ²)	148,91
4.	Gentílico	Guaratinguetaense
5.	Escolas públicas e particulares	67 escolas
6.	Salário médio mensal	3,2 salários mínimos
7.	IDHM 2010	0,798
8.	Incidência da Pobreza	16,95 %
9.	PIB <i>per capita</i> a preços correntes	21857,51

Fonte: IBGE (2015)

De acordo com o IBGE (2015) Guaratinguetá tem hoje 118.378 habitantes e no setor educacional conta com mais de 67 escolas públicas e particulares. Essas escolas procuram absorver não só os alunos do Município, mas também os das cidades vizinhas e de outros estados. Diante do exposto cabe ressaltar a origem dos alunos e egressos que formaram a amostra.

Tabela 14 – Origem dos Alunos e Egressos

Cidade de Origem	Alunos %	Egressos %
Guaratinguetá	60,63%	36,27%
Aparecida	10,30%	5,08%
Cruzeiro	0 %	5,08%
Cunha	10,00%	8,47%
Lorena	7,58%	23,07%
São Paulo	2,12%	0,34%
Potim	1,52%	2,37%
Cachoeira Paulista	0,61%	3,05%
São José dos Campos	0,61%	2,37%
Taubaté	0,61%	3,39%
Rio de Janeiro	0,61%	0 %

Continua

Caçapava	0 %	3,73%
Roseira	0,61%	2,03%
Tremembé	0 %	1,69%
Piquete	0 %	1,02%
Fortaleza	0 %	0,34%
Barretos	0 %	0,34%
Sorocaba	0 %	0,34%
Queluz	0 %	0,34%
Itapira	0,30 %	0 %
Júlio de Castilhos	0,30%	0 %
Caçapava	0,30%	0 %
Domingos Martins	0,30%	0 %
Santos	0,30%	0 %
Pindamonhangaba	0,30%	0,34%
Aiuruoca	0,30%	0 %
São José do Rio Pardo	0,30%	0 %
Aracajú	0,30%	0 %
Sobralia	0,30%	0 %
Santana do Ipanema	0,30%	0 %
Itajubá	0,30%	0 %
Pinheiros	0,30%	0 %
Santo André	0,30%	0,34%
Salvador	0,30%	0 %
Barra Mansa	0,30%	0 %
Total	100,00 %	100,00%

Fonte: Pesquisa de Campo com alunos e egressos (2014)

De acordo com a Tabela 14 a ETEC de Guaratinguetá no 2º semestre de 2014 tinha 60,63 % dos alunos originários da própria cidade, 10,30 % de Aparecida, 10,0 % de Cunha, 7,58 % de Lorena; 6,49 % das cidades pertencentes à Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte (RMVALE); e 5,0% oriundos de outras localidades e estados.

Já dentre os egressos 36,27 % pertencem à própria cidade; 23,07 % a Lorena; 8,47 % a Cunha; 5,08 % a Aparecida e Cruzeiro, ambas com o mesmo percentual e 22,03 % são de outras localidades e estados. Tanto os alunos como os egressos apresentaram um percentual de origem maior na própria cidade.

A origem diversificada segundo alunos e egressos se justifica pelo fato de os cursos serem gratuitos e diversificados além de indisponíveis nas ETECs vizinhas. Outra justificativa seria a transferência de funcionários de empresas públicas ou privadas de uma cidade ou estado para Guaratinguetá, como, por exemplo para a Escola de Especialista da Aeronáutica (EEAR) especializada em absorver egressos para formar futuros sargentos atendendo à demanda de mão de obra especializada em todo o Brasil.

A Instituição representa a injeção de recursos diretos e indiretos na cidade de Guaratinguetá com salários e compras pagas pela Instituição com gastos dos militares efetivos como os sargentos, oficiais, e alunos matriculados no Curso de Formação de Sargentos, militares ativos e inativos, funcionários civís, aposentados, pensionistas e familiares.

Outro impacto é a geração de empregos diretos relacionados aos militares efetivos e indiretos referentes à prestação de serviço, como limpeza (QUEIROZ; RICCI, 2013).

Nesse contexto, Guaratinguetá provavelmente tenha atraído pessoas dos municípios vizinhos e do sul de Minas Gerais em razão da expansão econômica e prestação de serviços na região do fundo do Vale do Paraíba.

Os técnicos já formados e interessados no militarismo tendem a ser absorvidos pela Instituição ou pelo mercado de trabalho dada à mão de obra qualificada. Assim, muitos alunos e egressos em busca de ensino com qualidade, emprego e qualidade de vida migram da zona rural para a urbana apesar da crise econômica brasileira que tende a acarretar a diminuição das contratações nas esferas pública e privada. Mesmo assim, por esses motivos, a migração tende a ocorrer (ARAÚJO, 2013). A Tabela 15 apresenta a porcentagem de alunos e egressos e o local de sua residência.

Tabela 15 – Residência dos Alunos e Egressos

Residência	Alunos	Egressos
Zona Urbana	87,9%	88,8%
Zona Rural	7,4%	10,9
Sem resposta	4,7%	0,3%
Total	100%	100%

Fonte: Pesquisa de Campo com alunos e egressos (2014)

Há o predomínio de alunos 87,9 % e de egressos 88,8 % residentes na zona urbana. A minoria 7,4% de alunos e 10,9% de egressos residem na zona rural. Dados apurados pelo IBGE (2015) contextualizam que plantações de arroz e hortaliças provavelmente são cultivadas na zona rural em Guaratinguetá, portanto muitos jovens e adultos buscam as áreas urbanas para se qualificarem e alguns após a formação técnica tendem a voltar às áreas rurais pelo fato de a produção necessitar de exportação.

Paulo Freire (2005) argumenta que a educação é direito de todos os cidadãos e é insubstituível por assumir um compromisso social e de trabalho beneficiando a sociedade.

Educar significa formar indivíduos que tenham a liberdade de fazer escolhas para o convívio em sociedade. A Tabela 16 apresenta o estado civil de alunos e egressos.

Tabela 16 - Estado Civil dos Alunos e Egressos

Estado Civil	Alunos	Egressos
Solteiro	88,8%	53,9%
Casado	9,1%	29,2%
Separado	1,8%	12,5%
Viúvo	0	1,7%
Sem resposta	0,3%	2,7%
Total	100%	100%

Fonte: Pesquisa de Campo com alunos e egressos (2014)

A análise da Tabela 16 aponta que 88,8% dos alunos e 53,9% dos egressos são solteiros e provavelmente dependem economicamente dos pais ou de outros responsáveis. Apenas 9,1 % dos alunos e 29,2 % dos egressos são casados e provavelmente independentes financeiramente. Já 1,8 % dos alunos e 12,5% dos egressos são separados.

A microrregião de Guaratinguetá vem apresentando crescimento econômico ao longo dos anos. Esse fato se justifica em razão de o governador do estado de São Paulo, Geraldo Alckmin, ter sancionado em 3 de dezembro de 2013 a Lei que elevou a cidade de Guaratinguetá à Estância Turística.

Desde essa data a cidade vem se expandindo. Esse ato do Governador ocasionou a expansão do turismo religioso e rural impulsionando a economia da cidade e da microrregião, expandindo a demanda por mão de obra qualificada em vários setores no mercado de trabalho.

De acordo com o PPG (2012 – 2016) Guaratinguetá, Lorena e Aparecida apresentam outras escolas técnicas particulares e públicas que são concorrentes da ETEC objeto de estudo. Pertencem a Guaratinguetá as escolas: Benedito Meirelles, particular que oferta o curso técnico em Enfermagem e Carlos Augusto Patrocínio Amorim (CTIG) UNESP estadual que oferece vários cursos técnicos como Eletroeletrônica, Eletrônica, Informática e Mecânica.

Além dessas o SENAC que é particular disponibiliza cursos técnicos em Administração, Enfermagem, Estética, Guia de Turismo, Informática, Logística, Podologia, Meio Ambiente e Recursos Humanos. O Colégio Tableau, uma instituição também particular, oferece o ensino médio e técnico em Administração, Análises Clínicas, Edificações, Estética, Informática, Farmácia, Radiologia, Logística, *Marketing*, e Recursos Humanos.

A cidade de Lorena apresenta também escolas técnicas estaduais e particulares como Carlos Leônico da Silva (ETEC) estadual com cursos técnicos em segurança do trabalho, serviços jurídicos, e informática para internet e logística.

O Colégio Técnico de Lorena, estadual, disponibiliza somente o técnico em Química; Da Vinci Colégio Instituto Educação, particular oferta o curso Técnico em informática; o Colégio Delta em Lorena, particular oferece cursos técnicos em Eletrotécnica, Mecatrônica e Química; João Evangelista Maestro conservatório musical particular oferta somente curso Técnico em Instrumentos Musicais; Lorena Instituto de Tecnologia e Saúde particular oferece cursos técnicos em Administração, Mecatrônica, Nutrição e Dietética e Química (PPG, 2012-2016). A cidade de Aparecida também oferece cursos técnicos profissionalizantes em escolas públicas como a Prof^a Mathilde Fazzeri conhecida como Colégio Técnico Municipal de Aparecida que oferta cursos técnicos em Administração, Desenho para Construção Civil, Informática, Nutrição e Dietética e Meio Ambiente (PPG, 2012- 2016).

O Gráfico 3 a seguir traz os fatores que provavelmente tenham contribuído para que os alunos optassem pelo curso técnico na Instituição em estudo.

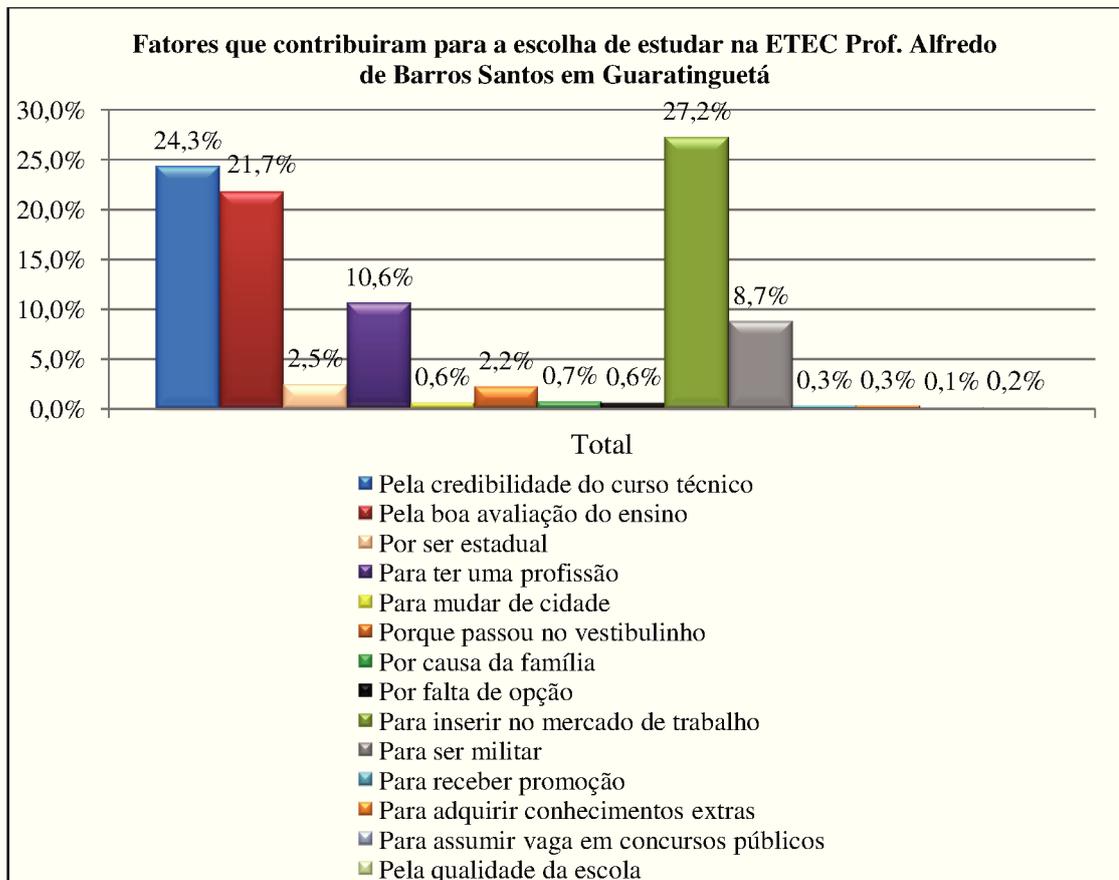


Gráfico 03 – Fatores motivacionais para estudar na ETEC de Guaratinguetá
Fonte: Pesquisa de Campo com alunos (2014)

Em relação aos fatores que influenciaram alunos a optar por estudar na ETEC para 27,2 % pela pretensão de serem inseridos no mercado de trabalho; 24,3% pela tradição e credibilidade dos cursos; 21,7% pela boa avaliação no ensino; 10,6% para ter uma profissão; 8,7% para ser militar e 7,5% representam os demais fatores como: incentivo familiar, mudança de cidade, ser promovido no emprego em exercício e adquirir uma formação específica pelo fato de a Instituição ser bem conceituada no Município e nas cidades vizinhas.

Os egressos representados no Gráfico 4 também expressaram os fatores que contribuíram para a escolha da Instituição.

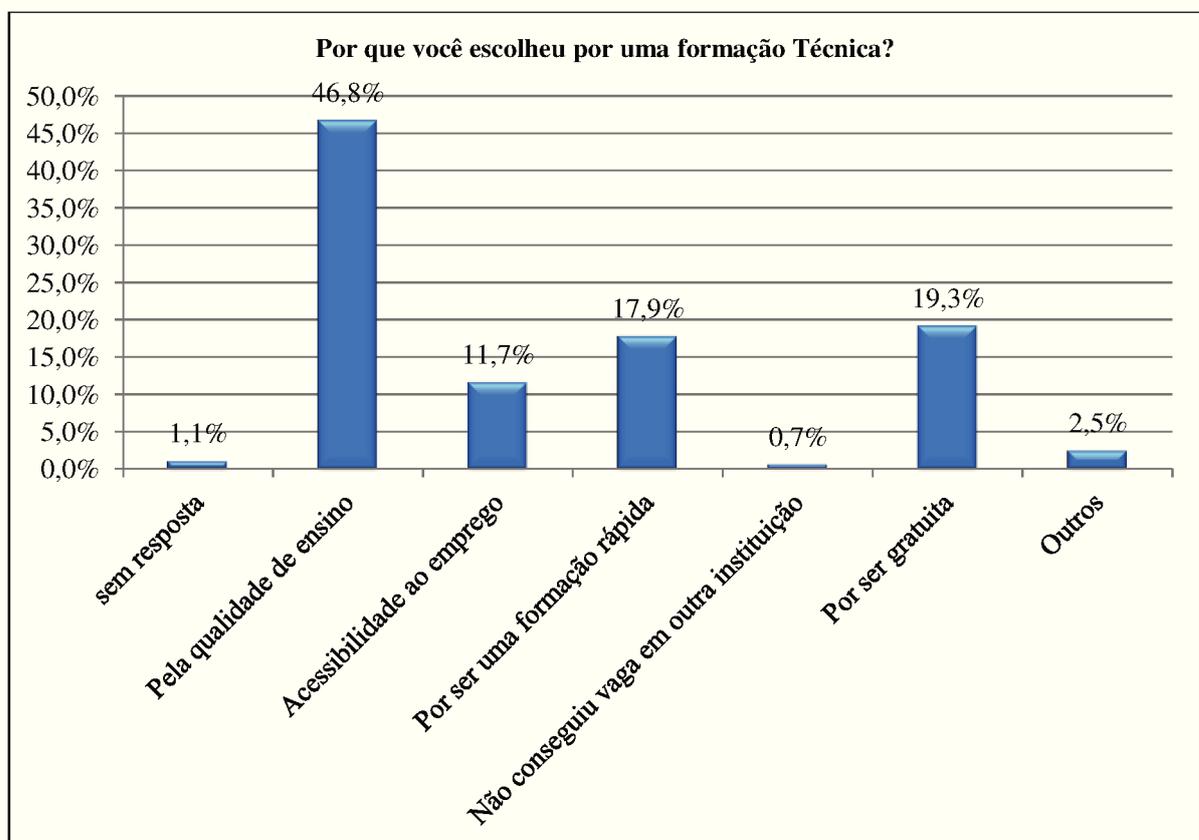


Gráfico 04 – Escolha para estudar na ETEC de Guaratinguetá
Fonte: Pesquisa de Campo com egressos (2014)

Segundo os egressos 46,8% optaram pela Etec de Guaratinguetá pela qualidade do ensino; 19,3% por ser gratuita; 17,9% por ser uma formação rápida; 11,7% pela acessibilidade ao emprego; 2,5% por outros motivos como influência familiar e de amigos; e 1,1% não responderam a essa questão.

A comparação entre as respostas de alunos e egressos mostra que os alunos optaram pela Etec principalmente pela pretensão de serem inseridos no mercado de trabalho. Tanto os alunos quanto os egressos apontaram a tradição e a credibilidade dos cursos como fundamentais para a escolha.

A motivação pode ser um dos determinantes que leva o indivíduo a analisar vários fatores e a escolher aquele que poderá sanar as necessidades a curto, médio ou longo prazo. De acordo com Bergamini (2012) a motivação humana é gerada pela necessidade e pela busca em satisfazê-la. Nesse pressuposto as pessoas buscam por oportunidade de trabalho em uma cidade ou região.

Os Gráficos 5 e 6 contextualizam, respectivamente, como se sentem ou se sentiam alunos e egressos quanto à inserção no mercado de trabalho:

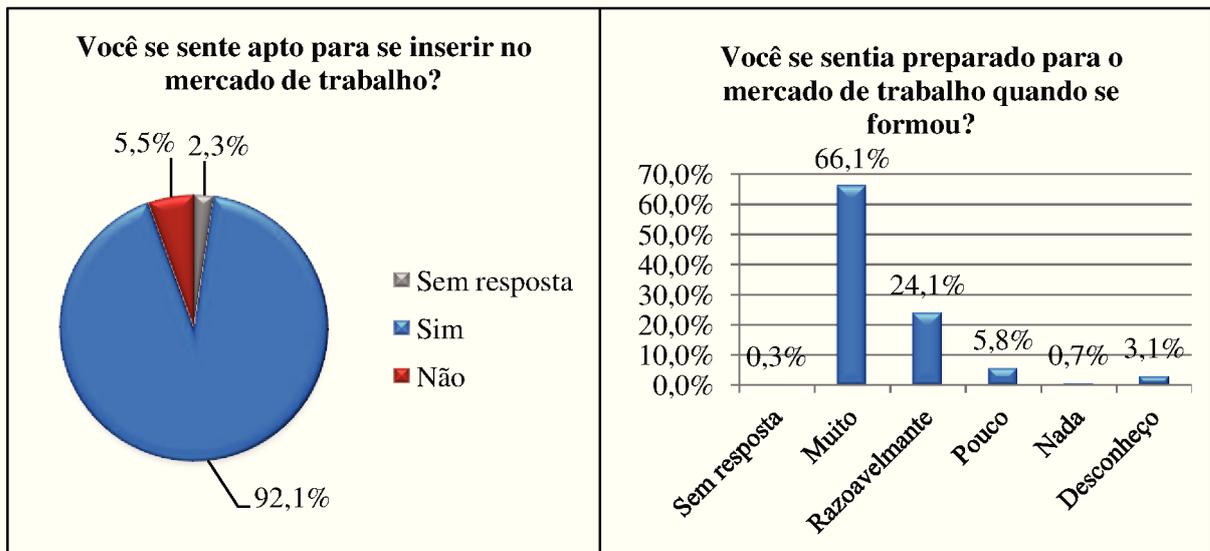


Gráfico 5 – Inserção no mercado de trabalho
Fonte: Pesquisa de Campo com alunos (2014)

Gráfico 6 – Inserção no mercado de trabalho
Fonte: Pesquisa de Campo com egressos (2014)

O Gráfico 5 aponta que 92,1% dos alunos que estavam cursando o último módulo de cada curso sentiam-se aptos a serem inseridos no mercado de trabalho; 5,5% não se julgam preparados e 2,3% não responderam.

O Gráfico 6 traz que 66,1% dos egressos sentiam-se aptos a serem inseridos no mercado de trabalho; 24,1% sentiam-se razoavelmente preparados, 5,8% pouco preparados; 3,1% disseram desconhecer; 0,7% não se sentiam preparados e 0,3% não responderam a essa questão.

A comparação entre os Gráficos permite constatar que ambos, alunos e egressos, disseram estar preparados para se inserirem no mercado de trabalho. A maioria dos alunos representada por 92,1% sente-se preparada como 66,1% dos egressos, enquanto 24,1% consideram-se razoavelmente preparados.

Um fator relevante para a formação de jovens e adultos é a sua qualificação proporcionada pelas disciplinas ministradas e que compõem a grade curricular da Instituição, que tende a contemplar os setores produtivos locais e regionais.

A seguir apresenta-se a relação das disciplinas que compõem a grade curricular ofertada pela Instituição. Segundo os alunos são disciplinas adequadas e que contribuem para a formação profissionalizante e inserção ao mercado de trabalho.

Tabela 17 - Disciplinas Técnicas - Administração

Disciplinas técnicas ministradas que contribuíram para a formação profissionalizante	%
Gestão de Pessoas I	33,99%
Marketing Institucional III	13,60%
Logística Empresarial e Negociação Internacional	7,08%
Gestão Empresarial	6,80%
Gestão Financeira Econômica	6,09%
Cálculos Financeiros	4,97%
Gestão de Produção de Materiais	4,54%
Gestão de Pessoas II e III	3,40%
Gestão por Competência	3,12%
Processos Operacionais Contábeis	2,55%
Desenvolvimento do Trabalho de Conclusão de Curso em Administração	2,27%
Legislação Empresarial	1,98%
Gestão Empreendedora e Inovação	1,98%
Inglês instrumental	1,42%
Ética e Cidadania organizacional	1,42%
Sem resposta	1,41%
Cálculos Estatísticos	1,13%
Aplicativos informatizados	0,85%
Administração em Marketing	0,56%
Técnicas Organizacionais	0,37%
Linguagem, Trabalho e Tecnologia	0,28%
Processos Financeiros Orçamentários	0,19%
Total	100,00%

Fonte: Pesquisa de Campo com alunos (2014)

Dentre as disciplinas citadas pelos alunos, quatro se destacaram como de grande contribuição para a formação profissional: Gestão de Pessoas I com 33,99 %; Marketing Institucional III com 13,60 %; Logística Empresarial com 7,08 %, e Gestão Empresarial com 6,80 %.

Segundo a CEETEPS a grade curricular em Administração desenvolve as competências e habilidades no aluno para: consolidar e aprimorar os conhecimentos adquiridos no ensino médio preparando-os para atuar em equipe no mercado de trabalho incluindo ética, desenvolvimento intelectual e o pensamento crítico; aprimorar a Língua Portuguesa e a Língua Estrangeira para acessibilidade a outras culturas e etnias favorecendo a comunicação interpessoal; aprimorar e elaborar cálculos estatísticos, matemáticos, financeiros, contábeis e apresentá-los em gráficos e tabelas; expressar-se com autonomia, clareza e precisão; utilizar *softwares* como *word*, *excel*, e *power point* para auxiliar na gestão de estoque e de produção como ferramentas relevantes para as organizações.

No último módulo do curso exige-se o desenvolvimento de um trabalho de conclusão de curso (DTCCA) quando deve ser apresentado um estudo de caso com empresas fictícias ou não (CEETEPS, 2014). Assim, constata-se que as disciplinas citadas pelos alunos do curso de Administração vão ao encontro das competências e habilidades propostas pela Ceeteps.

A Tabela 18 a seguir apresenta as disciplinas técnicas em Comunicação Visual que mais contribuíram para a formação na área de acordo com a visão dos alunos.

Tabela 18 - Disciplinas Técnicas – Comunicação Visual

Disciplinas técnicas ministradas que contribuíram para a formação profissionalizante	%
Marketing	25,00%
Aplicativos Informatizados em Design Gráfico II	16,67%
Aplicativos Informatizados Design Gráfico e Digital	11,11%
Criação e representação da identidade visual	8,33%
<i>Design e Criação</i>	5,56%
Aplicativos informatizados	5,56%
Influência dos Movimentos Artísticos na Comunicação Visual II	5,56%
Teoria e formas da comunicação	5,56%
Trabalho de Conclusão de Curso	2,78%
<i>Design Gráfico Digital</i>	2,78%
Influência Movimento Artístico	2,78%
Formas Compositivas de Elementos plásticos	2,78%
Ilustração	2,78%
Produção Gráfica	2,78%
Total	100,00%

Fonte: Pesquisa de Campo com alunos (2014)

As disciplinas que contribuiriam para a formação técnica são: *Marketing* com 25,00%; *Aplicativos Informatizados em Design Gráfico II* com 16,67%; *Aplicativos Informatizados e*

Design Gráfico e Digital com 11,11%; e Criação e Representação da Identidade Visual com 8,33%.

Segundo a CEETEPS a grade curricular em Comunicação Visual desenvolve as competências e habilidades do aluno para consolidar e aprimorar os conhecimentos adquiridos no ensino médio preparando-o para atuar em equipe no mercado de trabalho.

O curso tende a desenvolver nos discentes o pensamento criativo para trabalhar com o *marketing* e aplicativos informatizados visando o *Design* Gráfico e Digital além de buscar despertar ideias inovadoras. No último módulo é necessário o desenvolvimento do Trabalho de Conclusão de Curso quando deve ser apresentado um protótipo (CEETEPS, 2014). Conclui-se, portanto, que as disciplinas indicadas pelos alunos em Comunicação Visual vão ao encontro das competências e habilidades propostas pela Ceeteps.

A Tabela 19 a seguir apresenta as disciplinas técnicas em Eletromecânica.

Tabela 19 - Disciplinas Técnicas –Eletromecânica

Disciplinas técnicas ministradas que contribuíram para a formação profissionalizante?	%
Eletricidade Básica	14,94%
Instalações Elétricas	12,64%
Tecnologia de Soldagem	10,34%
Fabricação de Componentes Mecânicos	9,20%
Instrumentação Industrial	9,20%
Maquinas e Comandos Elétricos	8,05%
Eletrônica Digital	6,90%
Manutenção de Sistemas Automatizados	5,75%
Trabalho de Conclusão de Curso em Eletromecânica	4,60%
Sem resposta	3,45%
Ética e Cidadania. Organizacional	3,45%
Automação	3,45%
Tecnologia dos Materiais	2,30%
Usinagem	2,30%
Gestão de Energia	1,15%
Controle de Qualidade Dimensional	1,15%
Desenho Auxiliado por Computador	1,15%
Total	100,00%

Fonte: Pesquisa de Campo com alunos (2014)

As disciplinas que mais contribuiriam para a formação técnica são Eletricidade Básica, 14,94 %; Instalações Elétricas 12,64 %; Tecnologia em Soldagem 10,34 %, Fabricação de Computadores Mecânicos e Instrumentação Industrial ambas com 9,20%. Consideram-se

atrativas Desenho Auxiliado por Computador e Controle de Qualidade Dimensional ambas com 1,15 %.

Segundo a Ceeteps a grade curricular em Eletromecânica desenvolve as competências e habilidades no aluno para consolidar e aprimorar os conhecimentos adquiridos no ensino médio preparando-o para atuar em equipe no mercado de trabalho. A base para a formação seria a Língua Portuguesa, a Língua Estrangeira e Elétrica.

Conhecimentos são aprimorados na área de eletricidade e fabricação de componentes mecânicos. Para tanto utilizam-se roupas apropriadas de proteção. Eletrônica digital, automação, gerir energia e controle de qualidade são habilidades desenvolvidas e relevantes no curso. No último módulo é obrigatório o desenvolvimento do trabalho de conclusão de curso em Eletromecânica (DTCCE). Geralmente são apresentados protótipos. (CEETEPEPS, 2014). Assim, as disciplinas apontadas pelos alunos em Eletromecânica vão ao encontro das competências e habilidades propostas pela Ceeteps.

A Tabela 20 a seguir apresenta as disciplinas técnicas em Informática.

Tabela 20 - Disciplinas Técnicas –Informática

Disciplinas técnicas ministradas que contribuíram para a formação profissionalizante	%
Desenvolvimento de <i>Software</i>	15,11%
Lógica de Programação	12,23%
Análise de sistemas	11,51%
Programação de Internet	11,51%
Tecnologias e Linguagens para Banco de Dados I e II	10,07%
Programação de computadores	8,63%
Redes de Comunicação de Dados	8,63%
Técnicas de Programação para Internet	7,16%
Instalação e Manutenção de Computadores	6,47%
Ética e Cidadania. Organizacional	2,88%
Aplicativos para Projetos	2,16%
Aplicativos informatizados	2,16%
Trabalho de Conclusão de Curso	1,44%
Total	100,00%

Fonte: Pesquisa de Campo com alunos (2014)

As disciplinas que contribuíram para a formação técnica indicadas pelos alunos foram: Desenvolvimento de *Software* 15,11 %; Lógica de Programação, 12,23 %; Análise de Sistemas e Programação de Internet ambas com 11,51 % e Tecnologias e Linguagens para Banco de Dados I e II com 10,07 %. Segundo a Ceeteps, a grade curricular em Informática desenvolve as competências e habilidades no aluno para consolidar e aprimorar os

conhecimentos adquiridos no ensino médio, preparando-o para atuar em equipe no mercado de trabalho. A base para a formação seria Língua Portuguesa e Matemática destacando o raciocínio lógico para a elaboração de *softwares* para programação, manutenção de computadores, elaboração de banco de dados, empreendedorismo para ser inovador e criativo, atender ao cliente, *marketing* e vendas. No último módulo é exigido o desenvolvimento do trabalho de conclusão de curso em Informática (DTCCI) apresentando um *software* em funcionamento (CEETEPS, 2014). As disciplinas apresentadas pelos alunos em informática vão, portanto, ao encontro das competências e habilidades propostas pela Ceeteps.

A Tabela 21 a seguir apresenta as disciplinas técnicas em Mecânica relatadas pelos alunos.

Tabela 21 - Disciplinas Técnicas –Mecânica

Disciplinas técnicas ministradas que contribuíram para a formação profissionalizante?	%
Processos de fabricação I, II, III	23,00%
Desenho Técnico Mecânico	12,68%
Automação Industrial I, II, III	12,21%
Resistência dos materiais	7,98%
Tecnologia em Manutenção	7,04%
Metrologia	6,57%
Tecnologia em CNC I, II	5,63%
Mecânica Técnica	5,16%
Elementos de máquinas I, II	5,16%
Tecnologia de Soldagem	3,76%
Sem resposta	2,82%
Trabalho de Conclusão de Curso em Mecânica	2,82%
Desenho auxiliado por computador I e II	2,35%
Organização Industrial	0,94%
Todas as matérias	0,47%
Linguagem, Trabalho e Tecnologia	0,47%
Inglês	0,47%
Ética e Cidadania	0,47%
Total	100,00%

Fonte: Pesquisa de Campo com alunos (2014)

As disciplinas que mais contribuíram para a formação técnica na visão dos alunos são: Processos de Fabricação I, II, III com 23,00%; Desenho Técnico Mecânico com 12,68%; Automação Industrial I, II, III com 12,21% e Resistência dos Materiais com 7,98%.

De acordo com a Ceeteps a grade curricular em Mecânica deve desenvolver as competências e habilidades no aluno para consolidar e aprimorar os conhecimentos adquiridos no ensino médio e prepará-lo para atuar em equipe no mercado de trabalho.

A base para a formação seria Língua Portuguesa, Língua Estrangeira e Matemática para facilitar a utilização de *softwares* específicos para desenhos técnicos como autocad, processos de fabricação, processos de soldagem, princípios éticos e de cidadania. No final do curso também é obrigatória a elaboração de um trabalho de conclusão de curso em Mecânica (DTCCM) com a apresentação de um protótipo (CEETEPS, 2014). As disciplinas indicadas pelos alunos em mecânica vão, portanto, ao encontro das competências e habilidades propostas pela Ceeteps. A Tabela 22 apresenta as disciplinas técnicas em Segurança do Trabalho.

Tabela 22 - Disciplinas Técnicas –Segurança do Trabalho

Disciplinas técnicas ministradas que contribuíram para a formação profissionalizante?	%
Análise de Riscos	16,80%
Suporte emergencial à vida	13,60%
Normalização em Segurança do Trabalho	12,00%
Análise Ergonômica do Trabalho	9,60%
Higiene e Segurança do trabalho	8,00%
Prevenção e combate a sinistros	6,40%
Fundamentos da Saúde e Segurança no Trabalho	5,60%
Prevenção às Doenças Profissionais e do Trabalho	4,80%
Legislação e Normas Regulamentadoras	4,80%
Programas Aplicados em Saúde e Segurança do Trabalho	4,00%
Prevenção de Doenças Profissionais e do Trabalho	4,00%
Trabalho de Conclusão de Curso	3,20%
Relações Humanas no Trabalho	2,20%
Gestão empresarial	1,60%
Segurança e Processos industriais	0,80%
Inglês instrumental	0,80%
Língua portuguesa	0,80%
Total	100,00%

Fonte: Pesquisa de Campo com alunos (2014)

As disciplinas que segundo os alunos contribuem para a formação técnica são: Análise de Riscos 16,80%; Suporte Emergencial à Vida 13,60%; Normalização em Segurança do Trabalho 12,00 %; e Análise Ergonômica do Trabalho 9,60%. As três disciplinas que menos contribuíram para a formação técnica e que apresentaram o índice de 0,80%, foram Segurança e Processos Industriais, Inglês Institucional e Língua Portuguesa.

De acordo com a Ceeteps a grade curricular em Segurança do Trabalho desenvolve as competências e habilidades no aluno para consolidar e aprimorar os conhecimentos adquiridos no ensino médio e o prepara para atuar em equipe no mercado de trabalho.

A base para a formação seria a Língua portuguesa; Língua estrangeira; Ergonomia; e Normas e Diretrizes sobre Segurança do Trabalho incluindo Equipamentos de Segurança, Prevenção de Acidentes, Higiene e Segurança no Trabalho e Relações Humanas no Trabalho, além do desenvolvimento do trabalho de conclusão de curso (DTCCS) com apresentação de um protótipo para fins ergonômicos ou estudo de caso. (CEETEPS, 2014). As disciplinas citadas pelos alunos em Segurança do Trabalho vão ao encontro das competências e habilidades propostas pela Ceeteps.

A análise das disciplinas mostra que a Instituição tem buscado desenvolver nos alunos competências e habilidades para atuarem nos setores produtivos. Nesse pressuposto o Ministério da Educação (2012) determina que a base curricular dos cursos técnicos profissionalizantes deve embasar-se no Catálogo Nacional de Cursos de Nível Médio de acordo com o parecer CNE/CEB nº 11/2008 que estabelece que a grade curricular deve ser organizada pelo eixo tecnológico definido no Projeto Pedagógico de cada instituição de ensino. Segundo Araújo (2001) a equipe gestora deve articular-se com os setores produtivos locais para ofertar os cursos técnicos de acordo com as necessidades do mercado de trabalho local e regional. Assim, a grade curricular atualiza-se periodicamente.

Os alunos também contextualizaram que após a conclusão dos cursos pretendem cursar outro curso técnico, conforme Tabela 23.

Tabela 23 – Cursos Pertinentes aos alunos

Qual o curso técnico nessa Instituição que você faria?	%
Mecânica	16,79%
Informática	15,53%
Comunicação visual	15,46%
Administração	13,11%
Segurança do trabalho	11,95%
Finanças	8,26%
Eletromecânica	6,74%
Tecnologia em soldagem	4,52%
Turismo	2,84%
Mecatrônica	1,26%
Técnico em edificações	1,79%
Sem resposta	0,89%
Comunicação	0,86%
Total	100,00%

Fonte: Pesquisa de Campo com alunos (2014)

Uma das questões formuladas aos alunos refere-se à expectativa de após concluírem o atual curso iniciar outro na Instituição. Quatro cursos foram citados: Mecânica com 16,79 %; Informática 15,53 %; Comunicação Visual 15,46 %; Administração 13,11 %.

Os alunos interessaram-se também por Tecnologia em Soldagem com 4,5%; Turismo com 2,84%; Mecatrônica com 1,26%; Técnico em Edificações com 1,79%; e Comunicação, que apresentou o menor índice de 0,86%. Esses cursos não são disponibilizados pela ETEC de Guaratinguetá.

Constata-se que tanto alunos quanto egressos fariam outro curso técnico e, portanto, estão atentos às exigências da mão de obra qualificada nas empresas (GRÁFICOS 7 e 8).

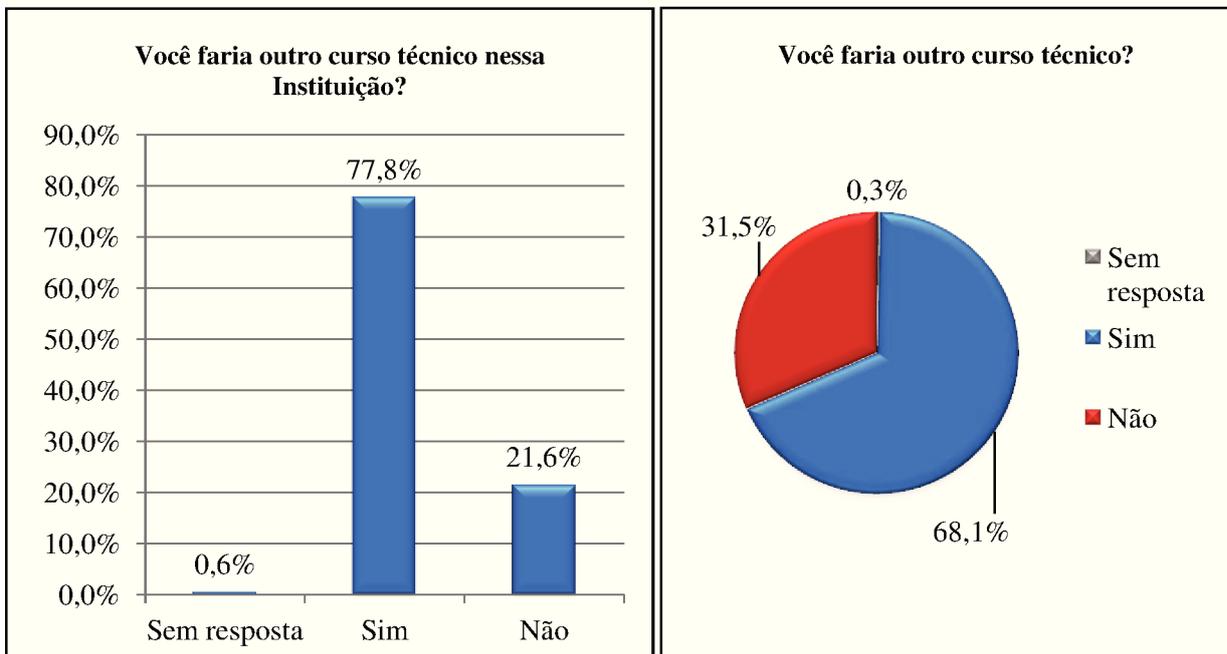


Gráfico 7 – Curso Técnico

Fonte: Pesquisa de Campo com alunos (2014)

Gráfico 8 – Curso Técnico

Fonte: Pesquisa de Campo com egressos (2014)

A comparação entre o Gráfico 7 referente aos alunos e o Gráfico 8 referente aos egressos aponta que a maioria dos alunos (77,8%) e dos egressos (68,1%) faria outro curso técnico na Instituição.

Os Gráficos 9 e 10 a seguir apresentam a manifestação dos alunos e egressos quanto a cursar o ensino superior.

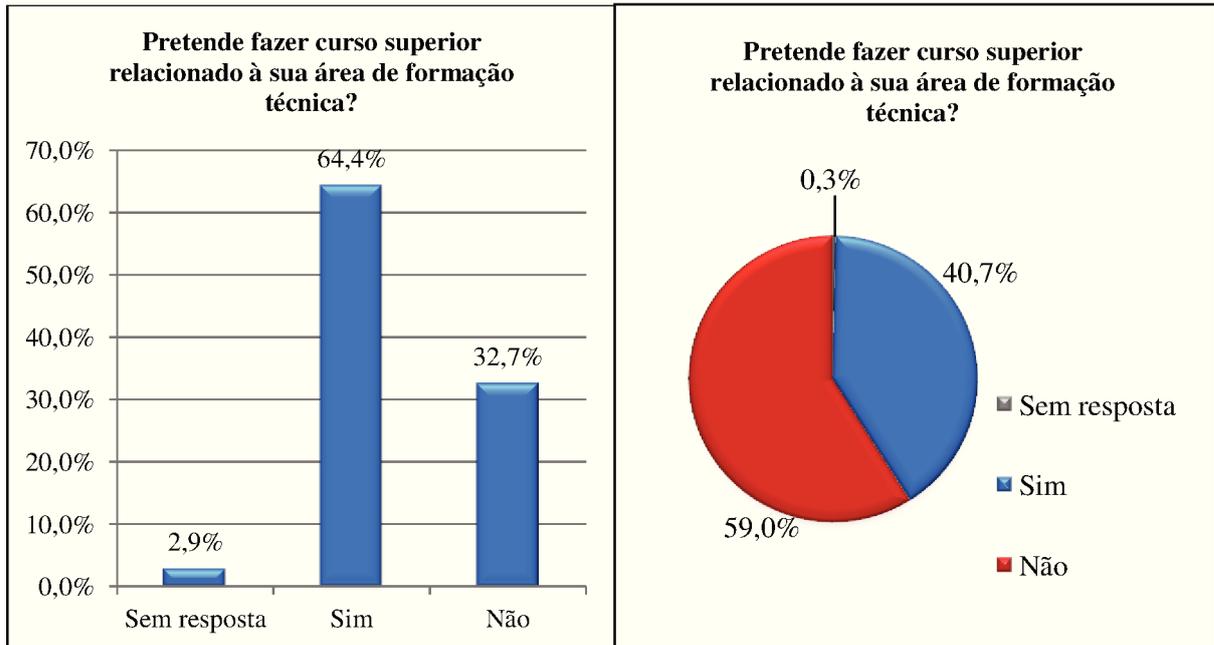


Gráfico 09 – Graduação

Fonte: Pesquisa de Campo com alunos (2014)

Gráfico 10 – Graduação

Fonte: Pesquisa de Campo com egressos (2014)

O Gráfico 9 mostra que 64,4% dos alunos pretendem cursar graduação na área de formação técnica, pois se identificaram com o curso; 32,7% pretendem cursar a graduação em área oposta e 2,9% não responderam, provavelmente por ser uma questão dissertativa. Quanto aos egressos (Gráfico 10) 59,0% não pretendem cursar graduação nessa área; 40,0% pretendem e 0,3% não responderam à questão.

Observa-se a diferença entre estudantes e egressos em relação a cursar graduação ou não na área de formação técnica. Os alunos mostram-se mais motivados do que os egressos. A hipótese para tal quadro pode ser o fato de os egressos ressaltarem que já possuem graduação e o curso técnico veio a complementá-la; ou o fator de estarem cursando faculdade em área oposta a do curso técnico, pois o curso não atendeu suas expectativas e/ou o mercado de trabalho não se mostrou tão promissor.

Segundo Benac (2006) apesar da temporaneidade cada vez mais a educação vem sendo relevante e vem lutando contra a exclusão para beneficiar o desenvolvimento e revestir-se de uma linguagem comprometida em valorizar a riqueza contida na diferença. Para que isso aconteça é importante a articulação da educação e trabalho com as políticas públicas.

De acordo com Sampaio (2013) a qualificação provavelmente facilitará o ingresso no mercado de trabalho. O autor ainda argumenta que a qualificação era restrita às classes dominantes que detinham o controle social, mas no decorrer dos anos e diante do avanço do

capitalismo a educação passou a ser fundamental e incorporada principalmente ao sistema de produção.

Assim, os colaboradores passaram a receber não somente educação prática para o trabalho, mas também habilidades, conhecimentos e atitudes que passaram a ser adquiridos dentro e fora da instituição de ensino por exigência do capitalismo.

No século XXI a religiosidade já se manifestava nas visitas por turistas na Gruta de Nossa Senhora de Lourdes e ao Museu Rodrigues Alves. Guaratinguetá ganhou impulso com a criação do Museu Frei Galvão e com a designação Estância Turística de Guaratinguetá, o que aumentou o número de visitantes, principalmente no circuito religioso dos municípios pertencentes à Microrregião: Aparecida, Cachoeira Paulista, Canas, Cruzeiro, Guaratinguetá, Lavrinhas, Lorena, Piquete, Potim, Queluz e Roseira (IBGE, 2015).

A Tabela 24 demonstra os municípios pertencentes à microrregião de Guaratinguetá e o respectivo número de admissões e desligamentos (oportunidades de emprego e demissões) efetuados nas empresas da Microrregião, embora os desligamentos tenham emergido em vários setores e cidades.

Tabela 24 – Admissão e Desligamento na Microrregião de Guaratinguetá: jan. 2012 a jan. 2015

Municípios	Nº Empresas Formais	Admissão	Desligamento	Saldo
Aparecida	9.686	12.398	11.042	1.356
Cachoeira Paulista	4.959	5.013	4.683	330
Canas	1.151	1.447	1.124	323
Cruzeiro	16.629	16.088	16.340	-252
Guaratinguetá	28.482	30.452	28.104	2.348
Lavrinhas	754	497	606	-109
Lorena	15.838	20.270	18.615	1.655
Piquete	1.077	948	860	88
Potim	809	1.714	1.624	90
Queluz	1.285	1.419	1.150	269
Roseira	1.803	2.296	2.382	-86

Fonte: Caged (2015)

Observa-se que na microrregião de Guaratinguetá o saldo de desligamento nas cidades de Roseira, Lavrinhas e Cruzeiro foram maiores que as admissões, mas os municípios de Guaratinguetá, Lorena e Aparecida têm um saldo de admissão maior que o de demissão.

Para o CAGED (2015) as atividades econômicas e as empresas formais cadastradas na Microrregião relacionam-se com as áreas de extração mineral; indústria de transformação; serviços industriais; utilidade pública; construção civil; comércio; serviços; administração pública; turismo; agropecuária; extração vegetal e caça e pesca.

De acordo com o Plano Plurianual de Gestão (2012-2016) da ETEC a economia da Microrregião está voltada para agropecuária, indústrias de pequeno, médio e grande porte, abrangendo os setores têxtil, químico, metal, mecânico, turístico, área alimentícia e prestação de serviço.

Cabe ressaltar, portanto, que a vasta atividade econômica e as empresas provavelmente busquem por pessoas capacitadas e por isso é importante que sejam desenvolvidas e aprimoradas nos alunos habilidades e competências que tendem a ser um diferencial no mercado de trabalho.

Nesse pressuposto a Tabela 25 apresenta as habilidades e competências elencadas por alunos e que são desenvolvidas no curso.

Tabela 25– Habilidades e Competências desenvolvidas nos alunos

Habilidades e Competências em geral					TOTAL
	Apto	Inapto	Razoável	Sem resposta	
1-Manter a sustentabilidade ambiental, aplicando estratégias de melhoria no trabalho.	71,1%	5,8%	21,9%	1,2%	100%
2-Buscar práticas inovadoras/adaptáveis às necessidades do mercado.	69,7%	3,9%	25,7%	0,7%	100%
3-Elaborar, aplicar, acompanhar e utilizar, programas de medidas de segurança do trabalho na indústria, comércio ou prestação de serviço.	63,6%	7,8%	27,4%	1,2%	100%
4-Adotar normas e diretrizes éticas da instituição,	70,3%	5,2%	23,0%	1,5%	100%
5-Elaborar relatórios, projetos para incorporar novas tecnologias.	61,8%	6,4%	30,6%	1,2%	100%
6-Planejar, dirigir, controlar e organizar, a produção de uma organização.	58,6%	6,7%	31,5%	3,2%	100%
7-Elaborar <i>softwares</i> para atender à exigência e necessidade da empresa.	32,2%	39,1%	26,1%	2,6%	100%
8-Trabalhar em equipe, ouvindo e respeitando opiniões opostas.	88,6%	4,2%	5,5%	1,7%	100%

Fonte: Pesquisa de Campo com alunos (2014)

O Gráfico 11 representa a pretensão do aluno em atuar como técnico e o Gráfico 12 traz as respostas dos egressos quanto à formação no ensino técnico.

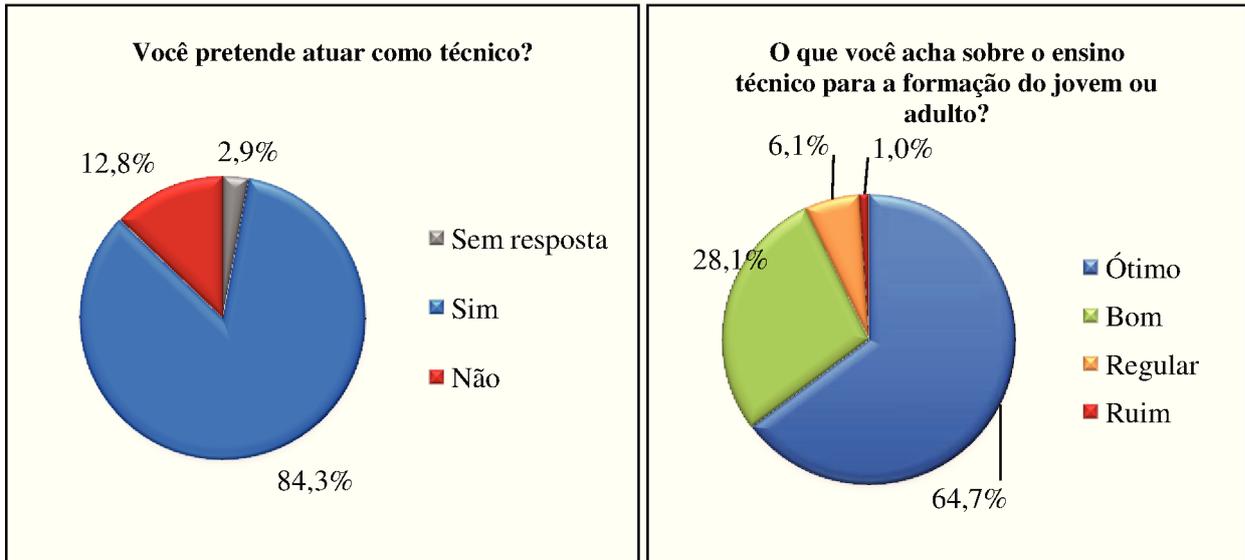


Gráfico 11 – Atuar como técnico
Fonte: Pesquisa de Campo com alunos (2014)

Gráfico 12 – Formação de Jovens e Adultos
Fonte: Pesquisa de Campo com egressos (2014)

De acordo com o Gráfico 11, 84,3% referente aos alunos que pretendem atuar como técnicos 12,8% não pretendem e 2,9% não responderam a essa pergunta. Quanto o ensino técnico na formação de jovens e adultos 64,7% dos egressos consideram ótimo; 28,1% bom; 6,1 % regular e 1,0% ruim.

Segundo Silva (2013) os Arranjos Produtivos Locais (APL) atuam em volta de uma potencialidade regional e estão presentes na sociedade produtiva configurando-se como estratégias de desenvolvimento local e regional, fomentando a geração de renda e emprego (SILVA, 2013).

Os APLs são considerados fenômenos vinculados à economia associados à proximidade física das empresas fortemente ligadas entre si por bens e serviços. Somente um agrupamento de empresas não é suficiente para ganhos coletivos.

Nesse contexto, alunos e egressos citaram o que dificultaria ou prejudicaria os jovens e adultos a ingressarem no mercado de trabalho, conforme os Gráficos 13 e 14, respectivamente.

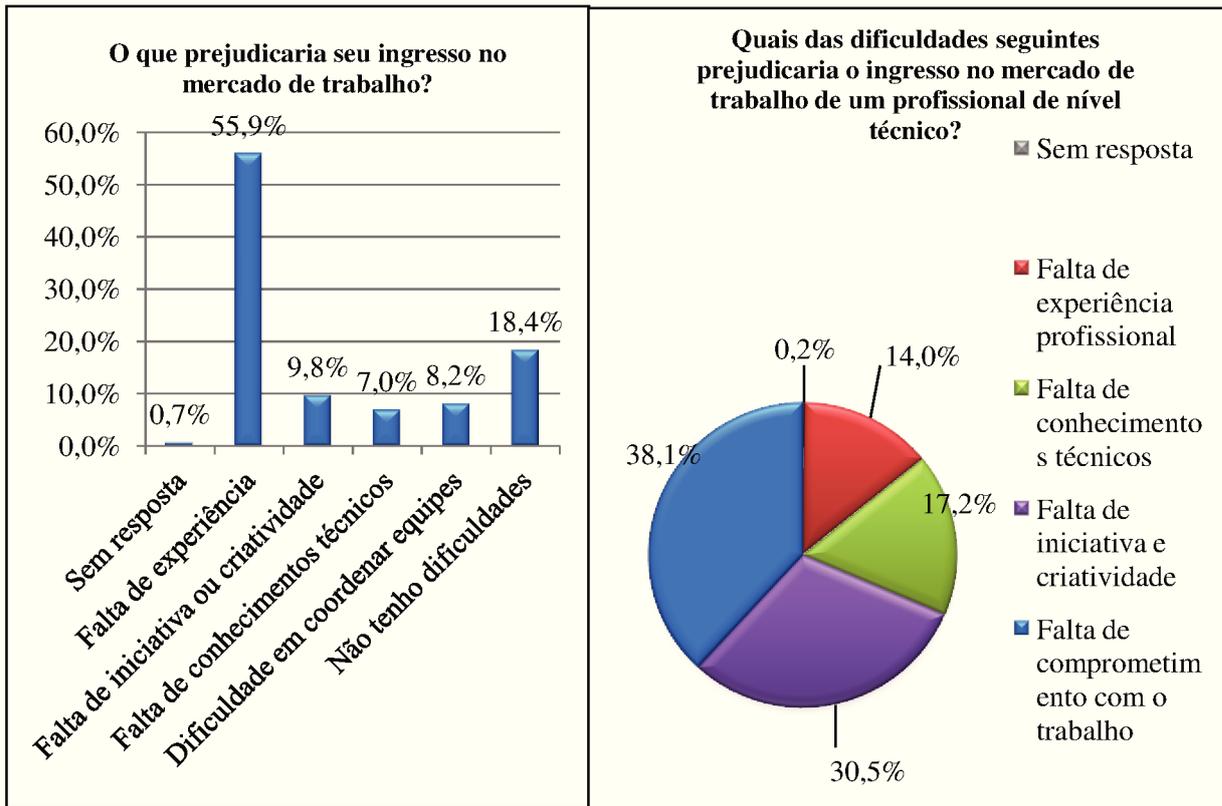


Gráfico 13 – Ingresso no mercado de trabalho
Fonte: Pesquisa de Campo com alunos (2014)

Gráfico 14 – Ingresso no mercado de trabalho
Fonte: Pesquisa de Campo com egressos (2014)

O Gráfico 13 que aponta as dificuldades de ingresso ao mercado de trabalho mostra que 55,9% dos alunos citam a falta de experiência; 18,4% não têm dificuldades; 9,8% atribuem à falta de iniciativa e criatividade, como outro fator; 8,2% citam a dificuldade em coordenar equipes e 0,7% não responderam.

Conforme o Gráfico 14 que apresenta as respostas dos egressos 38,1% apontaram a falta de comprometimento com o trabalho; 30,5% falta de iniciativa e criatividade; 17,2% falta de conhecimentos técnicos e 14% falta de experiência profissional.

A comparação entre os Quadros destaca as diferenças na visão de alunos e egressos quanto às dificuldades de ingresso ao mercado de trabalho. Na visão dos alunos a falta de experiência é o fator que mais dificulta e para os egressos é a falta de comprometimento com o trabalho e também a falta de iniciativa e criatividade.

Constata-se, portanto, que os egressos valorizam muito mais aspectos comportamentais e de atitudes com relação ao trabalho o que provavelmente têm feito a diferença para sua inserção e manutenção no mercado.

Alunos e egressos com formação técnica opinaram também em relação ao mercado de trabalho, conforme os Gráficos 15 e 16 respectivamente.

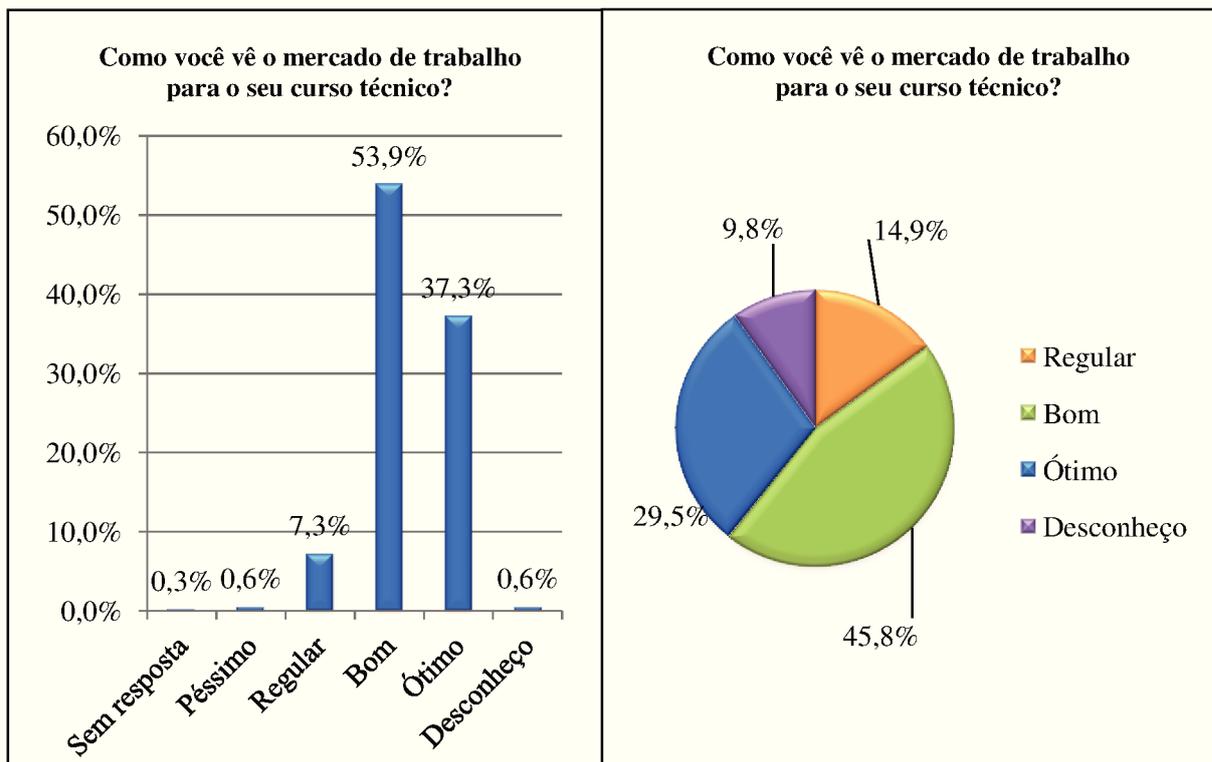


Gráfico 15 – Mercado de trabalho
Fonte: Pesquisa de Campo com alunos (2014)

Gráfico 16 – Mercado de trabalho
Fonte: Pesquisa de Campo com egressos (2014)

Quanto aos alunos (Gráfico 15) consideram que o mercado é bom 53,9%; ótimo 37,3%; regular: 7,3%; péssimo 0,6%; e não responderam 0,3%. Para os egressos (Gráfico 16) consideram bom 45,8%; ótimo 29,5%; regular 14,9%; e 9,8% desconhecem. Constata-se pequena diferença de opinião, pois apesar da visão positiva há uma parcela de egressos que constata a regularidade do mercado.

O Gráfico 17 apresenta as manifestações dos alunos em relação ao mercado de trabalho regional e o Gráfico 18, por sua vez, traz as respostas dos egressos quanto ao exercício da atividade profissional.

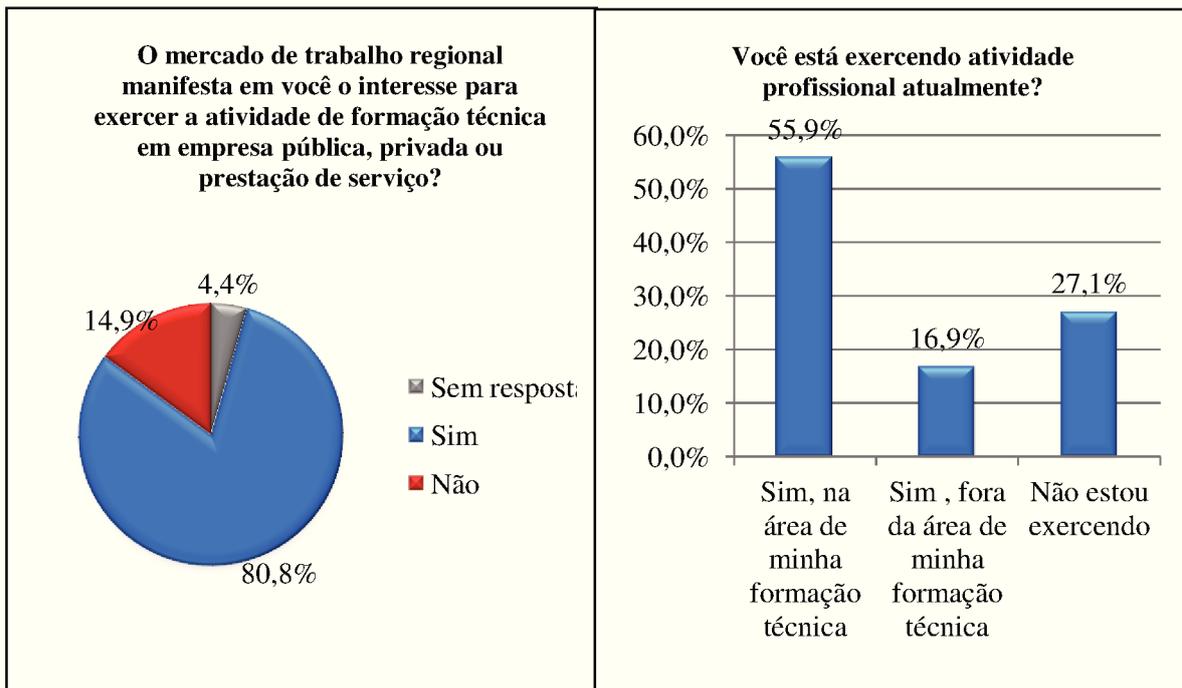


Gráfico 17 – Interesse Mercado de trabalho
Fonte: Pesquisa de Campo com alunos (2014)

Gráfico 18 – Mercado de trabalho
Fonte: Pesquisa de Campo com egressos (2014)

Observa-se no Gráfico 17 que 80,8% dos alunos manifestam interesse em exercer atividade de formação técnica no mercado regional. Apenas 14,9% disseram que não e 4,4% não responderam a essa questão.

O Gráfico 18 aponta que 55,9% dos egressos estão exercendo atividade profissional na área de formação técnica; 16,9 % exercem fora dessa área em razão de a remuneração ser mais atrativa; 27,1 % não estão exercendo atividade profissional.

Cabe ressaltar ao comparar o interesse dos alunos em relação ao mercado de trabalho regional que condiz com a proporção de egressos que estão exercendo atividade profissional na área ou fora da área de formação técnica, portanto, pouco mais da metade dos egressos são absorvidos pelo mercado.

Para alguns egressos, a crise econômica veio favorecer os desligamentos; outros argumentaram que não estão exercendo atividade remunerada na área de formação técnica, mas sim em área oposta; outros também citaram que o mercado de trabalho está saturado na área de formação técnica e por último alguns afirmaram estar cursando graduação integral fora da área de formação técnica.

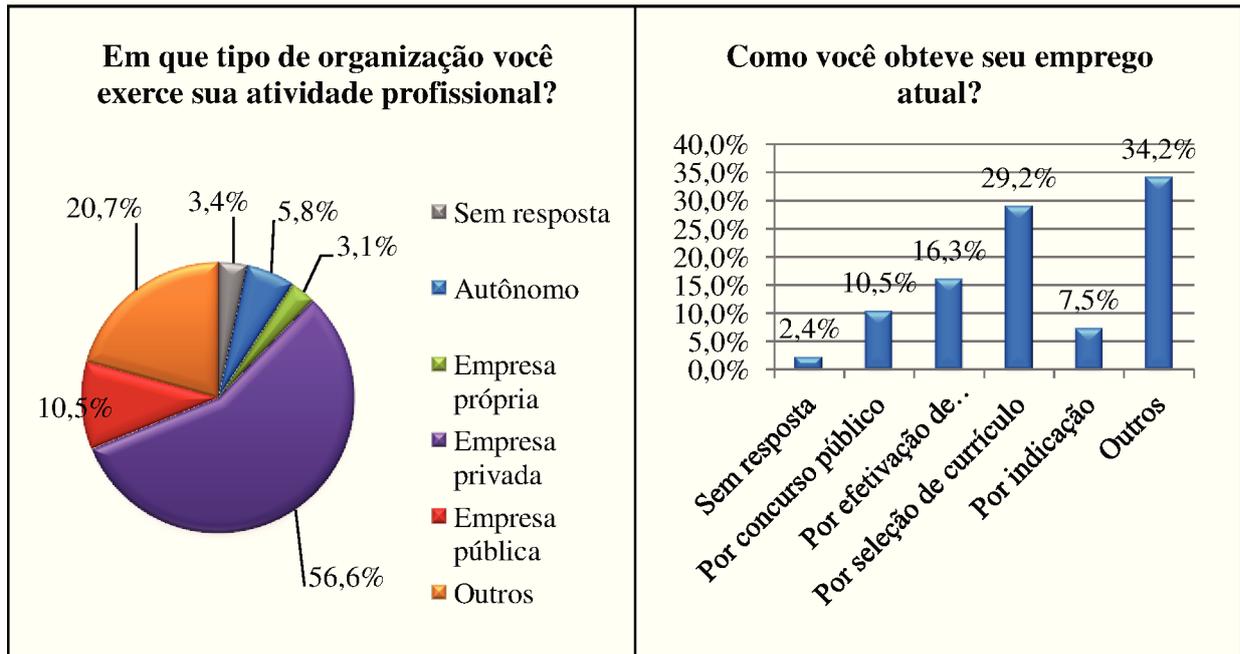


Gráfico 19 – Empresa e atividade
Fonte: Pesquisa de Campo com egressos (2014)

Gráfico 20 – Emprego Atual
Fonte: Pesquisa de Campo com egressos (2014)

De acordo com o Gráfico 19 que traz os dados dos egressos, 56,6% exercem atividade profissional na área de formação técnica em empresas privadas; 20,4% em empresas públicas; 10,5% em empresas familiares (outros); 5,8% são autônomos; 3,4% não responderam e 3,1% atuam em empresas próprias.

O Gráfico 20 representa os egressos que apontaram os meios como foram selecionados e ingressaram no mercado de trabalho: 34,2% foram indicados por familiares e amigos (outros); 29,2% por seleção de currículo; 16,3%, por efetivação de estágio; 10,5% por concurso público e 2,4% não responderam. A Tabela 26 apresenta o número de empregos e salários na microrregião de Guaratinguetá em 2015.

Tabela 26 – Número de Empregos e Salários na Microrregião de Guaratinguetá em 2015

Classificação do Emprego e Rendimentos Formais	Ano	Município Guaratinguetá	Microrregião Salário	Estado (SP) Salário
Agricultura, Pecuária, Produção, Florestal, Pesca	2014	904,35	910,10	1.576,09
Indústria	2014	3.594,99	2.834,81	2.979,77
Construção	2014	1.668,65	1.578,59	2.250,68
Comércio Atacadista e Varejista e do Comércio e Reparação de Veículos Automotores e Motocicletas	2014	1.338,34	1.298,15	1.954,00
Prestação de Serviços	2014	2.275,19	1.948,98	2.682,20

Fonte: SEADE (2015)

A Tabela 26 destaca que nas áreas da agricultura, pecuária, produção florestal e pesca, a média salarial ofertada no município de Guaratinguetá (R\$ 904,35) está quase similar à média dos salários de toda a Microrregião que é de R\$ 910,10, apresentando uma discrepância em relação à média dos salários do estado de São Paulo que é maior, de R\$ 1.576,09.

Em relação à remuneração dos funcionários que trabalham nas indústrias a média na Região é de R\$ 2.834,81 equiparada à do Estado que é de R\$ 2.979,77, mas inferior à do Município de R\$ 3.594,99. O setor de construção, em relação à cidade de Guaratinguetá tem a média salarial de R\$ 1.668,65 e a Microrregião de 1.578,59, destacando-se o estado de São Paulo que tem a média salarial maior, de R\$ 2.250,68.

No comércio atacado/varejo as médias salariais também são equivalentes em Guaratinguetá com R\$ 1.338,34 e na Microrregião com R\$ 1.298,15. A média do Estado apresenta uma pequena elevação: é de R\$ 1.954,00. O setor de prestação de serviço apresenta uma redução média salarial na microrregião de Guaratinguetá de R\$ 1.948,98, inferior à do Estado de R\$ 2.682,20. A média salarial da cidade de Guaratinguetá é de R\$ 2.275,19.

O Gráfico 21 representa as respostas dos alunos em relação à suposta remuneração do técnico após a sua formação e inserção no mercado de trabalho e o Gráfico 22 representa a real remuneração dos egressos atuantes no mercado de trabalho.

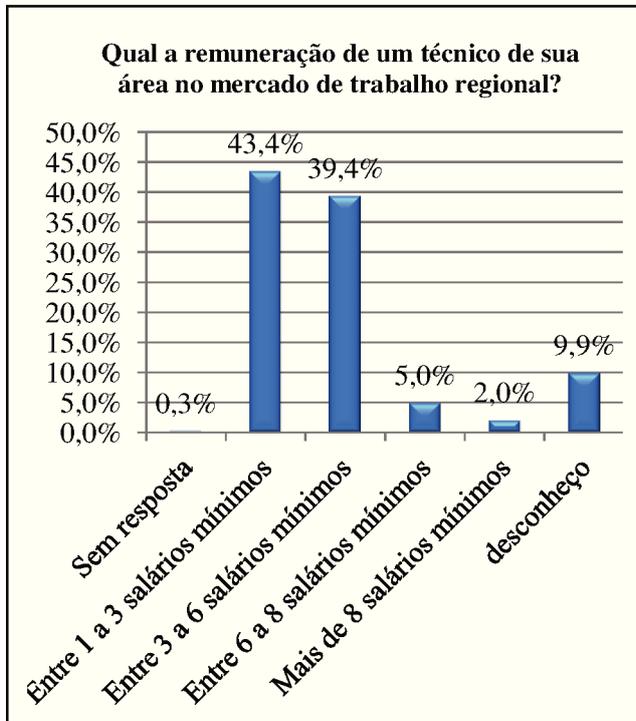


Gráfico 21 – Suposta remuneração do técnico
Fonte: Pesquisa de Campo com alunos (2014)

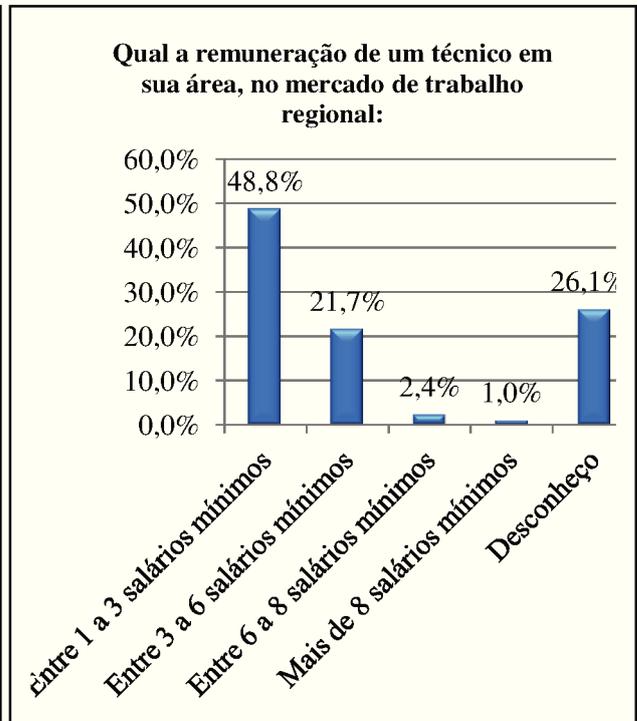


Gráfico 22 – Real remuneração do técnico
Fonte: Pesquisa de Campo com egressos (2014)

O Gráfico 21 demonstra que 43,4 % dos alunos supõem que a remuneração varie entre um a três salários mínimos; 39,4 % entre três e seis salários; 5,0 % entre seis e oito salários; 9,9% desconhecem e para 2,0% mais de oito salários mínimos, o que é uma discrepância.

Os egressos atuantes no mercado de trabalho na área de formação técnica contextualizaram que 48,8% recebem entre um a três salários mínimos, 26,1% desconhecem, pois atuam em área oposta à da área; 21,7% entre três a seis salários mínimos; 2,4% entre seis a oito salários mínimos e 1,0% acima de oito salários mínimos.

A visão de alunos e egressos é, portanto, coincidente. Segundo dados CEETEPS (2015) a remuneração de um técnico varia de curso para curso e de acordo com a empresa contratada, podendo variar entre um salário mínimo R\$ 880,00 e cinco salários totalizando R\$ 4.400,00.

A comparação dos valores indicados por alunos e egressos com a remuneração citada pela Ceeteps indica que esses valores estão corretos.

De acordo com Borges (2014) o desemprego tornou-se mais visível dado o impacto econômico negativo causado pelo desequilíbrio nas ações do governo em se tratando de políticas públicas e econômicas. O autor ainda argumenta que a inserção dos jovens de faixa etária entre 16 e 26 anos no mercado de trabalho em períodos de estabilidade econômica já era vista como difícil, pois os jovens enfrentam situações precárias de inserção ocupacional.

Em momentos de crise enfatiza-se a dificuldade tanto no ingresso como na manutenção no emprego. O ingresso no mercado de trabalho para os jovens é de suma importância na medida em que marca a passagem para a vida adulta. São relevantes nesse caso as políticas públicas de inserção e qualificação profissional.

Os resultados apurados apontam que a ETEC de Guaratinguetá articula-se com educação, trabalho, ciência e tecnologia para atender às exigências do mercado de trabalho, porém a educação profissional e a qualificação de mão de obra por si só são insuficientes para que o aluno ou egresso seja inserido no mercado. Cabem ações do governo para reformulação de políticas públicas para a melhoramento do quadro econômico atual.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ensino técnico profissionalizante é primordial para o processo de desenvolvimento regional visto que deve fornecer uma formação compatível com o que alunos e egressos almejam.

Os dados obtidos nos questionários aplicados aos 330 alunos da faixa etária predominante entre 18 e 21 anos e a 313 egressos também da faixa etária predominante entre 26 e 30 anos totalizando 643 entrevistados indicam que a maioria reside, estuda e trabalha em Guaratinguetá na zona urbana. Em relação ao estado civil predominam os solteiros.

A análise realizada em documentos institucionais da Etec de Guaratinguetá possibilita concluir que os cursos Técnicos em Administração de Empresas, Comunicação Visual, Eletromecânica, Informática, Mecânica e Segurança do trabalho estão integrados ao projeto político pedagógico da Instituição e têm alcançado o objetivo de preparar e qualificar alunos e egressos para atender ao mercado de trabalho.

A formação profissionalizante objetiva promover a ligação entre a teoria e a prática permitindo que os alunos e egressos absorvam o conhecimento técnico desenvolvendo as competências e habilidades necessárias para manutenção da empregabilidade.

Cabe ressaltar que a educação possui um papel relevante no processo de desenvolvimento do local ou da região, no entanto, o cenário atual configura-se com baixo crescimento econômico, alto índice de desemprego e com políticas públicas de caráter reducionista o que afeta as atividades produtivas do local e da Região.

Após a análise dos documentos institucionais dos cursos estudados, da visão dos alunos e dos egressos e almejando a potencialização do desenvolvimento local e regional por meio da educação técnica e profissionalizante procurou-se sintetizar propostas relevantes de ações que poderão ser adotadas para propiciar o ingresso dos alunos no mercado de trabalho e para manter os egressos nesse mercado, como:

- 1 - aumentar a efetivação de parcerias com órgãos que representam as classes dos empresários e colaboradores;
- 2- direcionar o fortalecimento do convênio de estágio institucional, o que poderia beneficiar alunos e egressos à medida que se eleva o número de programas e convênios de estágio com empresas pertencentes ao Município e cidades vizinhas;
- 3 - reformular o Projeto Político Pedagógico de alguns cursos da Instituição tornando-os mais atraentes e atendendo às potencialidades locais:

- 4- divulgar os egressos formados pela Instituição para absorção pelos empresários;
- 5- estimular e fortalecer programas de extensão do ensino e pesquisa;
- 6- implementar políticas de estímulo aos empreendedores individuais; e
- 7- elaborar programas de incentivo ao primeiro emprego e permanência.

Apresenta-se como sugestão a elaboração de um plano de ação a fim de atender solicitações e necessidades de melhorias apontadas por alunos, egressos e pela própria instituição.

As atividades econômicas de Guaratinguetá, cidade estudada, voltam-se para a agropecuária e indústrias de pequeno, médio e grande portes abrangendo os setores têxtil, químico, metal, mecânico, turístico, área alimentícia e prestação de serviço.

Frente à ampla atividade econômica supra citada empresas supostamente venham a procurar pessoas capacitadas. Assim, é fundamental que sejam desenvolvidas nos alunos competências, habilidades e atitudes para possibilitar atender esse diferencial no Município ou cidades vizinhas.

É importante também ressaltar que os cursos ofertados pela Etec de Guaratinguetá devem ser estruturados para favorecer e atender às expectativas dos alunos e egressos e também à demanda das empresas por mão de obra qualificada.

A estrutura dos cursos deve ser definida e replanejada periodicamente, o que inclui: carga horária, grade curricular ofertada, máquinas e equipamentos, espaço físico e corpo docente qualificado. Essa busca deve ser incessante no intuito de atender e favorecer a inserção do profissional no mercado de trabalho.

Os dados da pesquisa de campo evidenciaram que importantes habilidades e competências têm sido desenvolvidas no decorrer do curso e que contribuem para atuação dos egressos no mercado de trabalho, tais como:

- manter a sustentabilidade ambiental, aplicar estratégias para a melhoria no trabalho, inovar-se e adaptar-se ao mercado de trabalho, elaborar, aplicar e acompanhar medidas de segurança do trabalho nas organizações, adotar e seguir as normas e diretrizes éticas das instituições, planejar, elaborar e controlar os projetos, utilizar e elaborar *softwares* e trabalhar em equipe, ouvindo e respeitando opiniões opostas. As organizações têm buscado profissionais capazes de promover mudanças com maior conhecimento e informação além de possuírem também habilidades comportamentais.

Como sugestão para pesquisas complementares vinculadas a esta temática ressalta-se a necessidade da coleta de dados diretamente nas empresas, tanto privadas como públicas, associações e cooperativas.

Pesquisas futuras poderão a partir desta pesquisa explorar a demanda por mão de obra nos setores produtivos a fim de constatar as especificidades dos mercados e levantar a extensão das oportunidades potenciais existentes.

Nesse sentido pesquisas futuras poderão revelar a cadeia produtiva: o produtor, o fornecedor e o setor comercial, relacionando-a à educação profissionalizante. Essa possibilidade de análise se encontra em aberto, e é uma sugestão para futuras pesquisas não apenas pela sua relevância, mas também pela inexistência de informações referentes a esse tema na cidade de Guaratinguetá.

Assim, o estudo poderia sintetizar e monitorar as condições econômicas do local contribuindo para delimitar as ofertas de cursos, sua implantação e desenvolvimento.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Luiz Edmundo Vargas de. Educação Profissional e Realidade Local. **Revista Salto para o Futuro**, Rio de Janeiro, boletim 08, maio/junho de 2007. Disponível em: <<http://www.tvbrasil.org.br/fotos/salto/series/104939Educacaoprofissional2.pdf>..> Acesso em: 12 nov. 2014

ARAÚJO, Almério Melquíades. Mudanças curriculares no ensino técnico de São Paulo. **Artigo Estud. av.** vol.15 nº.42 São Paulo May/Aug. 2001. <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142001000200009&script=sci_arttext..> Acessado: 01/07/2015 às 18:20

ARAUJO, Cristiane Ferreira; SANTOS, Roseli Albino. A Evasão na Educação Profissional de Nível Técnico: um estudo realizado com base na trajetória escolar e no depoimento do aluno evadido. 2013. 166 f. **Dissertação** (Mestrado em Formação, Políticas e Práticas Sociais) programa em Pós-Graduação em Desenvolvimento Humano da Universidade de Taubaté. <http://www.bdttd.unitau.br/tesdesimplificado/tde_arquivos/8/TDE-2014-10-30T073527Z-566/Publico/Cristiane%20Ferreira%20de%20Araujo_seg.pdf>. Acessado em 01/08/2015 às 15:46

BRASIL, Ministério da Educação e Cultura e OEI. **Sistema Educativo Nacional: 11.Educação Profissional.** 2002, p.134. Disponível em: <http://www.oei.es/quipu/brasil/educ_profesional.pdf. Acessado em: 03/11/2014>. Acessado em: 03/11/2014. 15:12

BRASIL. Decreto no 2.208, de 17 de abril de 1997. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 42 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, 17 abr. 1997. Seção 1, p. 7760.

BRASIL. CNE/CEB. **Parecer CNE/CEB nº 16**, de 5 de outubro de 1999. Institui diretrizes curriculares nacionais para a Educação Profissional de nível técnico. Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica. Disponível em: <http://www.crmariocovas.sp.gov.br/pdf/diretrizes_p0563-0596_c.pdf> Acesso em: 17.fev.2012.

BRASIL. **Decreto n 5.514, de 23 de julho de 2004.** Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional <www.apaeminas.org.br/arquivo.phtml?a=12948> Acessado 01/01/2015 12:45

BRAGA, José Carlos. Crise sistêmica da financeirização e a incerteza das mudanças. **Revista Scielo**, Estud. av. vol.23 no.65 São Paulo, 2009. <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142009000100006#tx07> Acessado 18/04/2015 às 11:45

BRANDÃO, Carlos. **Território & Desenvolvimento.** As múltiplas escalas entre o local e o global. 2 ed. Campinas, SP, Editora Unicamp, 2012.

BERGAMINI, Cecília Whitaker. **Competência**. A Chave do Desempenho. Editora Atlas, 2012.

BERNARDO, Kelen Aparecida da Silva. Reflexões Sobre a Preparação e Inserção dos Jovens Aprendizes no Mercado de Trabalho no Município de Ponta Grossa – PR tendo como parâmetro o Trabalho Docente. 2014. 150 f. **Dissertação** (Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas) Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas. Universidade Estadual de Ponta Grossa.

<http://bicen-tede.uepg.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=1091 Acessado em: 15/01/2016 às 15: 46

BENAC, Clarissa Monteiro. 2005. **Precisamos de janelas de libertação que nos protejam para além do conhecimento e ideologias prontas que recebemos até hoje?** In MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO; Durand, Rosamaria (Orgs). Educação: Importante ou Prioridade? Unesco: 2006.

BORGES, Bruna Kasprzak. Situação do mercado de trabalho juvenil nas principais regiões metropolitanas do País: breve análise. **Revista Indic. Econ. FEE**, Porto Alegre, v. 41, n. 3, p. 101-108, 2014. <<http://revistas.fee.tche.br/index.php/indicadores/article/viewFile/3032/3217>> Acessado 15 out. 2015 às 10:28

CAGED, Brasil. Ministério do trabalho e Emprego. **Perfil do Município**. Disponível em: <http://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged_perfil_municipio/index.php> Acesso em: 27/06/2015 às 11:25

CANO, Wilson. **Uma agenda nacional para o Desenvolvimento**. In. Texto para discussão. IE/UNICAMP, n.183, agosto 2010. Acesso: 15/07/2015 às 12h35. Disponível em: <<http://www.centrocelsofurtado.org.br/arquivos/image/201108311433430.CANO1.pdf>> Acesso em: 07/10/2015 às 13:horas

CETEC, Centro Paula Souza, Mapeamento do Aproveitamento Escolar. <<http://www.cpsctec.com.br/>>. Acessado às 12:49 de 12/02/2015

CEETEPS. Centro Paula Souza. **Eixo Tecnológico: Gestão e Negócios**. São Paulo. 2015. Disponível em: <<http://www.centropaulasouza.sp.gov.br/cursos/etec/administracao.asp>> Acesso em: 01/07/2015 às 19h30.

CLEMENTE, Ademir; Hermes Y. HIGACHI. **Economia e Desenvolvimento Regional. São Paulo**. Atlas, 2000.

CORDÃO, F.A. Educação geral e formação profissional na ótica das competências, 2010. In: REGATTIERI, M. (org). **Ensino Médio e Educação Profissional: Desafios da integração**. 2. ed. Brasília: UNESCO, MEC, 2010.

CHRISTOPHE, Micheline. **A legislação sobre a Educação Tecnológica, no quadro da Educação Profissional brasileira**. Jan. 2005. Artigo. p. 24. <http://tupi.fisica.ufmg.br/michel/docs/Artigos_e_textos/Gestao_de_cooperativas/educacao%20tecnologica.pdf>Acessado em 01 jul 2015 às 16h30.

DIEESE. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. Pesquisa de Emprego e Desemprego. Região Metropolitana de São Paulo novembro de 2015, n 372, **Revista**<<http://www.dieese.org.br/analiseped/2015/201511pedsao.pdf>> Acessado em 12 jan. 2016

ESCOTT, Clarice Monteiro; MORAES, Márcia Amaral Correa de. História da educação profissional no Brasil: as políticas públicas e o novo cenário de formação de professores nos institutos federais de educação, ciência e tecnologia. In: IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS: HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL, 2012, João Pessoa. **Anais Eletrônicos...** João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba. Disponível em:http://www.histedbr.fae.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario9/PDFs/2.51.pdf. Acesso em: 03 dez. 2013.

EMPLASA. SÃO PAULO. **Secretaria do Desenvolvimento Metropolitano. Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte.** Disponível em:<http://www.emplasa.sp.gov.br/emplasa/conselhos/ValeParaiba/textos/livro_vale.pdf>. Acesso em: 10/09/2014 às 15:33.

FIALHO, Francisco Antônio; MONTIBELLER, Gilberto Fr.; MACEDO, Marcelo; MITIDIARI, Tibério da Costa. **Empreendedorismo na era do conhecimento.** 2006. Florianópolis/SC. Visual Books.p. 186.

FIELD, Andy, **Descobrimo a Estatística usando o SPSS**, 2 ed. Porto Alegre, Artimed, 2009, p. 688.

FURTADO, Celso. Desenvolvimento e Subdesenvolvimento. São Paulo: Paz e Terra, 1964

FREIRE, Paulo. **Educar para Transformar.** 2005. São Paulo, p. 140 <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/video/livro_fotobiografico.pdf>Acessado em 04 setembro 2015 às 09h31 min.

FREITAS, A. A formação de professores para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio: a experiência do Centro Paula Souza. 2010. 147 f. il. **Dissertação** (Mestrado em Tecnologia) – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza, São Paulo, 2010.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Política e financiamento da educação:** sociedade desigual, distribuição desigual de recursos. Rio de Janeiro: Autores Associados, cadernos do CEDES, 1980.

FRIGOTTO, G. Estrutura e sujeito e os fundamentos da relação trabalho e educação. In: LOMBARDI, J. C, SAVIANI, D. e SANFELICE, J. (Org.). **Capitalismo, trabalho e educação.** Campinas SP: Autores Associados, 2004.

FRIGOTTO, G; FRANCO, Maria Ciavatta; MAGALHÃES, Ana Lucia; Programa de Melhoria e Expansão do Ensino Técnico: Expressão de um Conflito de Concepções de Educação Tecnológica. In FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria (Orgs). **A Formação do Cidadão Produtivo:** a cultura de mercado no ensino médio técnico Brasília: Inep/Mec. 2006.

FUNDEB - O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de valorização dos Profissionais da Educação

2015<www.fnde.gov.br/financiamento/fundeb/fundeb-apresentacao> Acessado às 01:58

GRAMIGNA, Maria Rita. **Modelo de Competências e Gestão dos Talentos**. São Paulo. 2º Ed. Pearson Prentice Hall, 2007.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Perfil dos Cursos ETECs e Fatecs, Mercado de Trabalho**. Onde Estudar. p.179, 2014.

<<http://www.centropaulasouza.sp.gov.br/publicacoes/perfis-de-cursos-etecs-fatecs/2014/perfil-de-cursos-etecs-fatecs-2014.pdf>>

GIANELLI, Juliana Gimenes; FERREIRA JUNIOR, Amarílio. A Educação Profissional e os fundamentos da escola Unitária Gramscinira: o caso do Campos São José da Boa da Boa Vista do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo. 161 F. 2010. **Dissertação** (Mestrado em Fundamentos da Educação) Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos. 2010.

<http://www.bdt.ufscar.br/htdocs/tedeSimplificado/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=3912> Acessado às 02:28 em 01 agosto de 2015

GIRON, Graziela Rossetto, IX ANPED SUL Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul 2012. Congresso. **Artigo**. A Influência da Política, do Planejamento e da Gestão Educacional na Formação Social do Indivíduo. 2012

GRABOWSKI, Gabriel, Financiamento da Educação Profissional no Brasil: contradições e desafios 2010. 222 f. **Tese** (Doutorado em Trabalho, Movimentos Sociais e Educação) Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2010.

<<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/27074/000762743.pdf?sequence=1>> Acessado às 10:47 20 setembro. 2015

HADDAD, F. O Plano de Desenvolvimento da Educação: razões, princípios e programas. Brasília:

Ministério da Educação; Instituto de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, INEP/MEC, 20082008 p. 30>file:///C:/Users/Admin.User/Downloads/%7B3F128BEE-091C-499D-836B-404B084BD25F%7D_miolo_Textos%20para%20Discuss%C3%A3o_30.pdf>

Acessado às 18/07/2015 às 15h39

INEP. MEC. INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS (INEP) Anísio Teixeira. **Censo da Educação Básica 2013**. Brasília, p. 42. INEP/MEC, 2014. Disponível em:

<http://download.inep.gov.br/educacao_basica/censoescolar/resumostecnicos/resumo_tecnico_censoeducacao_basica_2013.pdf>. Acesso em: 24/09/2015 às 10:14

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio** Disponível em:< www.ibge.gov.br> Acesso em: 10/02/2015 às 18:27.

JONES, Charles I; VOLLRATH, Dietrich, **Introdução à teoria do crescimento econômico**, 3º Ed. Rio de Janeiro: Campus. 2015

JACOMETTI, M. **Reflexões sobre o contexto Institucional Brasileiro contemporâneo e as transformações na educação profissional.** Revista Educação, 2008 n° 32, p. 233-250. ISSN 0104-4060

LIMA, Juciana Carla Melo; ESPERIDIÃO, Fernanda. **A Educação Profissional e Tecnológica e o Desenvolvimento Regional.** 2014. 115 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Desenvolvimento Regional e Gestão de Empreendedorismos Locais) - Programa de Pós-Graduação e Pesquisa em Economia da Universidade Federal de Sergipe.
<http://bdtd.ufs.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=1496>Acessado em: 04/07/2015 às 10:31

LAKATOS, Eva Maria, MARCONI, Marina de Andrade, **Fundamentos da Metodologia Científica**, Atlas, 7. ed . 2010.

LOPES, Rose Mary, **Educação Empreendedora: Conceitos, Modelos e Práticas Ed.** Campus, 2. Ed. 2010.

MAGALHÃES, Lúcia. **Programa de Melhoria e Expansão do Ensino Técnico: expressão de um conflito de concepções de educação tecnológica.** In: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria (Orgs). **A Formação do Cidadão Produtivo: a cultura de mercado no ensino médio técnico** Brasília: Inep/Mec. 2006.

MANFREDI, Sílvia Maria. **A educação profissional no Brasil.** São Paulo: Cortez, 2002.

MARQUES, António José; QUEIRÓS, Cristina; ROCHA, Nuno Barbosa. **Metodologias de Reabilitação Cognitiva Num Programa de Desenvolvimento Pessoal de Indivíduos com Doença Mental e Desempregados de Longa Duração.** 2006. **Artigo** Disponível em: <http://www.researchgate.net/profile/Nuno_Rocha5/publication/237491034_METODOLOGIAS_DE_REABILITAO_COGNITIVA_NUM_PROGRAMA_DE_DESENVOLVIMENTO_PESSOAL_DE_INDIVDUOS_COM_DOENA_MENTAL_E_DESEMPREGADOS_DE_LONGA_DURAO/links/0deec521db344bd635000000.pdf>Acessado em: 17/06/2015 às 11:19

MANFREDINI, Célio João; KROM, Valdevino. **A Vantagem Competitiva como Instrumento para Conquista da Liderança do Mercado das Escolas Técnicas de 2º Grau na Região do Vale do Paraíba: Um Estudo de Caso.** 2005. 111 f. **Dissertação** (Mestrado em Gestão e Desenvolvimento Regional) –Departamento de Economia, Contabilidade e Administração. Universidade de Taubaté, Taubaté.

MENDES, Marcos. **Brasil Economia e Governo Finanças Públicas e Gestão Pública. Artigo.** <<http://www.brasil-economia-governo.org.br/2014/04/20/o-governo-federal-gasta-pouco-com-educacao/> publicado 20/04/2015. > Acessado em : 19 setembro. 2015 às 10:33

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Art. 13 do Decreto nº 7.690, de 2 de março de 2012.** Brasília 2012. Disponível em:
http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=286&Itemid=353
Acesso em 02 fev. 2015 às 15:42

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Lei nº 8.948 de 8 de dezembro de 1994.** O plano de desenvolvimento da Educação (PDE): razão, princípios e programas 2007 –Disponível em:<www.portal.mec.gov.br> Acesso em: 30 out. 2014 às 19:31

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997.** Regulamenta o§ 2º do art. 36 e os arts. 39 a42 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2208.htm> Acesso em: 17.fev.2014.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Consulta e Audiência Públicas** - DCN Educação Profissional Técnica de Nível. Brasília 2012. 73 p. Disponível em<http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=861&id=12662&option=com_content&view=articleo> Acessado em 05 junho 2015 às 12:45.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, Ministério da Educação / Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino (MEC/PNE), 2014-2020. **Planejando a Próxima Década Conhecendo as 20 Metas do Plano Nacional de Educação**, p. 63. <http://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne_conhecendo_20_metas.pdf>Acessado em 26 jun. 2015às 14:19.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Secretaria de Educação Profissional Tecnológica e Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio**, p. 59. Dez, 2007<http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/documento_base.pdf>acessado em 07 set. 2015às 11:30.

MORAES, Francisco, **Empresa-escola**, Educação para o trabalho versus educação pelo trabalho, 2 ed. São Paulo, Editora Senac Nacional, 2012.

NEY, Antônio Fernando. **A Reforma do Ensino Médio Técnico: Concepções, Políticas e Legislação.** In FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria (Orgs). **A Formação do Cidadão Produtivo: a cultura de mercado no ensino médio técnico Brasília: Inep/Mec.** 2006

NEVES, Lúcia Maria Wanderley. **O Mercado do Conhecimento e o conhecimento para o mercado:** da formação para o trabalho complexo no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: EPSJV, 2008.

OLIVEIRA, Ramon de. **A (des) qualificação da educação profissional brasileira.** São Paulo: Cortez, 2003.

OLIVEIRA, Ramon. Formação profissional e mercado de trabalho: o ensino de segundo grau e a profissionalização em questão na década de 1980. In FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria (Orgs). **A Formação do Cidadão Produtivo: a cultura de mercado no ensino médio técnico Brasília: Inep/Mec.** 2006.

POCHMANN, Márcio. **O emprego no desenvolvimento.** 1. ed. São Paulo Bomtempo, 2008. 238 p. ISBN: 9788575591116.

PONTES, Ana Paula Furtado S. Política de formação integral: a partir do decreto nº 5.154/04: desafios postos na materialidade de uma instituição federal de educação profissional e tecnológica. 2009. **Artigo.** Disponível em: <www.anpae.org.br/congressos_antigos/simposio2009/30.pdf.> Acessado em: 12/09/2014 às 13:25

PLANO PLURIANUAL DE GESTÃO (PPG). Planejamento Estratégico. ETEC Prof. Alfredo de Barros Santos Guaratinguetá (2012-2016)

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO (PPP). ETEC Prof. Alfredo de Barros Santos. Guaratinguetá (2012/2016)

PAIXÃO, Edmilson Leite; DORE, Rosemary; MARGIOTTA, Umberto. Permanência e Abandono na Educação Profissional Média do Brasil: Uma Pesquisa de Doutorado Ítalo-brasileira e os Padrões Educacionais Internacionais. 2012. **Artigo**. Disponível em: <http://www.senept.cefetmg.br/galerias/Anais_2012/GT-03/GT03-009.pdf>. Acessado em: 18/06/2015 às 10:56

QUEIROZ Antônio Carlos dos Santos; RICCI, Fábio. Impacto Econômico na Escola Especialista da Aeronáutica no Município de Guaratinguetá. (**Dissertação** Mestrado em Planejamento e Desenvolvimento Regional) – Programa de Pós-Graduação do Departamento de Economia, Contabilidade e Administração da Universidade de Taubaté) 2013. <http://www.bdtd.unitau.br/tesdesimplificado/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=684>. Acessado em 09/07/2015 às 11:52.

RAMOS, Angélica Maria Pinheiro. **O financiamento da educação brasileira no contexto das mudanças político-econômicas pós-90**. Brasília: Plano Editora, 2003.

RAUEN, Fábio José. **Roteiros de Investigação Científica**. Tubarão, SC: Editora Unisul, 2002.

RICCI, Fábio, **Indústrias Têxteis na Periferia: Origens e Desenvolvimento do Vale do Paraíba – o caso do Vale do Paraíba**. Taubaté. Ed. Cabral. 2006.

REGATTIERI, Marilza; CASTRO, Jane, **Ensino médio e educação profissional: desafios da integração – 2.ed – Brasília: UNESCO, 2010. 270 p.** <<http://unesdoc.unesco.org/images/0019/001923/192356POR.pdf>>. Acessado em: 26/06/2015 às 14:05

REGATTIERI, M. (org). **Ensino Médio e Educação Profissional: Desafios da integração**. 2. ed. Brasília: UNESCO, MEC, 2010.

REGIMENTO COMUM. Escolas Técnicas Estaduais do Centro Paula Souza. ETEC Prof. Alfredo de Barros Santos, Deliberação CEETEPS nº 003, de 18 de Jul. 2013.

SAMPAIO, Marcos Vinicius, Educação Profissional: a expansão recente do IFRN e a absorção local dos egressos no mercado de trabalho, 2013, Natal/RN p. 183 **Dissertação** (Mestrado em Economia) Programa de Pós-Graduação em Economia PPECO da UFRN. <<http://portal.ifrn.edu.br/pesquisa/egressos/sampaio-marcus-v-d-2013-educacao-profissional>> Acessado em 20/10/2015 às 23:45

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO. **A Nova Estrutura Administrativa da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo: Por uma Gestão de Resultado com Foco no Desempenho do Aluno**. São Paulo, 2013. p. 212

SEADE Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados. **Site**. Acessado em 14/07/2015 às 17:47<<http://www.imp.seade.gov.br/frontend/>>

Siqueira, M.R.A.; G.T. Batista; M.S.Targa; C.S. Catelani. 2006. Mapeamento das áreas de inundações das planícies aluviais de Guaratinguetá através de técnicas de geoprocessamento. **Artigo** apresentado no PRIMEIRO SEMINÁRIO DE SENSORIAMENTO REMOTO E GEOPROCESSAMENTO PARA ESTUDOS AMBIENTAIS NO VALE DO PARAÍBA - GEOVAP 2006, 07 de dezembro, Universidade de Taubaté, Taubaté, São Paulo, Brasil. Disponível em http://www.agro.unitau.br/geovap2006/pdfs/mapeamento_meire.pdf- Página 54-64 Acessado em: 15/08/2015 às 11:31

SILVA, E.L; MENEZES, E, M. **Metodologia da pesquisa e elaboração da dissertação**. Florianópolis: Editora UFSC, 2001.

SILVA, Carlos Roberto Marton; QUINTAIROS, Paulo Cesar Ribeiro. Competências Gerencias dos Gestores de Instituições Públicas de Ensino e Pesquisa: um estudo sobre a região do Vale do Paraíba Paulista. 2010. 99 f. **Dissertação** (Mestrado em Planejamento e Desenvolvimento Regional) – Programa de Pós-Graduação do Departamento de Economia, Contabilidade e Administração da Universidade de Taubaté, 2010.<http://www.bdttd.unitau.br/tesdesimplificado/tde_files/como-pesquisar-na-BDTD.pdf>Acessado em: 16/06/2015 às 10:31.

SILVA, Paulo Hernandes Gonçalves; OLIVEIRA, Adriana Leônidas. A Formação do Técnico em Agropecuária e a Inserção no Mercado de Trabalho: Expectativas dos estudantes do Instituto Federal - *Campus* Araguatins/TO. 2013. 94 f. **Dissertação** (Mestrado em Planejamento, Gestão e Avaliação do Desenvolvimento Regional – Programa de Pós-Graduação do Departamento de Economia, Contabilidade e Administração da Universidade de Taubaté, 2013. <http://www.bdttd.unitau.br/tesdesimplificado/tde_files/como-pesquisar-na-BDTD.pdf>Acessado em 14/05/2015 às 21:23

SILVA, Cleverson Ramom Carvalho. As inter-relações entre Educação Profissional e Desenvolvimento, 2012. p. 18. **Artigo**. <http://www.ccsa.unimontes.br/semanadoeconomista/images/arquivos/anais/GT2/as_inter_relacoes_entre_educacao_profissional_desenvolvimento.pdf>Acessado: 27/06/2015 às 14:52

SILVA, Maria Lucia L. Mudanças Recentes no Mundo do Trabalho e o fenômeno população em situação de rua no Brasil 2005. **Dissertação** de Mestrado apresentada no Programa de pós-Graduação do Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília. 2005.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

SOUZA, Felipe. **Cone Leste Paulista: História Desenvolvimento e Folclore 2009/2011**. Disponível em: <<http://www.gazetavaleparaibana.com./volume1.pdf>> Acessado em 20/12/2014.

TOLEDO, Francisco Soderó. **Em Busca das Raízes**. Ed. Santuário. 1988.

ANEXO A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO INSTITUCIONAL

Esta pesquisa está sendo realizada pela Sra. Deise Cristina Silva de Oliveira, aluna do Mestrado em Planejamento e Desenvolvimento Regional do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade de Taubaté (PPGA), como dissertação de mestrado, orientada e supervisionada pela professora Dra. Adriana Leônidas Oliveira.

Seguindo preceitos éticos, informamos que pela natureza da pesquisa, a participação desta organização não acarretará em quaisquer danos a mesma. A seguir, damos as informações gerais sobre esta pesquisa, reafirmando que qualquer outra informação poderá ser fornecida a qualquer momento, pela aluna pesquisadora ou pelo professor responsável.

TEMA DA PESQUISA: A Formação Técnica do Jovem e Adulto e sua Inserção no Mercado de Trabalho

OBJETIVO: Analisar o processo de formação técnica do jovem e adulto e a sua perspectiva e inserção no mercado de trabalho.

PROCEDIMENTO: aplicação de questionários aos alunos dos últimos modelos de cada curso para verificar a sua expectativa em relação ao mercado de trabalho de sua formação técnica, e aplicação de questionário aos alunos já formados para verificar a situação real em que se encontram no mercado de trabalho. Análise dos seguintes documentos internos da instituição: diários de classe, folhas de frequência, aproveitamento de estudos e dispensa de Componentes Curriculares, consulta ao Plano de Curso e PPG (Plano Plurianual de Gestão) e o Projeto Político-Pedagógico dos cursos Técnicos na ETEC Prof. Alfredo de Barros Santos.

SUA PARTICIPAÇÃO: Autorizar a realização da pesquisa nessa organização. Após a conclusão da pesquisa, prevista para março de 2014, uma dissertação, contendo todos os dados e conclusões, estará à disposição na Biblioteca da Universidade de Taubaté, assim como no acervo *online* da Universidade de Taubaté e no banco digital de teses e dissertações da Capes.

Agradecemos sua autorização, enfatizando que em muito contribuirá para a construção de um conhecimento atual nessa área.

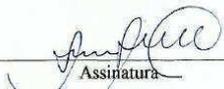
Guaratinguetá, 20 de fevereiro de 2014.

Tendo ciência das informações contidas neste Termo de Consentimento, Eu Ângela Márcia Assis de Carvalho, portadora do RG nº 16.142.560-4, responsável pela organização ETEC Prof. Alfredo de Barros Santos, na cidade de Guaratinguetá, autorizo a aplicação desta pesquisa.

Guaratinguetá, 20 de fevereiro de 2014.


 Prof. Orientador
 Dra. Adriana L. Oliveira
 RG 27.619.597-8
 adrianaleonidas@uol.com.br
 (12) 3625-4283


 Mestranda
 Deise Cristina Silva de Oliveira
 RG 27.619.597-8
 deysecris@vivointernetdiscada.com
 (12) 3132-6649


 Assinatura

ANEXO B – PARECER SUBSTANCIAL DO CEP

	Professor Robison Santini	UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ - UNITAU	
PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP			
DADOS DO PROJETO DE PESQUISA			
Título da Pesquisa: A FORMAÇÃO TÉCNICA DO JOVEM E ADULTO E SUA INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO			
Pesquisador: Daise Cristina Siles de Oliveira			
Área Temática:			
Versão: 2			
CAA/E: 278404-14.1.0000.0501			
Instituição Proponente: Universidade de Taubaté			
Patrocinador Principal: Financiamento Próprio			
DADOS DO PARECER			
Número do Parecer: 613.682			
Data da Relatório: 11/04/2014			
Apresentação do Projeto:			
Projeto de pesquisa com tema atual e interessante que pretende avaliar a inserção no mercado de trabalho.			
Objetivo da Pesquisa:			
Analisar o processo de formação técnica do jovem e adulto e a sua inserção no mercado de trabalho.			
Avaliação dos Riscos e Benefícios:			
Atende as recomendações da Resolução 488/12 e as normas operacionais 01/13.			
Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:			
Tema relevante para a área de estudo.			
Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:			
Atende as recomendações da Resolução 488/12 e as normas operacionais 01/13.			
Recomendações:			
Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:			
Atendida a solicitação do parecer anterior.			
<p>Endereço: Rua Nazareno do Rio Branco, 210 Bairro: Centro CEP: 12.020-340 UF: SP Município: TAUBATÉ Telefone: (12)3825-1200 Fax: (12)3825-1233 E-mail: cep@unitau.br</p>			
Página 1 de 02			



UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ -
UNITAU



Continuação do Parecer - 054/002

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Considerações Finais a critério do CEP:

O Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade de Taubaté, em reunião de 11/04/2014, e no uso das competências definidas na Resolução CNS/MS 466/12, considerou o Projeto de Pesquisa: **APROVADO**.

TAUBATÉ, 11 de Abril de 2014.

Assinado por:

Maria Dolores Alves Cocco
(Coordenador)

Endereço: Rua Visconde do Rio Branco, 210

Bairro: Centro

CEP: 12.020-940

UF: SP

Município: TAUBATÉ

Telefone: (12)3035-1000

Fax: (12)3035-1200

E-mail: cep@unitau.br

Plataforma Brasil

ANEXO C - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA OS PAIS

PESQUISA: A Formação Técnica do Jovem e Adulto e a Inserção no Mercado de Trabalho.

1. Natureza da pesquisa: Seu filho (a) é convidado a participar desta pesquisa, que tem como finalidade analisar e caracterizar a perspectiva do estudante jovem ou adulto em relação ao mercado de trabalho e verificar a real situação de empregabilidade dos formados.

2. Participantes da pesquisa: Alunos e egressos do ensino profissionalizante.

3. Envolvimento na pesquisa: Ao participar do estudo você deve permitir que Deise Cristina Silva de Oliveira, aluna de Pós-Graduação do curso de Mestrado da Universidade de Taubaté-MPDR- (Mestrado em Planejamento em Desenvolvimento Regional) solicite que seu filho (a) responda a um questionário na sala de aula na escola em que estuda. É previsto um único contato com cada participante, que deve durar aproximadamente 15 minutos. Você tem a liberdade de se recusar a participação de seu filho (a), sem qualquer prejuízo para vocês. No entanto, solicitamos sua colaboração em permitir que seu filho (a) complete o roteiro de perguntas que será solicitado, garantindo assim o melhor resultado para a pesquisa. Sempre que quiser você poderá pedir mais informações sobre a pesquisa. Poderá entrar em contato com a Orientadora da pesquisa, Profa. Dra. Adriana Leônidas de Oliveira, pelo telefone (12)36254283 / 12- 81326333 ou com a aluna pesquisadora Deise Cristina Silva de Oliveira, pelo telefone 12-997138421 (inclusive ligações a cobrar).

4. Sobre os questionários: a aplicação do questionário será marcada com antecedência. Será pedido que seu filho (a) forneça algumas informações básicas e que responda a um roteiro de perguntas de múltipla escolha ou escolha simples sobre a sua formação técnica.

5. Riscos: a participação nesta pesquisa não traz riscos a seu filho (a). Os procedimentos utilizados nesta pesquisa obedecem aos critérios da ética na Pesquisa com Seres Humanos, conforme a Resolução n. 466/12 do Conselho Nacional de Saúde. Nenhum dos procedimentos utilizados oferece riscos à sua dignidade.

6. Confidencialidade: todas as informações coletadas neste estudo são estritamente confidenciais. Os relatos de pesquisa serão identificados com um código, e não com o nome.

7. Benefícios: ao participar desta pesquisa você e seu filho não deverão ter nenhum benefício direto, entretanto, esperamos que este estudo traga informações importantes sobre o ensino técnico na região. No futuro, essas informações poderão ser usadas em benefício de outros alunos.

8. Pagamento: você não terá nenhum tipo de despesa por permitir que seu filho (a) participe desta pesquisa, bem como nada será pago pela sua participação.

9. Você poderá a qualquer momento, retirar seu consentimento, excluindo a participação de seu filho (a).

10. Após a conclusão estará à disposição no Programa de Pós-Graduação da Universidade de Taubaté, uma dissertação contendo os resultados.

Após estes esclarecimentos, solicitamos o seu consentimento de forma livre para seu filho participar desta pesquisa, portanto, preencha os itens que seguem:

Tendo em vista os itens acima apresentados, eu, de forma livre e esclarecida, autorizo meu filho (a) _____ a participar da pesquisa.

Guaratinguetá, _____ de _____ de 2014.

(Nome do responsável, RGe assinatura)

TERMO DE ASSENTIMENTO

Tendo em vista os itens acima apresentados e mediante o consentimento do responsável, eu, de forma livre e esclarecida, quero participar da pesquisa.

Guaratinguetá, _____ de _____ de 2014.

(Nome do participante da pesquisa -ALUNO)

 Profª Drª Adriana Leônidas de Oliveira CRP. 06/41548-8 – Professor Responsável Tel: 12- 3625-4283/ 12-81326333 (inclusive ligações a cobrar)	 Deise Cristina Silva e Oliveira Aluno pesquisador (RG. 27.619.597-8) Tel: 12-9777-9071 (inclusive ligações a cobrar)
--	---

ANEXO D - PESQUISA: Formação Técnica do Jovem e Adulto e sua Inserção no Mercado de Trabalho

1. Natureza da pesquisa: você é convidado a participar desta pesquisa, que tem como finalidade caracterizar a perspectiva do estudante jovem ou adulto em relação ao mercado de trabalho e verificar a real situação de empregabilidade dos formados.

2. Participantes da pesquisa: pessoas na faixa etária de 16 a 45 anos.

3. Envolvimento na pesquisa: ao integrar este estudo você deve participar de dois procedimentos para a coleta de dados que serão conduzidos por Deise Cristina Silva de Oliveira, aluna do Mestrado em Planejamento e Desenvolvimento Regional do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade de Taubaté (PPGA):

A- Questionário aos estudantes sobre a sua perspectiva em relação ao mercado de trabalho.

B- Questionário aos egressos formados para analisar se estão inseridos ou não no mercado de trabalho na área de formação técnica.

A aplicação dos questionários deve durar aproximadamente 15 minutos e deverá ser realizada na própria instituição de ensino para os estudantes e por *e-mail* aos alunos formados. Você tem a liberdade de se recusar a participar em qualquer momento da pesquisa, sem que haja qualquer prejuízo, no entanto, solicitamos sua colaboração, garantindo assim o melhor resultado para a pesquisa.

Sempre que quiser você poderá pedir mais informações sobre a pesquisa. Poderá entrar em contato com a orientadora da pesquisa, Profa. Dra. Adriana Leônidas de Oliveira, pelo telefone (12) 36254283 / (12) 981326333 (inclusive ligações a cobrar) ou com a aluna pesquisadora Deise Cristina Silva de Oliveira, pelo telefone (12) 3132-6649/ (12) 99613-8421 (inclusive ligações a cobrar).

4. Riscos: A participação nesta pesquisa não traz riscos a sua pessoa. Os procedimentos utilizados nesta pesquisa obedecem aos critérios da ética na Pesquisa com Seres Humanos conforme a Resolução n. 466/12 do Conselho Nacional de Saúde.

5. Confidencialidade: todas as informações coletadas neste estudo são estritamente confidenciais. Os relatos da pesquisa serão identificados com um código, e não com o nome.

6. Benefícios: ao participar desta pesquisa você não deverá ter nenhum benefício direto, entretanto, esperamos que este estudo traga informações importantes sobre questões relativas à inserção dos jovens e adultos no mercado de trabalho. Essas informações poderão ser usadas em benefício de outros estudantes e alunos já formados.

7. Pagamento: Você não terá nenhum tipo de despesa por participar desta pesquisa, bem como nada será pago por sua participação;

8. Consentimento: Você pode a qualquer momento retirar seu consentimento, excluindo sua participação.

9. Conclusão: Após a conclusão, estará à disposição um relatório na Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, ou com o professor orientador e aluna, contendo os resultados.

Após esses esclarecimentos, solicitamos o seu consentimento de forma livre para participar desta pesquisa, portanto, preencha os itens que seguem:

Tendo em vista os itens acima apresentados, eu, de forma livre e esclarecida, concordo em participar da pesquisa.

Local e Data

Nome do participante da pesquisa e RG

 Adriana Leonidas de Oliveira CRP 06/41548-8	 Deise Cristina Silva de Oliveira RG 27.619.597-8
---	--

APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO AO ESTUDANTE

MESTRANDA: Deise Cristina Silva de Oliveira

ORIENTADORA: Profa. Dra. Adriana Leônidas de Oliveira

Prezado(a) aluno(a),

Convidamos para participar do trabalho de dissertação que iremos apresentar como requisito para conclusão do Curso de Mestrado Acadêmico em Planejamento e Desenvolvimento Regional, oferecido pelo Programa de Pós-Graduação em Administração do Departamento de Economia, Contabilidade e Administração da Universidade de Taubaté – UNITAU/SP.

O questionário objetiva coletar subsídios que possam embasar nosso trabalho, e na medida do possível colaborar para a melhoria da qualidade do curso técnico em: Administração de Empresas, Comunicação Visual, Mecânica, Eletromecânica, Informática e Segurança do Trabalho, oferecido pela ETEC Prof. Alfredo de Barros Santos, em Guaratinguetá.

INSTRUÇÕES GERAIS

1. Responda ao questionário com sinceridade;
2. Curso Técnico em _____Módulo: _____

QUESTIONÁRIO AO ESTUDANTE

I – DADOS SOCIODEMOGRÁFICOS

- 1 – Cidade de origem _____
- 2 – Estado de origem _____
- 3 – Localização da residência () zona rural () zona urbana
- 4 – Idade: 16 a 17() 18 a 21() 22 a 25() 26 a 30() mais de 30 ()
- 5 – Gênero: () feminino () masculino
- 6 – Estado civil: () solteiro () casado () separado () viúvo
- 7 – Seu curso é Técnico em: _____

II QUESTIONÁRIO DIAGNÓSTICO QUANTO À FORMAÇÃO

8- Marque até dois itens quanto às motivações de estudar na ETEC Prof. Alfredo de Barros Santos em Guaratinguetá:

- | | |
|---|--|
| () pela credibilidade do curso técnico | () porque passou no vestibulinho; |
| _____ | () por causa da família; |
| () pela boa avaliação do ensino; | () por falta de opção; |
| () por ser estadual; | () para inserir no mercado de trabalho; |
| () para ter uma profissão; | () para ser militar; |
| () para mudar de cidade; | () outro: _____ |

9) Você se sente apto para se inserir no mercado de trabalho? () sim, () não.

Por quê? _____.

10) Quais as disciplinas técnicas ministradas no seu curso técnico que mais contribuíram para a sua formação profissional? Cite três disciplinas:

1) _____; 2) _____; e 3) _____

11) A grade curricular do seu curso está adequada para a sua formação e atende a necessidade do mercado de trabalho? () sim () não.

Justifique _____

12) Marque: (1) Inapto; (2) Apto; (3) Razoável, para as atividades que você se considera com habilidade e competência para realizá-las(s).

- () Manter a sustentabilidade ambiental, aplicando estratégias de melhoria no trabalho;
- () Buscar práticas inovadoras e adaptáveis às necessidades do mercado;
- () Elaborar, aplicar, acompanhar e utilizar, programas de medidas de segurança do trabalho na indústria, comércio ou prestação de serviço;

APÊNDICE B - QUESTIONÁRIO APLICADO AOS FORMADOS

MESTRANDA: Deise Cristina Silva de Oliveira

ORIENTADORA: Profa. Dra. Adriana Leônidas de Oliveira

Prezado(a) aluno(a),

Convidamos para participar do trabalho de dissertação que iremos apresentar como requisito para conclusão do Curso de Mestrado Acadêmico em Planejamento e Desenvolvimento Regional, oferecido pelo Programa de Pós-Graduação em Administração do Departamento de Economia, Contabilidade e Administração da Universidade de Taubaté – UNITAU/SP.

O questionário objetiva coletar subsídios que possam embasar nosso trabalho, e na medida do possível colaborar para a melhoria da qualidade dos cursos técnicos em Administração de Empresas, Comunicação Visual, Mecânica, Eletromecânica, Informática e Segurança do Trabalho, oferecidos pela ETEC Prof. Alfredo de Barros Santos, em Guaratinguetá.

INSTRUÇÕES GERAIS

1. Responda ao questionário com sinceridade;

2. Você se formou em curso técnico em: _____

QUESTIONÁRIO APLICADO AOS FORMADOS

I – DADOS SOCIODEMOGRÁFICOS

- 1 – Cidade de origem _____
- 2 – Estado de origem _____
- 3 – Localização da residência () zona rural () zona urbana
- 4 – Idade: 16 a 17() 18 a 21() 22 a 25() 26 a 30() mais de 30()
- 5 – Gênero() feminino () masculino
- 6 – Estado civil: () solteiro () casado () separado () viúvo

II ANÁLISE DA SITUAÇÃO PROFISSIONAL ATUAL

07) Você está exercendo atividade profissional atualmente?

- () Sim, na área de minha formação técnica _____
- () Sim , fora da área de minha formação técnica
- () Não estou exercendo

08) Caso não esteja exercendo atividade profissional na sua área de formação, qual seria o motivo?

- () Estou exercendo atividade profissional na minha área de formação;
- () Mercado de trabalho saturado;
- () Salário melhor em outra área;
- () Outro: _____.

09) Quanto tempo se passou entre a formatura e o início de sua atividade profissional?

- () Menos de três meses;
- () De quatro a oito meses ;
- () Um ano;
- () De um a dois anos;
- () Ainda não está inserido no mercado de trabalho.

10) Em que tipo de organização você exerce sua atividade profissional?

- () Autônomo; () Empresa própria; () Empresa privada () Empresa pública
- () Outros _____

11) Como você obteve seu emprego atual?

- Por concurso público, Por efetivação de estágio, Por seleção de currículo
 Por indicação Outros _____

12) Qual é sua faixa salarial?

- Até 2 salários mínimos;
 De 2 a 3 salários mínimos
 De 4 a 5 salários mínimos
 Acima de 6 salários mínimos
 Outros _____

13) Pensando em sua atual área profissional, qual o seu nível de satisfação quanto ao aspecto financeiro?

- péssimo; regular; bom; ótimo; desconheço.

14) Pensando em sua atual área profissional, qual o seu nível de satisfação quanto à sua realização pessoal?

- péssimo; regular; bom; ótimo; desconheço.

15) Qual é sua perspectiva de crescimento profissional na sua área de formação?

- péssima; regular; boa; ótima; desconheço.

III - AVALIAÇÃO DO CURSO/INSTITUIÇÃO

16) Você se sentia preparado para o mercado de trabalho quando se formou?

- muito; razoavelmente; pouco; nada; desconheço.

17) As disciplinas profissionalizantes contribuíram para o seu desempenho profissional, cultural e pessoal?

- muito; razoavelmente; pouco; nada; desconheço.

18) Ao se inserir no mercado de trabalho considerou que o conhecimento adquirido no curso lhe tornou apto para atuar na área ?

- Proporcionou todos os conhecimentos teóricos e práticos adquiridos
- Ainda não estou inserido no mercado de trabalho
- Trabalho em área diferente da minha formação técnica.
- Outros _____

19) Por que você escolheu uma formação técnica?

- Pela qualidade de ensino
- Acessibilidade ao emprego
- Por ser uma formação rápida
- Não conseguiu vaga em outra instituição
- Por ser gratuita
- Outros _____

20) Você faria outro curso técnico? sim não. Qual seria? _____

21) Pretende fazer curso superior relacionado à sua área de formação técnica?

sim não. Qual seria: _____

22) O que você acha sobre o ensino técnico para a formação do jovem ou adulto? Por quê?

Ótimo. _____

Bom. _____

Regular. _____

Ruim _____

IV – QUESTIONÁRIO DIAGNÓSTICO QUANTO AO MERCADO DE TRABALHO

23) Qual a remuneração de um técnico em _____, no mercado de trabalho regional:

- entre 1 a 3 salários mínimos; mais de 8 salários mínimos;
 entre 3 a 6 salários mínimos; desconheço.
 entre 6 a 8 salários mínimos;

24) Como você vê o mercado de trabalho para o seu curso técnico?

- péssimo; regular; bom; ótimo; desconheço.

25) Quais das dificuldades seguintes prejudicaria o ingresso no mercado de trabalho de um profissional de nível técnico? Marque até duas alternativas,

- falta de experiência profissional;
 falta de conhecimentos técnicos
 falta de iniciativa e criatividade;
 falta de comprometimento com o trabalho;

26) Quais das facilidades auxiliam o ingresso no mercado de trabalho de um profissional de nível técnico? Marque até duas alternativas.

- experiência profissional;
 conhecimentos técnicos
 iniciativa e criatividade;
 comprometimento com o trabalho;

27) Gostaria de fazer mais algum comentário? _____